

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Francisco Rui Cádima

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Francisco Rui Cádima, pela dedicação e competência com que orientou esta dissertação.

À minha família e amigos que acompanharam todos os desenvolvimentos deste projeto.

A todos os professores que me acompanharam ao longo de todo o meu percurso académico.

A todos um sincero obrigada.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA ERA DIGITAL

VANESSA MARIA TAVARES BAPTISTA

RESUMO

A onda de protestos globais de 2011 reacendeu o debate sobre as potencialidades e limitações que derivam da incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) por parte dos movimentos sociais. Que características diferenciam os movimentos sociais tradicionais dos contemporâneos? Quais os efeitos transformativos da apropriação das novas tecnologias por parte dos grupos de ação coletiva? De que modo as tecnologias digitais podem contribuir para o engajamento cívico e político?

Esta dissertação pretende refletir sobre estas questões, através da análise de distintos casos de estudo onde se incluem os mais mediáticos movimentos sociais dos últimos anos: a revolução tunisina e egípcia enquanto exemplos ilustrativos da “Primavera Árabe”; o caso islandês, onde as manifestações culminaram num inovador projeto de e-democracy; e o movimento espanhol 15M/Indignados, que mobilizou milhares de pessoas em prol de uma renovação do sistema democrático.

PALAVRAS-CHAVE: Internet, movimentos sociais, ativismo, redes sociais, protestos

SOCIAL MOVEMENTS IN THE DIGITAL AGE

VANESSA MARIA TAVARES BAPTISTA

ABSTRACT

The debate on the virtues and limitations branching from the incorporation of new information and communication technologies (ICT) by social movements has rekindled during the sweeping wave of global demonstrations in 2011. What features distinguish the traditional social movements from the contemporary ones? What are the reshaping effects sparked by the embedding of new technologies by activist's collectives? In what ways can the digital technologies engage society for the political and civic activities?

This dissertation aims to reflect upon these questions through the analysis of distinct case studies featuring some of the most mediatised social movements of these last years: the Tunisian and Egyptian uprising as showcases of the Arab Spring; the Icelandic case, where demonstrations led to the innovative e-democracy project; and 15M/Indignados Spanish movement, which mobilised thousands of people in an effort to renew the democratic system.

KEYWORDS: Internet, social movements, activism, social networks, demonstrations

ÍNDICE

I - Introdução.....	1
I. 1. Metodologia e hipóteses de partida	2
II - Sociedade, tecnologia e comunicação	6
II. 1. Sociedade e tecnologia: Abordagens teóricas	7
II. 2. A emergência da sociedade em rede	10
II. 3. A comunicação na construção das relações de poder	13
III - Movimentos de contra-poder e a era digital	16
III. 1. A Internet e os novos media	16
III. 2. Formas de sociabilidade digital e práticas online	19
III. 3. Os movimentos sociais na contemporaneidade.....	25
III. 4. Novo repertório de ação dos movimentos sociais	28
III. 5. Revolução à distância de um click?	32
III. 6. Integração das práticas digitais na participação cívica	35
IV - Casos de estudo	38
IV. 1. Tunísia	38
IV. 1.1 Contexto socioeconómico	38
IV. 1.2 Bouazizi, a figura que iniciou a revolução	39
IV. 1.3 Os protestos e a sua cobertura.....	40
IV. 1.4 O papel da Internet na revolução.....	42
IV. 1.5 O pós-revolução	44
IV. 2. Egito.....	46
IV. 2.1 Contexto socioeconómico	46
IV. 2.2 A revolução egípcia	49

IV. 2.3	Bloqueio de Internet	50
IV. 2.4	O papel da Internet na revolução.....	51
IV. 2.5	O pós-revolução	53
IV. 3.	Islândia	55
IV. 3.1	Contexto socioeconómico	55
IV. 3.2	Os protestos	57
IV. 3.3	A nova constituição.....	58
IV. 3.4	A Internet na Islândia.....	60
IV. 4.	Movimento 15M/Indignados	62
IV. 4.1	Contexto socioeconómico	62
IV. 4.2	Movimento “Los Indignados”	63
IV. 4.3	A Internet e as práticas do movimento.....	66
IV. 4.3	Reivindicações e propostas.....	69
	Conclusão	71
	Bibliografia	76
	Lista de Figura	90
	Lista de Tabelas.....	94
	Lista de Gráficos	102

LISTA DE ABREVIATURAS

CMC – Computer Mediated Communication (Comunicação Mediada por Computadores)

EUA – Estados Unidos da América

MENA - Middle East and North Africa (Médio Oriente e Norte de África)

NDF – Nouvelle Droite Française

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

SCAF – Supreme Council of the Armed Forces

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

I - INTRODUÇÃO

Em 2011, a revista *TIME* destacou como personalidade do ano “*The Protester*”¹, reconhecimento que derivou dos vários movimentos sociais que emergiram desde o final de 2010, e que integraram nas suas práticas comunicativas as novas tecnologias de informação e comunicação, particularmente a Internet e os media sociais online.

Tudo começou com a imolação de um jovem na Tunísia, que despertou na população local um forte sentimento de injustiça face às duras condições de vida proporcionadas pelo governo, levando milhares de tunisinos a manifestarem-se contra o regime, tanto nas redes digitais como no espaço urbano.

À revolução tunisina, que culminou com a queda do regime, seguiu-se uma onda de protestos no Egito, inspirada pelos feitos do país vizinho, onde a população exigiu a dissolução do governo. O efeito contágio começou a fazer-se sentir e, em pouco tempo, a instabilidade dominava vários países da região MENA, numa série de revoltas populares que ficaram mundialmente conhecidas como “Primavera Árabe”.

No ocidente, os protestos também propagavam-se por vários países em resposta às consequências económicas da crise de 2008, que não só tinham deteriorado as condições de vida das populações, como haviam acentuado a crise de legitimidade política que se vinha a verificar há já alguns anos nos países democráticos. Emergiram diversos movimentos sociais, que dinamizaram a esfera pública e procuraram explorar novas propostas de participação cívica, como o movimento “*Los Indignados*” em Espanha, “*Occupy Wall Street*” nos EUA, e “*Geração à Rasca*” em Portugal.

Esta onda de protestos globais, trouxe consigo novos paradigmas sobre o potencial das TIC enquanto ferramentas capazes de impulsionar a participação cívica e consequentemente trazer consigo significativas mudanças sociais. O estudo sobre

¹ O Manifestante -

http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132,00.html/.

os movimentos sociais ganhou assim uma nova relevância, tornando pertinente uma atualização na reflexão das práticas comunicativas destes grupos. Grupos de ação coletiva, que outrora limitavam-se à intervenção no espaço urbano, hoje atuam num “espaço híbrido” (Castells, 2012:28), que inclui o ciberespaço, onde práticas e estratégias online servem de complemento às formas de ação tradicionalmente estabelecidas.

1. Metodologia, hipóteses de partida e definição dos casos de estudo

As questões que envolvem o ciberespaço, enquanto espaço de ação dos movimentos sociais contemporâneos, são atualmente alvo de reflexão por parte de diversos académicos, embora o tema ainda careça de uma teorização sólida, pela atualidade e complexidade dos fenómenos que o envolvem (Medeiros, 2006; Estanque, Costa & Soeiro, 2013).

A proposta desta dissertação é contribuir para o aprofundamento do estudo sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, tendo em conta a incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação nas suas práticas comunicativas, de modo a formular hipóteses teóricas que vislumbrem as limitações e potencialidades que derivam da utilização das tecnologias digitais no campo da participação cívica.

A intensidade de mobilizações que marcaram o conturbado ano de 2011 forneceram um vasto material de reflexão sobre esta problemática, e neste sentido, esta investigação incidirá particularmente sobre esses acontecimentos.

Autores como Castells (2012), Estanque, Costa e Soeiro (2013), consideram que esta onda de protestos e manifestações não devem ser analisados enquanto fenómenos isolados, não apenas pela sequência de eventos, mas também pelas práticas comunicativas utilizadas, os referenciais comuns partilhados e os laços de solidariedade estabelecidos entre os movimentos. Considerando esta premissa, tomei como opção metodológica para esta investigação o estudo de caso múltiplo (também designado de estudo de caso coletivo ou comparativo).

O estudo de caso múltiplo, contempla a análise de vários estudos de caso individuais, de forma a que estes possam ser comparados e possam ser evidenciadas características comuns que contribuam para a compreensão deste fenómeno como um todo (Maffezzolli & Boehs, 2008).

Segundo Yin (2005) a abordagem metodológica do estudo de caso “é a estratégia de investigação mais adequada quando queremos saber o “como” e o “porquê” de acontecimento atuais (*contemporary*) sobre os quais o investigador tem pouco ou nenhum controlo” (Coutinho & Chaves, 2002:224). Neste sentido esta abordagem encaixa perfeitamente nas necessidades explicativas destes acontecimentos, uma vez que se procura com a análise de cada caso de estudo explicar o modo como estes movimentos emergiram, e a forma como conseguiram mobilizar milhares de pessoas, procurando compreender o porquê destes movimentos terem emergido e o porquê das estratégias comunicativas utilizadas. De acordo com Tarrow (1997), o “quando” pode explicar em grande medida o “porquê” e o “como”, isto porque o contexto propicia, ou não, a emergência de movimentos sociais, e neste sentido serão contempladas nesta investigação algumas abordagens teóricas que ajudam à compreensão dos atuais paradigmas da sociedade contemporânea (Pluig, 2011).

Desta forma será tida em conta a especificidade de cada caso, através da compreensão do seu contexto emergente, a densidade dos fenómenos que os caracterizou, as múltiplas estratégias de ação e os resultados que derivaram destes acontecimentos.

Estes estudos de caso contemplam planos de ordem quantitativa e qualitativa, para a melhor compreensão dos fenómenos em análise. Tal como refere Coutinho e Chaves (2002), apesar de usualmente atribuírem-se aos estudos de caso apenas planos qualitativos, por vezes a combinação de ambos os métodos (qualitativos e quantitativos), pode ajudar à melhor compreensão dos fenómenos sociais. Neste caso a sua utilização justifica-se pela necessidade de compreender como diferentes fatores, tal como a taxa de penetração tecnológica e características sociodemográficas, influenciaram os eventos ocorridos (plano quantitativo), ao mesmo tempo que se descrevem e interpretam os acontecimentos, de forma a

compreender as complexas relações que envolvem este fenómeno (plano qualitativo).

As limitações deste tipo de opção metodológica prendem-se pelo fato do investigador poder de algum modo influenciar o estudo, uma vez que este se caracteriza pelo seu teor descritivo, podendo ser condicionado na sua análise. Este método, particularmente o estudo de caso único, fornece também poucas bases para generalizações, uma vez que estuda casos particulares, inseridos em contextos e dinâmicas específicas. É de destacar que este tipo de abordagem pretende chegar a preposições teóricas (por outras palavras, modelos teóricos) e não a preposições que levem a generalizações. Tendo em conta estas limitações, e de forma a compreender estes acontecimentos enquanto um fenómeno global, o estudo de caso múltiplo permite uma maior abrangência nas preposições teóricas, uma vez que o mesmo fenómeno é analisado em diferentes ambientes.

O suporte a esta investigação é de ordem documental (análise baseada em fontes secundárias), onde se procurou uma vasta diversidade de fontes, desde artigos científicos a artigos de jornais e revistas, de forma a que, através do cruzamento de diferentes dados, fosse possível chegar a uma descrição o mais fidedigna possível dos acontecimentos em análise.

Serão quatro os estudos de caso contemplados nesta investigação:

1. A Revolução Tunisina

A “Revolução de Jasmim”, como ficou conhecida a onda de protestos e manifestações que ocorreram na Tunísia, foi o evento pioneiro da onda de agitação social que marcou o ano de 2011. Estas revoltas, inicialmente motivadas por questões económicas, rapidamente se transformaram em reivindicações de teor político, que serviram de inspiração para os vários acontecimentos que marcaram a “Primavera Árabe”.

2. A Revolução Egípcia

Pouco depois da revolução tunisina, o Egito protagonizou a segunda queda de regime na região MENA, numa série de mobilizações que ficaram conhecidas como a “Revolução de Lótus”. Em apenas 18 dias os manifestantes conseguiram forçar a queda do regime, numa série de protestos que ficaram marcados por uma ousada medida governamental, o corte no acesso à Internet e às redes móveis.

3. A Constituição Islandesa

Alguns anos antes, a Islândia tinha dado os primeiros sinais da agitação social, com a população islandesa a mobilizar-se massivamente contra as medidas de austeridade implementadas face à crise financeira, que havia afectado severamente a economia do país. A forte presença das ferramentas digitais e da Internet nos protestos islandeses, conduziu a que, em 2010, a Islândia experienciasse uma das principais iniciativas de participação cívica digital a nível mundial, a redação de uma nova constituição com a contribuição dos cidadãos.

4. Movimento 15M – “Los Indignados”

Este movimento emergiu em Espanha face à deterioração das condições de vida e às medidas de austeridade impostas pelo governo, que acentuaram a crescente crise de confiança nas instituições políticas e financeiras. O apelo deste movimento resultou na ocupação de espaços públicos por milhares de manifestantes e centenas de protestos por várias cidades espanholas, tendo chegado mesmo a transpor fronteiras, influenciando diversas ações reivindicativas em diferentes países ocidentais, que se coordenaram na luta por uma revitalização do sistema democrático. Este movimento experienciou novos métodos de organização e participação cívica, e procurou explorar propostas que pudessem transformar o atual sistema político.

Através da comparação destes estudos de caso pretende-se verificar: (1) de que modo as tecnologias digitais transformam os processos comunicacionais, (2) quais os efeitos efetivos da utilização das novas tecnologias nestas mobilizações, e (3) de que modo estas tecnologias podem contribuir para incrementar a participação cívica.

II - SOCIEDADE, TECNOLOGIA e COMUNICAÇÃO

1. Sociedade e tecnologia: Abordagens teóricas

As últimas décadas foram marcadas por significativas mudanças a nível económico, político e social, mudanças essas relacionadas com a colossal evolução e expansão das tecnologias de informação e comunicação, que globalizaram as várias esferas de atividade humana (Medeiros, 2008).

Analisar as práticas e dinâmicas dos movimentos sociais exige sempre uma reflexão sobre a natureza da sociedade onde estes emergem (Pluig, 2011). E é nesse sentido que se torna fundamental fazer uma reflexão sobre a sociedade contemporânea, para que possamos compreender como os movimentos sociais se desenvolvem no atual contexto e como interagem com os restantes atores sociais.

Antes de apresentar o atual paradigma social e tecnológico, que nos confronta com a emergência de uma “nova” sociedade, irei apresentar algumas reflexões académicas decorrentes do estudo continuado de diversos autores, que desde meados do século XX, procuram compreender a relação entre a tecnologia e a sociedade.

Segundo Maria João Simões (1996), o debate sobre a importância das tecnologias nas sociedades modernas tem sido dominado por abordagens predominantemente deterministas e reducionistas. Esta autora dá-nos conta de duas perspectivas antagónicas que prevalecem ainda hoje nos debates sobre tecnologia e sociedade. Por um lado temos o determinismo tecnológico, que dominou durante vários anos o debate científico sobre o tema, e por outro o determinismo social que emergiu de forma a integrar as dimensões sociais na análise tecnológica.

De forma sucinta enunciarei as principais premissas que derivam do debate entre estas duas abordagens de forma a que, durante esta dissertação sejam evitadas explicações de cariz determinista, que, como refere Simões (1996),

dominam muitos dos discursos académicos e fornecem pouca mais valia em termos heurísticos, condicionando a interpretação de vários acontecimentos sociais.

Segundo Dicken (1991), no determinismo tecnológico, as inovações técnicas são consideradas como produtoras de um conjunto de mudanças expectáveis, que tornam inevitáveis “determinadas estruturas e arranjos institucionais”. Uma concepção que encerra em si a ideia de que a tecnologia tem na sociedade um efeito causal unidirecional, sequencial e até previsível (Simões, 1996:1).

Esta abordagem foi defendida por diversos autores como Marshall McLuhan, Harold Innis, Neil Postman, Leslie White e Alvin Toffler, que consideram a tecnologia enquanto unidade externa à sociedade, isenta de influências e capaz de explicar, por si só, todas as mudanças sociais. (Simões, 1996; Lima, 2001).

As principais críticas a esta abordagem residem na ausência de explicações sobre os fenómenos e contextos que contribuem para a criação e desenvolvimento tecnológico, para além do fato dos seus efeitos serem descritos como pré-estabelecidos e homogéneos. Para vários críticos do determinismo tecnológico a escolha de uma tecnologia em detrimento de outra, uma vez que diferentes tecnologias coexistem em simultâneo, não decorre apenas de uma avaliação técnica do instrumento, existem outros factores de ordem social e cultural que condicionam a opção. Estes factores são totalmente menosprezados nesta abordagem, bem como o fato dos atores sociais terem a capacidade de alterar o rumo da evolução tecnológica e até de redefinirem novas formas de utilização para os utensílios tecnológicos, que *à priori* não eram expectáveis na sua concepção.

Numa perspectiva oposta, o determinismo social considera que as tecnologias que são inteiramente determinadas por factores de ordem social. Para vários autores defensores desta abordagem, como Foucault (1977) e Braverman (1974), a tecnologia é desenvolvida de forma a responder aos interesses das organizações corporativas, particularmente centradas nos interesses económicos (Simões, 1996). À predominância de abordagens economicistas dentro deste referencial teórico, Giddens (1991) e Lyon (1992) acrescentam a importância de outras esferas na evolução tecnológica (Simões, 1996). Segundo estes autores os interesses estatais e militares conduziram muitas vezes à inovação tecnológica, a

título de exemplo Lyon (1992) aponta o desenvolvimento na área das TIC e da computação, impulsionadas pela Guerra Fria, onde não foram os interesses económicos a predominar (Simões, 1996). Na perspectiva do determinismo sociológico, os elementos que moldam a tecnologia cingem-se às corporações e governos, movidos pelos seus próprios interesses sociais, e desta forma, os restantes atores sociais são encarados como impotentes em relação à evolução tecnológica que os envolve. Esta abordagem renega também qualquer condicionamento por parte da tecnologia, o que, segundo Walter (1985) pode resultar numa visão reducionista do papel da tecnologia. Apesar deste autor considerar que é necessário estabelecer limites na análise ao condicionamento tecnológico, a sua ausência é considerada como negligente (Simões, 1996). Maria João Simões (1996) alerta assim, para a importância de ter em conta o condicionalismo recíproco de ambas as partes, da tecnologia sobre a sociedade, e da sociedade sobre a tecnologia.

É consensual entre ambas as abordagens que se verificam mudanças sociais decorrentes da integração das tecnologias, o grande diferencial que opõe estas duas perspectivas reside no fato de, no determinismo tecnológico esta mudança limitar-se à influência da tecnologia enquanto mecanismo técnico, e no determinismo sociológico esta mudança estar limitada aos interesses económicos, políticos e militares que condicionam o desenvolvimento tecnologias.

Na análise sobre a relação entre a tecnologia e a sociedade, tanto Castells como Lévy, procuram afastar-se dos determinismos enunciados (Sousa, 2009). Para Castells “o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem as suas ferramentas tecnológicas” (Castells, 1999:43). O autor reforça que as ferramentas tecnológicas são incorporadas pela sociedade, impulsionando a transformação das estruturas sociais, na medida em que a sua utilização é adaptável às necessidades, valores e interesses dos vários atores sociais. Posição reforçada por Pierre Lévy que, num afastamento à visão condicionante de ambos os determinismos, afirma que “por trás das técnicas agem e reagem ideias, projectos, utopias, interesses económicos, estratégias de poder, toda a gama de jogos dos homens em sociedade” (Lévy, 1999:24).

Partindo da perspectiva destes autores, a tecnologia será analisada no âmbito desta dissertação, enquanto, não só uma ferramenta, mas um processo em desenvolvimento, que através das suas características técnicas podem condicionar a atuação dos atores sociais, mas nunca determiná-la. Como Melvin Kranzberg afirma, *“technology is neither good nor bad; nor is it neutral. It is a force”*² (Kranzberg, 1986:544). E neste sentido entende-se que os atores sociais têm um papel preponderante na utilização dada à tecnologia, obviamente considerado também o fato de que determinadas técnicas propiciam mais que outras a integração dos vários atores sociais, e que algumas tecnologias podem demonstrar-se mais eficazes do que outras face a determinadas situações, como veremos nos próximos tópicos.

3. A emergência da sociedade em rede

Desde a década de 70 que várias teorias dão conta da emergência de um novo paradigma social e tecnológico, que se relaciona com o surgimento de uma nova forma de organização social, popularizada sobre o termo “sociedade de informação” ou “sociedade do conhecimento”, embora seja representada para diversos autores segundo diferentes terminologias³ (Silva, Correia & Lima, 2010:5).

Para Webster (1995) é possível dividir o debate sobre a “sociedade de informação” em duas correntes, por um lado aqueles como Daniel Bell, Jean Baudrillard, Mark Poster, Michel Piore e Manuel Castells que consideram que esta sociedade representa uma ruptura com o passado, e portanto trata-se da emergência de uma nova ordem social; e por outro lado aqueles como Herbert Schiller, Aglietta, David Harvey, Anthony Giddens e Habermas, que consideram que esta sociedade representa uma continuidade das que a antecederam, sendo que, trata-se apenas de uma sociedade mais evoluída (Coutinho, 2003). Em ambas as correntes reconhece-se que a integração das tecnologias atingiu um nível sem

² Tradução Livre: “A tecnologia não é boa nem má; e também não é neutra. É uma força.”

³ Esta nova estrutura social adquire várias expressões na sua definição, para McLuhan (1977), trata-se da “Aldeia global”, para Bell (1973) a “Sociedade pós industrial”, para Toffler (1980) a “Terceira onda”, para Negroponte (1995) “Sociedade digital”, para Castells, “Sociedade em rede” entre muitas outras definições (Silva, Correia & Lima, 2010:5).

precedentes na história, abrangendo praticamente todas as esferas da atividade humana (*Idem*).

Com a convergência da área das telecomunicações e da informática, no final da década de 80, inícios da década de 90, consolidou-se para vários autores a ideia de uma nova estrutura social, fazendo emergir um novo conceito, a “rede” (Coutinho, 2003:83). Manuel Castells apresenta-se como o principal teórico em torno desta perspectiva sendo que para ele, as tecnologias de base microelectrónica têm capacidade de conferir novas características “a uma velha forma de organização social: as redes” (Castells, 2005:4).

As redes, que se caracterizam pela sua flexibilidade e adaptabilidade, sempre estiveram presentes enquanto forma de organização social, embora, historicamente, a sua presença prevalecesse quase exclusivamente no domínio da vida privada, enquanto que no domínio público predominavam as grandes corporações com estruturas hierárquicas verticais (Castells, 2001, 2005).

Para compreendermos uma sociedade devemos ter em conta as ferramentas tecnológicas que a caracterizam, e neste sentido Castells acredita que as novas tecnologias de informação e comunicação vieram possibilitar a emergência de uma nova sociedade, “a sociedade em rede” (Castells, 1999). Segundo este autor atribuir a designação de “sociedade de informação” a esta nova estrutura social pode conduzir a uma interpretação vaga e imprecisa sobre os seus fundamentos, uma vez que existe uma tendência em colocar-se a informação e o conhecimento como os aspectos centrais desta sociedade, quando estes sempre foram primordiais em todas as sociedades (Castells, 1999, 2005).

Para Castells a “sociedade em rede” já configura a realidade atual, sendo que a sua estrutura social se caracteriza por ser baseada em redes e operada pelas tecnologias de informação e comunicação (Castells, 2005). Neste sentido, “as redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de energia eram as infra-estruturas sobre as quais a sociedade industrial foi constituída” (Castells, 2005:18)

O novo paradigma tecnológico que alicerça esta sociedade, é o paradigma das tecnologias de informação e comunicação, cuja base material assenta em cinco características: (1) a informação é a principal matéria-prima desta sociedade, não apenas pelo fato desta atuar sobre a tecnologia, porque isso já acontecia nas sociedades anteriores, mas porque agora também a tecnologia age sobre a informação, formando uma relação de reciprocidade; (2) o fato das tecnologias atuarem sobre uma parte primordial à atividade humana, a comunicação e a informação, confere às redes tecnológicas uma enorme capacidade de penetrabilidade, que causa efeitos nas diversas esferas de ação humana; (3) a morfologia das redes é adaptável às constantes mutações e transformações que caracterizam a estrutura social atual, reprogramando-se de acordo com as exigências dos atores sociais e difundindo a sua lógica com relativa facilidade, graças às redes tecnológicas, que diluem fronteiras temporais e espaciais; (4) o sistema de redes é predominantemente flexível, o que quer dizer que os seus processos são reversíveis e reconfiguráveis sem que sejam colocadas em causa as organizações e instituições que o constituem; (5) existe uma convergência das tecnologias em sistemas altamente integrados, onde diferentes componentes tecnológicos são indissociáveis e tornam-se interdependentes (Castells, 1999).

Para Castells este novo paradigma “tem uma capacidade de *performance* superior em relação aos anteriores sistemas tecnológicos”, mas o seu uso em prol de mudanças sociais significativas, não depende somente do acesso aos utensílios tecnológicos, mas também de quem o utiliza, onde é utilizado e para que finalidade é utilizado (Castells, 2005:19). A “sociedade em rede” manifesta-se assim em todas as dimensões da atividade humana, na economia, na política, na cultura e na sociabilidade. De uma forma genérica estes domínios tornaram-se globais, e por isso, esta sociedade é também produtora de desigualdades sociais. A dinâmica que rege as redes abrange todos os atores sociais, mesmo aqueles que não têm acesso material às tecnologias (Castells, 1999). As redes promovem um sistema aberto, que permite aos nós interligarem-se e reconfigurarem as suas posições. Nas rede a autoridade é descentralizada e permite múltiplos pontos de entrada no sistema, redefinindo as relações de poder que se estabelecem sob a sua dinâmica (*Idem*).

4. A comunicação na construção das relações de poder

“Throughout history communication and information have been fundamental sources of power and counter-power, of domination and social change. This is because the fundamental battle being fought in the society is the battle over the minds of the people.” (Castells, 2007:238).⁴

Uma das características fundamentais da “sociedade em rede” é a transformação na área da comunicação e segundo este autor, é neste campo que se definem as relações de poder que predominam numa sociedade (Castells, 2005). Neste sentido, a “sociedade em rede” apresenta atributos específicos que se manifestam na forma como o poder é exercido (*Idem*). Para Castells (2007, 2009), existem dois mecanismos para reforçar uma posição dominante. Por um lado, o poder pode ser submetido por meio de coação e intimidação, ou por outro lado, ele pode ser erguido através da construção de significados na mente dos atores sociais. Assim o autor considera que a primeira hipótese é menos eficaz do que a segunda, pois se a maioria das pessoas pensar de forma diferente às normas e valores impostos, a sociedade inevitavelmente irá mudar (ainda que muitas vezes não mude de forma a cumprir as expectativas dos intervenientes desta mudança).

A forma como os indivíduos pensam é determinante no destino da sociedade, e o campo da comunicação desempenha um papel fundamental no estabelecimento das relações de poder, uma vez que é através dos processos comunicacionais que se transmitem informações e se partilham opiniões, mecanismos fundamentais para a construção de significação. A comunicação é fundamental não só para os que exercem o poder, como também para aqueles que procuram questionar os valores dominantes.

A produção de significados na sociedade deriva principalmente de fontes de comunicação socializada, quer isto dizer que as relações de poder que se

⁴ Tradução Livre – “Ao longo da história comunicação e informação tem sido fontes fundamentais de poder e contra-poder, de domínio e mudança social. Isso ocorre porque a batalha fundamental a ser travada na sociedade é a batalha sobre as mentes das pessoas.”

estabelecem na sociedade dependem em grande medida da comunicação que decorre no âmbito público (Castells, 2005, 2007, 2012).

Os meios de comunicação de massa desempenharam um papel fundamental na construção de significados na sociedade industrial e conseqüentemente foram primordiais na definição de estruturas de poder (Castells, 2007). Ainda hoje *mass media* têm uma enorme capacidade de definir os assuntos presentes no quotidiano dos atores sociais (McCombs, 2009; Traquina, 2000). De certo modo, um assunto excluído dos media é um assunto inexistente.

Tendo em conta as características dos meios de comunicação de massa, que são baseados em estruturas hierárquicas verticais, de interação quase nula, e onde poucas empresas monopolizam grande parte do mercado, podemos dizer que estas importantes ferramentas estiveram sempre ao dispor de uma minoria (a elite) com capacidade de influenciar as crenças, os valores e as opiniões de milhões dos indivíduos, podendo manipula-los de acordo com os seus próprios interesses (Rheingold, 1993).

Para que projetos e valores alternativos transformem a consciência e a opiniões dos atores sociais são necessárias redes de comunicação que permitam esse feito, e é neste sentido que Castells constrói a ideia de que a “sociedade em rede” permite uma redefinição nas formas de poder (Castells, 2005).

As estruturas fundamentais nesta “nova” sociedade são as tecnologias digitais, que trouxeram consigo uma variedade de ferramentas comunicacionais e informacionais, como a Internet, que se caracterizam por funcionar em redes de comunicação horizontais, que proporcionam interatividade, e uma comunicação que Castells designa de “auto-comunicação de massa” (Castells, 2009:88). A auto-comunicação de massa define-se como a possibilidade que qualquer indivíduo ou grupo têm em aceder a um meio de comunicação de alcance global sem a mediação do sistema de media (Castells, 2009).

Sendo que as fontes de poder na atualidade articulam-se entre o local e o global, também os movimentos de resistência e contrapoder, que tendem a ser locais, necessitam de discursos e plataformas globais para que possam competir

contra os valores vigentes. McCombs (2009) reforça que atualmente é visível a expansão que a Internet permitiu em termos de informação e acesso a múltiplos conteúdos. Segundo Downing (2003) e Juris (2008) os atores sociais estão a utilizar as redes de comunicação para defenderem os seus interesses e reafirmarem os seus valores (Castells, 2009).

Mokyr acrescenta que o principal motivador do conservadorismo tecnológico foi sempre o receio de que a tecnologia pudesse contribuir para a instabilidade social (Castells, 1999). Um receio bastante presente em diversas sociedades, como a chinesa, onde o estado investe milhões de euros no controle e censura do ciberespaço, para evitar fluxos informacionais e comunicacionais divergentes ao regime (Li, 2013).

III - MOVIMENTOS DE CONTRA-PODER E A ERA DIGITAL

1. A Internet e os novos media

A Internet é apontada como a tecnologia que melhor caracteriza a sociedade contemporânea (Castells, 2001). De fato, esta ferramenta digital tem integrado praticamente todas as esferas de atividade humana, modificando hábitos e transformando a forma como os atores sociais interagem entre eles.

Deste modo iniciar-se-á este capítulo caracterizando a dimensão da rede e a forma como a virtualidade tem afetado as práticas dos indivíduos na sociedade contemporânea, para que assim se possa compreender o porquê e a forma como os movimentos integraram as novas tecnologias nas suas práticas comunicacionais.

Atualmente a Internet encontra-se ao acesso de mais de 3 mil milhões de indivíduos, cerca de 40% da população mundial⁵, sendo o meio de comunicação com mais rápida penetração na história mundial (Castells, 2001). Enquanto que nos EUA, a Rádio demorou trinta anos a chegar à marca de 66 milhões de utilizadores, a Televisão demorou somente quinze anos, e a Internet atingiu esse número apenas três anos após ter sido disponibilizada a *world wide web* (Castells, 1999).

No entanto, a sua propagação não aconteceu de forma uniforme por todo o mundo, e ainda hoje é possível verificar uma divisão digital, onde as maiores taxas de penetração se apresentam nas zonas mais desenvolvidas do planeta. Regiões como a América do Norte, a Austrália/Oceania e a Europa apresentam taxas superiores a 70% enquanto que, regiões como a Ásia e África, esta taxa é inferior a 35%. Apesar da discrepância apresentada, nos últimos anos, o crescimento da taxa de penetração da Internet nas regiões onde predominam países menos desenvolvidos tem sido impressionante⁶.

A Internet, enquanto plataforma comunicacional, tem um grande influência nas crenças, valores e percepções que se constroem na mente dos indivíduos

⁵ Para informação complementar sobre a evolução da Internet ver Tabela 1.

⁶ Ver Tabela 2.

(Rheingold, 1993). Neste sentido, a sua expansão tem sido acompanhada por diversos prenúncios “revolucionários” sobre o seu potencial em transformar a sociedade. Não devemos no entanto ignorar que este mesmo discurso acompanhou a introdução de outras tecnologias (Rheingold, 1993; Coutinho, 2007; Jankowski, 2010; Hofheinz, 2011). Na idade de ouro da Rádio, esta era anunciada como sendo o meio de comunicação com o potencial de levar a cultura a todo o lado e o mesmo se sucedeu com a Televisão, que foi aclamada como destinada a transformar a educação (Jankowski, 2010). Na prática muitos destes presságios não se concretizaram inteiramente como os otimistas os previram (Coutinho, 2007).

Ainda assim, nem só de esperança foram feitos estes discursos. O pessimismo e o receio também estiveram sempre presentes na introdução de inovações tecnológicas, particularmente no caso das tecnologias de informação e comunicação, que foram sempre temidas como potenciais mecanismos de propaganda política e de deturpação dos valores sociais (Coutinho, 2007; Jankowski, 2010).

No discurso sobre a influência da Internet na sociedade predominam também duas abordagens antagónicas, por um lado os ciberutópicos e por outro os cibercéticos (Hofheinz, 2011). Os ciberutópicos têm enfatizado o potencial da Internet e dos novos media enquanto plataformas que promovem a emancipação da comunicação. Para os defensores desta abordagem a Internet capacita particularmente os oprimidos, conduzindo à revitalização da esfera pública e consequentemente à mudança social (Morozov, 2011). Enquanto promotora de redes horizontais, esta tecnologia permite o acesso global à informação, e uma comunicação em tempo real que não encontra barreiras geográficas, e é neste sentido que se pressupõe que “se for concedida uma conectividade eficiente à população, e se lhes fornecerem os utensílios necessários, a democracia será uma consequência inevitável” (Morozov, 2009: ¶ 4). O otimismo que reside nesta abordagem pode ser sintetizado através da célebre frase proferida pelo ativista Wael

Ghonim⁷ em entrevista à CNN: *“If you want to liberate a society, just give them the Internet”*⁸ (Hofheinz, 2011: 1417).

Os cibercéticos, por seu lado, têm alertado para o fato de que o pensamento ciberutópico é um pensamento ingênuo, onde existe uma recusa em aceitar que a Internet é, na realidade, uma ferramenta desvantajosa (Morozov, 2011). Evgeny Morozov, um dos principais críticos do ciberutopismo, reconhece outrora também ter sido dominado pelo pensamento romântico de que a Internet seria um excelente aliado nos processos de democratização, sendo que ele próprio foi um dos grandes responsáveis por atribuir aos eventos da Moldávia (2009) a designação de “Revolução Twitter” (Hofheinz, 2011).

Segundo Morozov existe uma obsessão do mundo ocidental em promover a democracia por meio digitais, quando na realidade, estas ferramentas permitem aos regimes autoritários divulgar os seus próprios pressupostos e aperfeiçoem técnicas de vigilâncias e de censura, conduzindo a um caminho oposto ao da democratização (Morozov, 2009, 2011; Hofheinz, 2011). Este autor argumenta assim, que as teorias ciberutópicas priorizam a análise da Internet enquanto ferramenta, negligenciando o contexto onde esta é inserida, sendo que os seus pressupostos encontram dificuldades em se adaptar a países não ocidentais (Morozov, 2011). Morozov (2011) acrescenta ainda que, com a Internet a ter um papel cada vez mais relevante na política, o que se tem verificado, tanto em países autoritários como em países democráticos, é que esta tem reforçado o poder das elites e não o contrário.

Parte da imprecisão que decorre da análise do potencial da Internet enquanto transformador sociopolítico, reside, segundo Morozov, no fato de se confundirem as noções de “usos desejados”, e “usos reais” da tecnologia. Este autor verificou no seu estudo sobre a hierarquia de atividades online que a Internet é utilizada principalmente para fins recreativos e não para práticas políticas ou cívicas (Gonzalo, 2014).

⁷ Wael Ghonim, diretor de marketing da Google no Médio Oriente, e também um ativista com um papel preponderante na revolução egípcia, como será possível verificar na análise do caso de estudo do Egito.

⁸ Tradução Livre : “Se querem libertar a sociedade, basta disponibilizarem a Internet”.

Castells (2001) tem reforçado o fato da Internet ser uma tecnologia particularmente maleável, podendo assumir diferentes formas de acordo com a prática social a que é submetida. Deste modo, o autor considera ser difícil de prever as mudanças sociais que podem decorrer da sua utilização, pois estas dependem fortemente do contexto de uso.

A arquitetura aberta das redes digitais tem possibilitado a sua inovação, e permite a sua extensão a novas aplicações, uma que os utilizadores facilmente se tornam produtores, fato que foi particularmente evidente nos primórdios desta tecnologia (Rheingold, 1993; Castells, 2001).

Rheingold (1993) acredita que de um modo geral, a Internet tenderá a ser controlada pelas elites, uma vez que se demonstra como um importante elemento na construção de significação na sociedade. Este autor reforça assim, que o futuro da internet depende em grande medida da intervenção dos indivíduos na sua discussão e modelação. A literacia digital, entendida como a capacidade que os indivíduos possuem para manusear os dispositivos informáticos e as redes *web* de forma a tirar o melhor proveito das suas capacidades, é então preponderante para o destino da Internet, uma vez que os atores sociais, possuindo esta capacidade, podem modelar o seu uso de forma a que a Internet não seja limitada aos interesses comerciais e políticos delimitado pelas elites.

2. Formas de sociabilidade digital e práticas online

Uma das características que se destaca na sociedade contemporânea é a integração das tecnologias digitais nos processos informacionais e comunicacionais, que se tem manifestado em novas formas de sociabilidade, cada vez mais mediadas por computadores e outros aparelhos digitais (Castells, 2005).

A Internet apresenta-se como um espaço de excelência para a proliferação de fluxos informacionais e comunicacionais. A diluição de barreiras espaçotemporais aliada às suas características multimodais, que permitem a referência a hipertexto

global através da mescla de diferentes elementos (vídeo, imagem, áudio e texto), conferem a este meio características de sociabilidade únicas (Castells, 2012).

Múltiplas formas de ação e interação foram criadas e continuam a ser desenvolvidas no espaço virtual, impactando hábitos culturais e sociais. Um número crescente de utilizadores adota a internet enquanto fonte de informação e de comunicação, e cada vez mais, as atividades sociais e comerciais têm aproveitado as capacidades da Internet para rentabilizar as suas performances. Os próprios *mass media* tradicionais têm-se vindo a adaptar a esta nova realidade fornecendo cada vez mais conteúdo online, e promovendo uma maior interatividade com o público através das ferramentas *web* (Molina, 2013).

A “auto-comunicação de massa” proporcionada pela Internet tem resultado na emergência de diversas ferramentas comunicacionais interativas que permitem aos atores sociais se expressarem, partilhando opiniões, conhecimento e até as suas emoções, tudo isto numa escala global.

Rheingold (1993) foi um autores pioneiros na abordagem das novas formas de sociabilidade proporcionadas pelas redes digitais, numa altura em que a internet ainda estava numa fase bastante prematura. Este autor defendeu entusiasticamente a emergência destas novas formas de interação digital, atribuindo-lhes o nome de “comunidades virtuais” (Castells, 1999). Para Rheingold (1993), a Internet permitiu a revitalização do conceito de “comunidade”, na medida em que os indivíduos ganharam capacidade de se agruparem em torno de valores e interesses comuns, sem limitações geográficas. Wellman e Gulia (1999) concordam com Rheingold e defendem que a Internet veio transformar o conceito de “comunidade”, banindo a ideia de fronteira geográfica, definida tradicionalmente pela sociologia (Li, Ng & Ong, 2006).

Wellman (2001) reforça a existência de duas propriedade que abarcam o conceito de comunidade virtual: (1) enquanto redes sociais, elas promovem a interação entre os indivíduos, e neste sentido têm uma grande permeabilidade no quotidiano das pessoas; (2) pelo fato das pessoas serem portadoras de informação e de conhecimento, estes dois elementos têm uma importante função dentro das comunidades (Li, Ng & Ong, 2006).

Rheingold (1993) acredita que as comunidades virtuais têm o potencial de elevar o cidadão comum a vários níveis, embora reconheça que a tecnologia por si só não conduzirá a esta condição. Para este autor um dos problemas da rede é o da “oferta de demasiada informação e poucos filtros efetivos passíveis de reterem os dados essenciais, úteis e do interesse de cada um” (Costa, 2005:59). Neste sentido, Costa acrescenta que “é no horizonte do excesso de informações que encontramos as comunidades virtuais, funcionando como verdadeiros filtros humanos inteligentes” (Costa, 2005:59). Esta posição é reforçada por Lévy (2002) que defende que a participação neste tipo de comunidade contribui para a formação de “inteligência coletiva”, uma vez que é estimulada a cooperação e a troca de conhecimentos entre os seus participantes. (Costa, 2005). Segundo Lévy, “uma rede de pessoas interessadas pelos mesmos temas é não só mais eficiente do que qualquer mecanismo de busca, mas sobretudo do que a intermediação cultural tradicional, que filtra sempre demais” (Costa, 2005:60).

Segundo a análise de Fernback e Thompson (1995) as comunidades virtuais são bastante atrativas pela sua fluidez, mas é também esta mesma fluidez que as torna extremamente voláteis. Rapidamente os indivíduos passam de uma posição ativa para o abandono, o que contribui para a instabilidade destas agregações, e neste sentido estes autores acreditam que relações virtuais apenas contribuem para a desfragmentação da esfera pública (Jankowski, 2010). Dijk (1998) defende também que as relações virtuais não podem recuperar a ideia subjacente às comunidades, em grande medida porque as culturas e identidades que interagem no espaço virtual são demasiado heterogêneas e fluídas para que possa ser desenvolvido sentimento de pertença (Castells, 1999).

Por outro lado Wellman procurou demonstrar, através da análise de vários artigos (1996/1999), que as comunidades virtuais não precisam necessariamente de se opor às comunidades físicas, podendo simplesmente complementá-las (*Idem*). Para muitos analistas, as comunidades virtuais eram vistas como potenciais isoladores sociais, que iriam desvincular os indivíduos do mundo “real”, quando na verdade o que se tem vindo a verificar é exatamente o contrário. Segundo Castells (2001), o uso da Internet tem vindo a reforçar as relações sociais, não só as que se

estabelecem à distância, mas também as relações a nível local, citando ainda um estudo desenvolvido por Uslaner (1999) onde se verificou que os utilizadores regulares da Internet são mais propícios à sociabilidade.

As redes digitais desenvolvem particularmente a multiplicação de laços fracos, e este tipo de laços são bastante úteis para angariar informações e oportunidades a baixo custo (Castells, 2001). A comunicação online propicia também discussões mais desinibidas, onde muitas vezes as minorias ganham um espaço discursivo que não lhes é atribuído no mundo “real” (*Idem*).

As interações digitais têm ganho cada vez maior centralidade no quotidiano dos atores sociais, não só pelo crescimento de aplicações e conteúdos na Internet, mas também pela proliferação de dispositivos móveis que facilitam o seu acesso em qualquer lugar, a qualquer momento. Dados de 2014 revelam que, em média cada utilizador da *web* passa aproximadamente 22,8 horas mensais na rede, sendo uma parte significativa desse tempo é referente ao acesso móvel⁹. Cerca de 79% dos utilizadores já acedem à Internet através de dispositivos móveis, e este tipo tráfego já representa aproximadamente 31% do total de tráfego mundial¹⁰.

De entre as atividades mais populares de 2014, podemos encontrar as redes sociais, a pesquisa, a visualização de vídeos e as compras online¹¹. Dados disponibilizados pela *Netcraft*¹² (Janeiro, 2015) dão conta de que atualmente existem mais de 876 milhões de sites, embora, apenas pouco mais de 177 milhões sejam considerados ativos, ou seja regularmente atualizados. Apesar desta diversidade de opções na *web*, apenas 0,1% dos sites são responsáveis por mais de 50% do tráfego mundial, onde se destaca a predominância de sites como a Google, o Facebook, o Youtube, a Yahoo e o Live¹³, todos eles relacionados com as principais práticas online da atualidade.

⁹ <http://www.statista.com/topics/1145/internet-usage-worldwide/>.

¹⁰ <http://www.statista.com/statistics/284202/mobile-phone-internet-user-penetration-worldwide/>.

¹¹ <http://www.statista.com/topics/1145/internet-usage-worldwide/>.

¹² <http://news.netcraft.com/archives/2015/01/15/january-2015-web-server-survey.html>.

¹³ <http://tekeye.biz/2014/how-many-websites-are-there>.

Se analisarmos a utilização da Internet nos últimos anos, podemos verificar uma crescente adesão às redes sociais online ¹⁴. Estas redes são formas de comunidades virtuais contemporâneas que privilegiam a partilha de conteúdos e a interação entre os seus utilizadores, podendo ser construídas em torno de diversas finalidades.

Atualmente mais de 1.700 milhões de indivíduos encontram-se presentes em algum tipo de rede social online, estimando-se que este número continue em expansão ¹⁵. Entre as redes mais populares a nível mundial encontramos o Facebook, o QQ e o WhatsApp ¹⁶.

O Facebook conta com mais de 1.400 milhões de contas ativas, o que representa cerca de 48% do universo total de cibernautas. Desde o seu surgimento em 2004 que a sua evolução tem sido impressionante, sendo que, nos últimos anos esta plataforma tem vindo a focar a sua expansão nos países emergentes, apresentado atualmente uma elevada taxa de penetração em praticamente todo o mundo ¹⁷.

Esta plataforma permite adicionar contatos e partilhar o mais diverso tipo de conteúdos com a sua rede de amigos, se apresentando como uma ótima ferramenta de gestão de contatos. Na vida real dificilmente se consegue manter ligação com todas as pessoas que se conhece, e é neste ponto que reside a principal vantagem desta rede, a manutenção e expansão de laços fracos (Gladwell, 2010). Para além da funcionalidade de amizade este site de relacionamentos sociais permite também que se “goste”, ou seja que se autorize a receber informações, sobre instituições, organizações, grupos e personalidades mediáticas presentes na rede.

Se em 1993 Rheingold já apontava para a existência de várias subculturas na web, atualmente podemos considerar que essas subculturas se multiplicaram (Junior, 2008). Assim, a autonomia de comunicação que encontramos nas redes

¹⁴ Ver Gráfico 1.

¹⁵ Ver Gráfico 2.

¹⁶ Para detalhes particulares sobre as principais redes sociais e o seu número de utilizadores, ver Gráfico 3.

¹⁷ Ver Figura 1.

sociais, que permite o acesso a múltiplas fontes de informação sobre os mais variados temas, pode ser também encontrada nos blogs e outros sites de partilha de conteúdos como o Youtube (específico para vídeos), Flickr (específico para imagens fotográficas), entre outros, que expõem os atores sociais a conteúdos produzidos pelos próprios usuários. Existem atualmente mais 173 milhões de blogs¹⁸ (2011), em muito impulsionados pela existência de plataformas como o Wordpress e o Blogspot que permitem o desenvolvimento de um *blog* de forma simples, económica e rápida. Deste modo milhares de pessoas em todo mundo utilizam a “auto comunicação de massas” para se expressar sobre assuntos do seu interesse, partilhando essa informação numa rede de acesso global.

No entanto, devemos considerar que vários estudos apontam para o fato de um pequeno número de utilizadores ser produtor de grande parte dos conteúdos disponíveis online. Comunidades como o Yahoo, o Flickr ou a Wikipédia apresentam um rácio de produtores de conteúdos/consumidores de 0,5% (Gonzalo, 2014). Fenómeno que já havia sido verificado por Rheingold em 1993, quando o autor dava conta de que 16% dos participantes em comunidades virtuais eram responsáveis por 80% do conteúdo (Costa, 2005). Uma pesquisa realizada pela Universidade de Cornell e a *Yahoo! Research* (2011) sobre o Twitter, verificou que cerca de 50% dos *tweets* gerados são produzidos por 20.000 utilizadores, que representam apenas 0,05% do total de usuários da plataforma. Estes “utilizadores de elite” são constituídos maioritariamente pela media, por celebridades, organizações, e *bloggers* (Belicove, 2011).

Podemos verificar assim que apesar da expansão da *web* e da variedade de ferramentas de “auto-comunicação de massas” existem ainda, muito mais pessoas a usufruírem dos conteúdos do que a contribuir para a sua construção, sendo que estes conteúdos se revelam como uma importante fonte de orientação para os restantes cibernautas (Costa, 2005).

Apesar deste fato, Castells (2009) ressalta o efeito positivo que a Internet tem sobre a interação social, na medida em que aumenta a exposição a variadas fontes de informação. Machado (2005) salienta também que as redes digitais

¹⁸ <http://www.statista.com/statistics/278527/number-of-blogs-worldwide/>.

exercem uma grande influência simbólica e é atualmente o espaço público de fortalecimento dos atores sociais e de interação de toda a sociedade civil.

3. Movimentos sociais na contemporaneidade

Protestos, manifestações, e movimentos sociais não representam uma novidade para o mundo. O que atualmente tem merecido especial atenção neste âmbito é a sua crescente escala global, a sua complexidade organizacional e as estratégias de comunicação adquiridas nos últimos anos (Bennett, 2003).

Os movimento sociais, não sendo um fenómeno recente, já foram objeto de estudo por parte de diversos autores, sendo que proliferam múltiplas perspectivas e abordagens teóricas esta temática¹⁹. No âmbito desta dissertação este fenómeno é entendido como “ações sociais coletivas de carácter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas de organizar as suas demandas”, sendo que as suas estratégias utilizam um variado repertório de ação, “que variam da simples denúncia passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc), até as pressões indiretas” (Gohn, 2010:13).

A questão da comunicação para os movimentos sociais é, e sempre foi, primordial, sendo que ao longo da história os movimentos se apropriaram dos diferentes recursos comunicacionais disponíveis (Medeiros, 2006; Peruzzo, 2010, Castells, 2012). Segundo Castells (2007, 2009, 2012), Loader (2008), Tilly & Wood (2009), a centralidade que a comunicação assume neste âmbito, deve-se ao fato de ser através dos processos comunicacionais que os movimentos constroem a sua identidade, desenvolvem as suas redes de contato, e organizam e convocam os seus protestos e mobilizações (Treré, 2012). A autonomia da comunicação é assim essencial para os movimentos, pois é fora dos circuitos comunicacionais controlados

¹⁹ Para saber mais sobre as diferentes abordagens teóricas ao estudo dos movimentos sociais é aconselhada a leitura do capítulo “O que se alterou nas teorias dos movimentos sociais?” (Gohn, 2008)

que estes ganham possibilidade de criar novas normas e valores, que potencialmente possam transformar a sociedade (Medeiros, 2006; Castells, 2007, 2012).

Os movimentos sociais são coletividades de carácter essencialmente emocional, com raízes na percepção das injustiças, que numa fase primária, raramente apresentam um programa ou uma estratégia política. Desta forma estes movimentos de contra-poder centram-se em transformar a emoção em ação, e para que tal aconteça é necessário o recurso a processos comunicacionais que permitam que os indivíduos se conectem e partilhem um mesmo sentimento de injustiça. Deste modo, experiências individuais ganham a relevância necessária para formarem uma identidade coletiva que potencie a construção de estratégias de ação (Castells, 2012).

Tal como Touraine (1984) constatou, o estudo dos movimentos sociais é indissociável do seu contexto histórico, uma vez que as suas reivindicações relacionam-se com especificidades sociais, económicas e políticas do ambiente envolvente (Pleyers, 2010). Até meados dos anos 60, os movimentos sociais eram associados à luta de classes, onde trabalhadores e sindicatos eram os atores centrais de um conflito predominantemente materialista, emergente das contradições do sistema capitalista e das relações de produção existentes (Machado, 2005; Estanque, Costa e Soeiro, 2013). Com o passar do tempo, estes movimentos foram ganhando dimensão e complexidade, e questões de identidade e novos valores, afastados da questão materialista, foram sendo agregados às suas ações reivindicativas. Segundo Machado, “os movimentos sociais passaram a desempenhar um importante papel enquanto catalizadores de demandas sociais não contempladas pelo Estado” (Machado, 2005: ¶ 11).

Nas ondas de protestos recentes, assistimos a um retorno das reivindicações de ordem materialista. A crise financeira de 2008 trouxe severas consequências para várias economias a nível global, e a onda de agitação social de 2011 é uma demonstração de como as questões económicas e laborais voltaram a ganhar centralidade nos protestos e manifestações contemporâneas (Castells, 2012; Machado, 2005; Estanque, Costa e Soeiro, 2013).

Apesar de por si só a instabilidade económica não determinar o aparecimento de movimentos reivindicativos, esta é, muitas vezes, capaz de colocar em evidência tendências e vulnerabilidades que podem contribuir para a instabilidade política e social (Kekic, 2013). No caso da “Primavera Árabe”, onde as populações insurgiram contra os regimes autoritários, foi atribuída à crise de alimentos que em 2010 assolou a região, um efeito de estímulo às revoltas que se seguiram (Castells, 2012; Joffé, 2011). Enquanto isso, no contexto ocidental as manifestações parecem ter surgido numa resposta mais direta à crise, com milhares de indivíduos protestarem contra as medidas de austeridade impostas pelos governos, medidas essas que aboliram uma série de direitos laborais e sociais que demoraram muitos anos a ser conquistados (Estanque, Costa e Soeiro, 2013; Kekic, 2013).

A sociedade contemporânea é resultado de uma série de transformações sociais que globalizaram as várias esferas de atividade humana. E esta globalização é particularmente evidente na dimensão económica e na dimensão política, que trouxeram consigo novos desafios que se apresentam como desafios globais.

A questão da governação local e a ideia de Estado-Nação é cada vez mais difusa, não porque as fronteiras que delimitam um território tenham desaparecido, (pelo menos não num plano físico), mas porque as decisões políticas já não afetam somente uma jurisdição limitada. A governação articula-se entre o local e global, numa complexa rede de conexões, onde muitas das situações políticas estão fora do controle das instituições governantes (Castells, 1999, 2005; Machado, 2005). A própria dimensão económica trouxe consigo novos desafios políticos. Com as economias atuais a interagirem entre si numa rede global, o que se tem verificado é que a movimentação do capital, o recurso à mão de obra, os deveres e os direitos a que as corporações estão sujeitas tornaram-se, em larga medida, bastante flexíveis, o que tem conferido às corporações multinacionais um grande poder na desregulamentação dos mercados, diminuindo a capacidade de intervenção do estado (Castells, 2009).

Recentemente começaram a ser evidentes dois problemas: o desemprego e a precariedade laboral, questões que têm marcado presença nos recentes protestos

globais e que tem afetado particularmente os mais jovens. Num relatório, publicado em 2011, pela *Internacional Labour Organization* sobre tendências de emprego para os jovens, é apontada uma taxa de desemprego de cerca de 25% no Norte de África e de 18% na Europa. No ano seguinte esta mesma agência apontou para um crescimento da taxa de desemprego jovem, que passou a atingir 75 milhões de indivíduos em todo o mundo. Neste relatório é reforçado também o fato de que as expectativas e aspirações dos jovens não encontram correspondência com o estado atual da economia global, situação que se revela como um dos principais pontos de instabilidade social da contemporaneidade (Estanque, Costa e Soeiro, 2013).

As dificuldades económicas e laborais vieram assim acentuar o descontentamento com as instituições governamentais, fenómeno que tem sido particularmente visível na diminuição drástica da participação política nos regimes democráticos (EIU, 2010). Em entrevista ao jornal *Público*, Larry Diamond afirma que “a maioria das pessoas sente-se frustrada e desapontada com as performances das suas democracias”, não só em termos económicos, mas também porque em muitos países existe o sentimento generalizado de que as instituições políticas não estão a cumprir o seu dever (Sousa, 2014: ¶ 6).

É deste modo que Carey reforça o papel dos movimentos sociais enquanto promotores de um espaço de deliberação, onde os assuntos de interesse público encontram margem para serem debatidos. Deste modo, os grupos reivindicativos têm o papel de colmatar a inexistência de um espaço aberto de discussão cívica, que se apresenta não só como uma característica dos regimes autoritários, mas também como uma lacuna no atual sistema democrático representativo (Downing, 2000).

Os movimentos sociais necessitam assim de visibilidade no espaço onde se desenrola a vida social e atualmente este espaço é um espaço híbrido (Castells, 2012). A sociabilidade nas sociedades contemporâneas não se limita ao espaço urbano nem é exclusivo dos meios de comunicação tradicionais, ele é complementado pelo espaço virtual, onde proliferam as ferramentas “auto-comunicação de massa”.

4. Novo repertório de ação dos movimentos sociais

Segundo Tilly (1984) o repertório de ação dos movimentos sociais pode ser entendido como o conjunto de meios que se encontram ao acesso dos atores sociais, e que servem os seus propósitos reivindicativos (Laer & Aelst, 2010). Com base nesta definição, Laer e Aelst (*Idem*) elaboraram uma tipologia sobre o repertório de ação dos movimentos sociais contemporâneos²⁰, baseando-se em duas dimensões exploradas nos parágrafos seguintes: (1) uma distinção entre ações “virtuais” (designadas de *internet-based*), e ações “reais” (*internet supported*); (2) uma distinção entre ações com alto comprometimento (designadas de *high thresholds*) e de baixo comprometimento (*low thresholds*). Recorrendo a esta tipologia e às enunciações destes autores serão analisadas as oportunidades e limitações que derivam da integração da Internet no repertório de ação dos movimentos sociais.

Para estes dois autores as mudanças de repertório que assistimos nos últimos anos decorreram principalmente das transformações no contexto político e organizacional, muito mais do que por influência direta da tecnologia. Com as empresas multinacionais e as instituições de comércio global a terem uma cada vez maior influência sobre as decisões políticas, os movimentos sentiram necessidade de ampliar também o seu alcance de forma a poderem também exercer alguma influência sobre a sociedade. Neste sentido as ações coletivas têm procurado fazer uma migração do nacional (local) para o transacional (global) (Laer & Aelst, 2010).

É deste modo que a Internet e os novos media se apresentam como ferramentas táticas essenciais aos movimentos sociais, pois permitem uma reorganização das suas ações em torno da questão da internacionalização (Bennett, 2003; Ayres, 2005).

Vários académicos que se debruçam sobre a investigação das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais denotam ainda a existência de uma hierarquia no repertório ativista. Segundo McAdam (1986) e Tarrow (1998) algumas formas de ação envolvem maior risco e conseqüentemente maior

²⁰ Ver Figura 2.

comprometimento na sua participação. A ponderação na participação numa ação coletiva envolve vários fatores, desde a percepção de risco, à identificação com uma determinada tática, passando também pela avaliação de eficácia dessa mesma tática na obtenção de um objetivo, até aos custos de participação envolvidos (Laer & Aelst, 2010).

Com a evolução das novas tecnologias digitais assistimos ainda a uma expansão nas formas de ação dos movimentos sociais. Segundo Gurak e Logie (2003), e Vegh (2003), atualmente é possível categorizar as iniciativas dos movimentos em ações “reais”, que decorrem no espaço urbano, e ações “virtuais”, que se desenvolvem no ciberespaço (Laer & Aelst, 2010). Enquanto que as ações “virtuais” dependem exclusivamente dos meios digitais, as ações “reais” constituem formas tradicionais de ação, que há vários anos fazem parte das estratégias dos movimentos sociais, embora, mesmo estas formas de ativismo urbano sejam, na contemporaneidade, suportadas em larga medida pelas novas tecnologias de forma a ampliar o seu alcance. No entanto, autores como Bimber (2000) acreditam que esta distinção entre o mundo *online* e *offline* faz cada vez menos sentido, pelo fato destes dois mundos serem interdependentes, uma vez que as atividades realizadas online influenciam o mundo *offline* e vice-versa (Laer & Aelst, 2010).

Para Boncheck (1995), Naughton (2001) e Bennett (2003) o principal potencial da Internet reside no fato de a sua utilização reduzir significativamente os custos de transação inerentes à organização e mobilização dos grupos ativistas (Bennett, 2003; Laer & Aelst, 2010). Tendo em conta que os recursos disponíveis para os movimentos sociais são normalmente bastante limitados, os media digitais têm a capacidade de se tornar bastante atrativos pelo seu poder comunicacional a baixo custo (*Idem*). De uma forma geral a Internet oferece ótimas oportunidades na redução dos custos logísticos de divulgação associados a iniciativas como as doações de dinheiro, campanhas de boicote a determinados produtos, (ou seja ações predominantemente de baixo comprometimento).

No entanto a Internet também se revela importante para ações de maior comprometimento, segundo Vasi (2006) Bennett *et al* (2008), Gillan *et al* (2008) e Verhulst (2010) as manifestações internacionais nunca teriam sido tão diversificadas

e numerosas sem o recurso à Internet, que possibilitou a diluição de fronteiras espaçotemporais que permitiram aos ativistas estarem interligados na coordenação de protestos. Os próprios laços de solidariedade estabelecidos atualmente entre os movimentos sociais são prova dos efeitos de diluição destas barreiras (Laer & Aelst, 2010).

Desta forma a organização de *sit-ins*, ocupações urbanas e até manifestações de carácter violento, encontram na internet e nas novas redes de sociabilidade digitais, um espaço de comunicação autónoma que potencia a sua organização, convocação, e ainda a denuncia de ações de censura e intervenções policiais violentas sobre os manifestantes e ativistas (*Idem*). Este carácter de denúncia que a Internet assume é, segundo Laer (2009), fundamental na divulgação de situações de violação dos direitos humanos, pois deste modo uma situação particular pode vir a assumir contornos internacionais, que exercem muitas vezes pressão na sua resolução (Laer & Aelst, 2010). Os casos da Tunísia e do Egipto, que serão apresentados no próximo capítulo, são exemplificativos disso mesmo. A enorme exposição mediática que estes protestos tiveram no ocidente levou à intervenção e ao apoio de muitos países durante o processo de queda dos regimes, fato que foi particularmente evidente quando a conexão da Internet foi encerrada no Egipto.

Segundo Norris (2001) e Tilly (2004), no caso das ações que se limitam à intervenção virtual, a questão do acesso e da literacia digital pode revelar-se comprometedor, uma vez que os movimentos podem falhar no engajamento de determinadas camadas sociais, enfraquecendo assim o seu potencial democrático (Laer & Aelst, 2010). Quando as ações são exclusivamente digitais, como é o caso dos *sit-in* virtuais ou do hacktivismo, existe ainda uma falta de percepção dos riscos e consequências legais que decorrem da sua participação, podendo induzir a uma falsa sensação de segurança (*Idem*).

Apesar da Internet diluir barreiras geográficas na proliferação da comunicação e informação, as deslocações físicas dos indivíduos para as ações urbanas, constitui ainda uma forte barreira à participação, principalmente em países de grandes dimensões (Laer & Aelst, 2010). E se por um lado autores como Klein (2001), Bennett (2003), Van de Donk *et al* (2004) enaltecem as características não

hierárquicas e fluídas da Internet como fortalecedoras do ativismo contemporâneo, outros autores como Gladwell veem-nas como definidoras de ineficácia (Laer e Aelst, 2010; Gladwell, 2010). Para Gladwell a descentralização de poder que caracteriza as media digitais contribui para a incoerência dos movimentos que nela emergem e conseqüentemente contribui para a sua ineficácia na obtenção de objetivos. Com muitas vozes a serem ouvidas simultaneamente, e com todas essas vozes a terem a mesma relevância, torna-se difícil, senão impossível, estabelecer objetivos e metas de cumprimento para os movimentos.

No entanto tanto Laer e Aelst (2010) como Castells (2012), reforçam a ideia de que as formas de ação digital não estão, nem irão substituir as formas tradicionais de ação e comunicação, elas se apresentam como formas complementares de ação que viabilizam a participação, participação esta que é encarada por estes autores como positiva para a construção de projetos futuros.

5. Revolução à distância de um click?

Nos últimos anos vários movimentos têm sido apelidados, particularmente pelos media tradicionais, como “Revoluções Twitter”, e “Revoluções Facebook”, revelando uma particular menção às ferramentas online utilizadas nos processos revolucionários (Hofheinz, 2011; Gladwell, 2010). A questão que se coloca face a estas designações, é se estas ferramentas são realmente capazes de impulsionar as mudanças sociais que lhes são atribuídas.

Para Bennett (2003) tanto a Internet como as redes sociais providenciam espaços de comunicação alternativos, e neste sentido têm sido fundamentais para os movimentos sociais principalmente numa fase primária.

O receio das media sociais tornou-se evidente em 2009 quando o governo iraniano pediu a suspensão do Twitter de forma a sustentar a massa crítica que se erguia face ao forjamento eleitoral. Este episódio valeu até a intervenção da secretária de estado norte-americana, Hillary Clinton, que defendeu a liberdade de

expressão e ressaltou a importância destas ferramentas comunicacionais na defesa dos interesses dos cidadãos (Gladwell, 2010).

No entanto, para Morozov (2011) movimentos como os que ocorreram na Moldávia (2009) e no Irão (2009) foram enganosamente designados de “Revoluções Twitter”²¹. Este autor, refere que em ambos os países o número de contas nesta plataforma era bastante reduzido. Esfandiari (2010) acrescenta que grande parte dos *tweets* sobre o Irão, tinham proveniência externa (maioritariamente ocidentais), e se encontravam escritos em inglês. Para este autor é evidente que o papel que o Twitter teve dentro do “Movimento Verde”, forma como foi apelidada a onda de protestos iranianos, foi praticamente nulo. Embora reconheça que esta rede social teve valor no que diz respeito a dar a conhecer o caso iraniano a nível internacional, do ponto de vista interno o seu papel não foi fundamental, sendo que esta plataforma não teve a intervenção na coordenação e a convocação dos protestos que havia sido aclamado pelos media. Fatos como este levam a muitos autores tenham começado a questionar o real papel dos media sociais e da Internet nas mobilizações sociais.

Gladwell (2010) tem defendido a ideia de que o tipo de ativismo que se encontra nas Internet é um ativismo baseado em laços fracos que raramente leva ao ativismo de alto risco. Deste modo Gladwell (2010), tal como Gerbaudo (2009) reconhece que as redes sociais podem até ser bastante eficazes em ações de baixo comprometimento como assinar uma petição ou fazer uma doação, mas quando a ideia é confrontar as normas e práticas vigentes é necessário um tipo de envolvimento no qual as redes sociais não são bem sucedidas (Gladwell, 2010; Laer & Aeslt, 2010). Neste mesmo sentido Diani (2001) defende que a comunicação mediada por computadores carece da confiança necessária ao desenvolvimento de relações sólidas (Aelst & Walgrave, 2004). Para muitos autores paira o ceticismo relativamente ao desenvolvimento de movimentos sociais estáveis e duradouros em torno da Internet (*Idem*).

²¹ Recorde-se que Morozov foi um dos responsáveis, inicialmente, por apelidar os eventos moldavos como “Revolução Twitter”, tema abordado na página 17 desta dissertação.

Earl e Shussman (2003), retomam a concepção de Fernback e Thompson que fala da fluidez que caracteriza as comunidades virtuais, e notam que o ativismo na *web* é fonte de forte adesão, mas normalmente é seguido de um rápido declínio (Aelst & Walgrave, 2004). Assim autores como Diani (2002), Clark e Themudo, (2003) e Tilly (2004) reforçam que a Internet não desenvolve os laços fortes necessários à criação de uma rede de ativismo sustentável (Laer & Aelst, 2010).

Bau (2010) vem defender por outro lado, que laços fracos que caracterizam as redes sociais podem transformar-se em laços fortes, principalmente quando existe um inimigo comum. Esta autora não acredita numa delimitação severa entre estes dois tipos de relação (laços fracos/fortes), reforçando que estas se podem desenvolver num meio termo, assim como na vida “real”. Tal como Castells (2012), que reforça o papel das redes sociais enquanto impulsionador de partilha de experiências fundamentais à construção de projetos cívicos, também Bau vem enfatizar o papel de testemunho que estas redes desempenham, e que mesmo quando não apelam diretamente à participação, têm capacidade de surtir um efeito de inspiração, com bastante relevância para o desenvolvimento de movimentos sociais.

Laer e Aelst (2010) e Castells (2012) reforçam que as redes comunicacionais digitais ajudam os movimentos a operarem globalmente de forma a acompanharem as dinâmicas políticas e económicas. Enquanto que McAdam *et al* (1996) afirmam que as relações sociais proporcionadas pelas CMC não podem substituir as comunicações face a face, e que neste sentido, a simples existência de mecanismo que potencia a comunicação transnacional não resulta necessariamente na emergência de movimentos internacionais (Aelst & Walgrave, 2004).

Etzioni e Etzioni (1999) concluíram que a melhor maneira de criar e manter a identidade coletiva e o sentimento de pertença necessário ao sucesso dos movimentos sociais, é através da combinação de ambos os tipos de comunicação, “virtual” e “real” (*Idem*). Podemos notar que, de uma forma geral, o discurso sobre as vantagens e desvantagens da integração da Internet nas formas de ação coletiva, se tem desenvolvido sobre dicotomias entre o “digital” e o “urbano”, quando na realidade estas duas formas de ação coexistem (Castells, 2012). Aelst e Walgrave

(2004) reconhecem que por vezes o papel da Internet é exagerado pelos media tradicionais quando na realidade existe uma articulação de estratégias e ferramentas nas formas de protesto contemporâneas.

6. Integração das práticas digitais na participação cívica

As TIC têm sido anunciadas como excelentes mecanismos para a promoção do engajamento cívico. As oportunidades de participação que derivam da integração das estruturas horizontais das redes digitais, parecem ter aplicações diversas, tendo levado à emergência de conceitos como o *e-government*, *e-governance* e *e-democracy*.

Em teoria as novas tecnologias apresentam-se com o potencial de promover a discussão aberta de assuntos do interesse público, a participação direta nos processos de decisão política e a transparência dos processos institucionais (Freeman & Quirke, 2012). Mas o que estes autores observam é que na prática os governos têm colocado entraves à desenvoltura destas potencialidades. Segundo Agre (2001), o que acontece é que a utilização da Internet e dos novos media tende a ser aplicada apenas a processos já existentes (Bennett, 2003). A utilização tecnológica por parte dos governos é uma clara evidência disso mesmo. A implementação de soluções tecnológicas tem tido como intuito a redução de custos e a eficiência dos processos burocráticos que envolvem a relação entre o Estado e a população. Assim autores como Freeman e Quirke (2013) e Bennett (2003) afirmam que os principais motivadores para a inserção das TIC nas ações governativas têm sido os fatores económicos, muito mais do que a tentativa de melhorar o sistema democrático.

Freeman e Quirke (2013) distinguem assim três conceitos que segundo eles podem clarificar as aplicações reais e potenciais da Internet, são eles o *e-government*, *e-governance* e *e-democracy*.

O *e-government* é um conceito que surge para explicar a integração das TIC por parte do governo, que promovem uma forma de comunicação limitada à

prestação de serviços e informações sobre a forma de modalidade electrónica. Já o *e-governance* é um conceito que define a forma como o governo e os cidadãos, através da utilização das TIC regulamentam e controlam o ato de governar. A *e-democracy*, muitas vezes também designada de *e-participation* ou *digital democracy*, é, por outro lado, um conceito que surge da interação entre cidadãos e entidades governamentais, mas neste caso com a particularidade de envolver a participação cívica dos cidadãos em temas do interesse público. Neste conceito compreende-se uma atitude ativa dos cidadãos nas decisões políticas, não apenas enquanto forma limitada de interação, como encontramos num referendo, onde as perguntas são fechadas. Este conceito pressupõe um diálogo constante, em que uma tomada de decisão por parte do governo tem como base a ponderação e discussão pública de um assunto, através de meios electrónicos (Freeman e Quirke, 2013).

Apesar de se pressupor uma intervenção do Estado, para que seja possível o sucesso de uma iniciativa *e-democracy*, uma vez que apenas com a legitimidade deste é possível implementar medidas concretas que influenciem a população, as práticas de *e-democracy* não se limitam, nem se devem limitar, aos meios disponibilizados pelos governo, porque tal como já foi referido, grande parte do foco do Governo na implementação das TIC, não está centrado na melhoria do sistema democrático mas sim na rentabilização dos processos governamentais (*Idem*).

Neste sentido, Freeman e Quirke (2012) diferenciam dois tipos de prática dentro da *e-democracy*, uma de liderança governamental, onde o governo propõe a discussão aberta de um tema através das novas tecnologias e que de forma premeditada se espera incluir a decisão popular na decisão política; e outra liderada pelos cidadãos, onde a população autonomamente se organiza através das novas tecnologias e discute assuntos públicos que por vezes conseguem atingir o impacto suficiente para influenciar as agendas políticas e mediáticas transformando ideias e propostas em medidas concretas. Ainda que as práticas de *e-democracy* desenvolvidas pelos cidadãos sejam de alguma forma mais limitadas que as práticas desenvolvidas pelos governos, elas abrem portas a novas formas de discussão e engajamento na vida cívica e política das nações.

O desenvolvimento do projeto de Constituição Islandês, cuja análise irá ser contemplada no próximo capítulo desta dissertação, é uma das maiores provas de que é possível desenvolver iniciativas *e-democracy*. Apesar da sua implementação não ter ocorrido, a forma como o projeto foi conduzido demonstrou que as possibilidades que emergem das TIC podem realmente contribuir para um sistema político mais participativo. Este tipo de práticas são hoje modelos experimentais, tanto para os governos que os adotam, como para os indivíduos e grupos que os procuram desenvolver, e neste sentido ainda se encontram muitos desafios a ser ultrapassados (*Idem*).

Muitos observadores não acreditam, no entanto, que as redes digitais irão afetar significativamente o sistema político, isto porque, segundo algumas pesquisas realizadas por Johnson e Kaye (1999) e Norris (2002) o que se verifica é que os indivíduos politicamente ativos na *web* já o eram no mundo *offline* (Aelst & Walgrave, 2004). Estes autores não se opõe ao argumento de que as tecnologias possibilitam uma performance mais participativa, o que acontece é que referem que a atitude necessária ao seu sucesso se encontra condicionada pelos próprios indivíduos. A simples existência de mecanismos que propiciem a participação, não leva por si só, ao sucesso de medidas de engajamento.

No entanto podemos verificar que atualmente vários projetos alternativos, desenvolvidos principalmente por indivíduos e grupos independentes do Estado, têm procurado criar um espaço público de discussão. Medias alternativas como a *Indymedia* e a *Global Voices*, procuram ampliar as vozes que emergem dispersas na *web*, fornecendo um variado espectro de perspectivas sobre o mundo e apoiando movimentos quando estes ainda não espaço na media, ou são mal representados (Bennett, 2003).

III – CASOS DE ESTUDO

1. TUNÍSIA

1.1 Contexto socioeconómico

Segundo o relatório “*Democracy Index 2010*”, a Tunísia encontrava-se em 2010, ano em que ocorreram os primeiros protestos, sob um regime autoritário, presidido por Ben Ali à 23 anos (EIU, 2010, Euronews, 2011). Apesar de um fraco desempenho democrático, a Tunísia era um dos países com maior nível de educação do continente africano, com grande parte esforços governamentais centrados na expansão do acesso ao ensino superior (Ottaway & Hamzawy, 2010).

Um dos principais problemas que a este país tem enfrentado nos últimos anos, é o problema do desemprego, particularmente do desemprego jovem, um aspecto crítico para um país cuja idade média ronda os 29 anos (Roudi, 2011). Em 2010, a taxa média de desemprego era de 14%, embora este número aumentasse entre as camadas mais jovens e com mais instrução ²² (Haouas, Sayre, & Yagoubi, 2012). Grande parte da produção interna do país concentra-se nas zonas costeiras, como tal, zonas rurais como *Sidi Bouzid*, deparam-se com uma taxa de desemprego que chega a ser 9 vezes superior à da capital Tunes, e por esse motivo, muitos jovens procuram fontes de rendimento não oficiais para sobreviver (Internacional Crisis Group, 2011).

Antes da “Revolução de Jasmim”, os movimentos sociais deste país não passavam de episódios esporádicos, de curta duração e quase sempre reprimidos numa fase inicial. Segundo Ottaway e Hamzawy (2011), apenas em 2008, ocorreu um episódio digno de maior destaque, com vários protestos a serem organizados por um movimento formado entre trabalhadores e ativistas. Durante algumas semanas este grupo manifestou-se contra o desemprego e a elevada taxa de inflação que se

²² Ver Tabela 3.

fazia sentir no país. Estes protestos ocorreram numa área remota da Tunísia e quando começaram a captar a atenção nacional, o governo interveio, detendo mais de 200 manifestantes, com vários a incorrerem a condenações de vários anos (*Idem*).

Segundo a *Freedom House*, do ponto de vista da liberdade de imprensa, à época de 2010, a Tunísia era considerada como um dos piores ambientes de media do mundo árabe (*Freedom House*, 2011^a). De acordo com o Sindicato Nacional de Jornalistas da Tunísia, desde de que Ben Ali chegou ao poder, mais de 100 jornalistas foram forçados ao exílio, e a coação, agressão e detenção destes profissionais ocorria de forma sistemática (*Freedom House*, 2010^a). De forma a controlar não só os media nacionais, o regime impedia regularmente a entrada de jornalistas internacionais no país (*Idem*). Na Internet o cenário de repressão não era muito diferente. De forma sistemática conteúdos que se opunham às ideologias do regime eram bloqueados, com os *bloggers* a sofrerem um tipo de perseguição bastante semelhante à dos jornalistas (*Freedom House*, 2010^a; Breuer, 2012). Segundo o Comité de Proteção aos Jornalistas, a Tunísia era, em 2009, um dos dez piores países do mundo para se ser *blogger* (*Freedom House*, 2010^a). Apesar da repressão, Breuer (2012) aponta para existência de uma forte cultura dissidente na *web* tunisina. Bruer (2012) considera os anos entre 1998 e 2010, como anos fundamentais de preparação para a revolução que viria a se seguir. Por um lado, foi durante estes anos que o mercado de provedores de Internet expandiu-se, e por outro lado, foi neste período que a comunidade de *bloggers* consolidou-se, e tornou-se bastante ativa no que diz respeito desafiar as medidas de censura de Ben Ali (*Idem*).

1.2 Bouazizi, a figura que iniciou a revolução

A 17 de Dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um jovem de 26 anos, vendedor de frutas e vegetais em *Sidi Bouzid*, (uma província a 210 km da capital com cerca de 40 mil habitantes) protagonizou um evento que veio desencadear uma enorme onda de protestos por toda a Tunísia (*Internacional Crisis Group*, 2011; *Castells*, 2012). Cansado de ser humilhado pelas autoridades, que sucessivamente

Ihe confiscavam a mercadoria sob violência policial, Bouazizi imolou-se em frente a um edifício governamental. Este ato extremista trouxe à tona os problemas que população tunisina enfrentava para sobreviver, gerando um processo de identificação entre a população e a situação vivenciada por Bouazizi, que levou milhares de tunisinos às ruas para protestarem contra o governo. Assim, as manifestações de uma pequena província afastada da capital iniciaram um dos mais reacionários movimentos da história da Tunísia (Castells, 2012).

1.3 Os protestos e a sua cobertura

Os protestos iniciados em *Sidi Bouzid* foram deste do primeiro momento alvos de repressão policial, com vários confrontos entre as autoridades e os manifestantes. Em pouco mais de uma semana estes protestos já se tinham expandido às cidades vizinhas, e no início de Janeiro esta onda de indignação já atingia uma dimensão nacional, com as autoridades a terem muitas dificuldades em conter a massa crítica que ocupava as ruas (Castells, 2012).

Tendo em conta toda a repressão imposta pelo Estado, a questão que se levanta é: como foi possível que a imolação de um jovem numa província afastada da capital tenha desencadeado tamanha onda de protestos?

Logo no dia 17 de Dezembro (dia da imolação), familiares e amigos de Bouazizi saíram à rua num protesto pacífico, onde através de dispositivos móveis registaram a sua indignação dando a conhecer a situação que os mobilizava, através das redes sociais (Ryan, 2011). Em 2010, a taxa de penetração da Internet na Tunísia era uma das mais altas da região MENA. Cerca de 37% dos tunisinos acediam com regularidade à web, e 44% destes cibernautas tinham conta na rede social Facebook (Malin, 2010).

Apesar de mais de 50% da população tunisina não ter acesso à Internet estes acontecimentos divulgaram-se de forma viral. Na mesma noite em que Bouazizi imolou-se os vídeos sobre a primeira manifestação começaram a ser divulgados pela *Al Jazeera*, que havia encontrado estes conteúdos através do Facebook (Ryan, 2011).

A *Al Jazeera* é uma cadeia televisiva independente, com transmissão por satélite, que cobre a região árabe, e que, em 2010, apresentava na Tunísia uma taxa de penetração de 40% na população urbana (Castells, 2012). Este meio foi um dos elementos fundamentais na divulgação das manifestações e protestos, tanto numa escala nacional como internacional (Castells, 2012; Breuer, 2012). O tipo de jornalismo desenvolvido pela *Al Jazeera* tem fortalecido a voz dos cidadãos (Castells, 2012). Utilizando vários conteúdos produzidos pelos próprios manifestantes, que os publicavam através das redes sociais, a *Al Jazeera* replicava-os, ampliando o seu alcance. Num país onde o número de telemóveis ascende o número de habitantes, a *Al Jazeera* chegou mesmo a desenvolver um programa que permitia a comunicação direta entre os telemóveis dos cidadãos e os seus satélites, de forma a tornar mais eficaz a cobertura dos protestos (World Bank, 2010; Castells, 2012) ²³.

Numa fase inicial a censura imposta aos meios de comunicação estatais não contemplou redes sociais online, e neste sentido *bloggers* e ativistas tiveram um papel particularmente importante ao disponibilizar os desenvolvimentos dos protestos, quando os *mas media* não o podiam fazer (Ryan, 2011; Breuer, 2012).

Em Janeiro de 2011, face à dimensão e propagação dos protestos, as autoridades começaram a tentar travar o fluxo de vídeos e imagens, que proliferavam nas redes sociais, e serviam de registo dos confrontos policiais que predominavam nas manifestações (Lotan *et al*, 2011; Ryan, 2011). Durante esta fase, vários *bloggers* e ativistas foram sujeitos a duros interrogatórios, e muito acabaram por ser detidos, o que não impediu que as revoltas continuassem (Lotan *et al*, 2011; Ryan, 2011). Este era um movimento sem líderes, onde a detenção de alguns indivíduos já não surtia o efeito de paralisação. Nesta altura os protestos já tinham tomado as ruas e a intensidade de conteúdos que circulavam na Internet eram impossíveis de ser travados (Castells, 2012).

Com a instabilidade social instaurada, entre 8 e 10 de Janeiro os protestos tiveram o seu ponto alto de violência, com a morte de 21 manifestantes, segundo fontes oficiais, número contestado para mais do dobro segundo outras fontes (Breuer, 2012). Com um crescente número de manifestantes a ocupar as ruas, Ben

²³ <http://data.worldbank.org/indicator/IT.CEL.SETS.P2>.

Ali faz uma segunda aparição pública, após um primeiro discurso a 28 de Dezembro. Durante essa segunda aparição, o ainda presidente da Tunísia procurou manipular a opinião pública alegando que os protestos tinham uma origem externa e eram movidos por interesses que não representavam os do povo tunisiano, terminado o seu discurso com a apresentação de medidas de criação de novos postos de trabalho (Castells, 2012).

O que se passava nesta altura era que as reivindicações dos manifestantes já não tinham apenas um foco económico, elas eram essencialmente de cariz político e pretendiam a queda do regime (Castells, 2012). Assim, os protestos mantiveram-se, e no dia 13 de Janeiro, um dia após 30 mil tunisianos se terem manifestado na cidade de Sfax, Ben Ali anuncia que não irá candidatar-se às próximas eleições (Castells, 2012). No dia seguinte a este anúncio ocorre a maior manifestação antigovernamental do país, onde a população exigiu a demissão de Ben Ali. Na sequência deste evento o presidente acaba por renunciar ao cargo e abandonar o país (*Idem*). Deste o início dos protestos até a queda do regime a Freedom House (2012^a) estima que tenham morrido cerca 219 manifestantes.

1.4 O papel da Internet na revolução

A Internet permitiu ultrapassar barreiras que facilitaram a união de uma massa crítica, que em conjunto conseguiu ampliar as vozes que à muito criticavam o regime (Castells, 2012). Apesar da forte repressão existente, a Tunísia cultivava nos últimos anos uma forte cultura dissidente, particularmente visível na *web*. Mesmo trazendo severas consequências aos seus dinamizadores, a comunidade de *bloggers* e ativistas demonstrou-se sempre bastante ousada, tendo sido fundamental para divulgação dos protestos e para incentivar a população a sair às ruas e reivindicarem melhores condições e vida (Freedom House, 2012; Breuer, 2012; Castells, 2012). O espaço *web* da Tunísia, apesar de parcialmente controlado pelo governo não era um espaço como o da China, onde existe um (quase) total controlo sob os conteúdos acessíveis. A Internet e as redes sociais foram utilizadas para conduzir a discussão

política antes e durante esta revolução, particularmente dentro de um segmento sociodemográfico bastante específico: jovens urbanos com elevado grau de educação (Horward *et al*, 2011). É importante não esquecer que este segmento era o mais vulnerável à questão do desemprego, e apresentava capacidades digitais, bem como acesso, acima da média da população geral (Castells, 2012).

Este segmento populacional foi o primeiro a ocupar as ruas, mas rapidamente estes protestos ultrapassaram barreiras sociodemográficas e abrangeram uma grande parte da população. Ferramentas tecnológicas e comunicacionais, como a Internet, as redes sociais, mas também os telemóveis e os media tradicionais não controlados como a *Al Jazeera*, foram essenciais para a propagação dos protestos, onde a própria ocupação do espaço urbano e formas tradicionais de comunicação como os panfletos e comunicação face a face foram essenciais para ampliar o alcance deste movimento a vários estratos sociais e faixas etárias (Castells, 2012).

As redes sociais tiveram a capacidade de dar um rosto às dificuldades tunisinas, o rosto de *Bouazizi*, o que impulsionou um processo de identificação que permitiu a partilha coletiva de um sentimento de injustiça (Castells, 2012; Horward *et al*, 2011). Para muitos foi este o elemento catalisador da revolução tunisina, que dificilmente atingiria a exposição mediática que obteve sem a ajuda da Internet (Castells, 2012). Com os meios de comunicação tradicionais controlados pelo Estado a Internet forneceu um espaço de autonomia comunicacional que permitiu a emergência de ideais divergentes aos do regime. A 14 de Janeiro 2011, data da queda do regime, 20% dos blogs tunisinos analisavam a performance governamental, face a apenas 5% no mês anterior ²⁴ (Horward *et al*, 2011).

A utilização dos media sociais nesta revolução ampliou o alcance do caso tunisiano, atraindo a atenção dos media e dos ativistas internacionais, que tiveram um papel fundamental ao fornecerem opções alternativas para os tunisinos combaterem a censura do governo (particularmente a censura na Internet), e também ao exercerem pressão internacional para a resignação de Ben Ali (Horward *et al*, 2011; Lotan *et al*, 2011; Horward *et al*, 2011; Castells, 2012).

²⁴ Ver Gráfico 4.

Uma pesquisa do *Project on Information Technology & Political Islam*, contabilizou um total de 13.662 *tweets* com a hashtag mais popularizada sobre a revolução tunisina, #sidibouzid. Entre 14 de Janeiro de 16 de Março, 18% dos *tweets* publicados tinha proveniência tunisina, 8% de países vizinhos, 32% de países fora da região árabe, e os restantes de proveniência desconhecida ²⁵ (Horward *et al*, 2011).

Uma pesquisa, realizada pela *Dubai School of Government* (2011), demonstra que a principal função do Facebook dentro dos movimentos sociais tunisinos, foi a de divulgar ao mundo informações sobre este movimento (33,6%), sensibilizar a população para as causas do movimento (31,4%), e organizar e gerir ações ativistas (22,3%) ²⁶. Perto de 60% dos inquiridos acreditam que a tentativa de bloqueio da Internet e do Facebook acabou por ser mais benéfica do que prejudicial, uma vez que fez com que os indivíduos se tornassem mais ativos e criativos na busca de soluções comunicacionais ²⁷. Cerca de 88% dos inquiridos apontam os media sociais como principal fonte de informação e notícias durante os protestos ²⁸.

1.5 O pós-revolução

A luta dos manifestantes não foi dada como terminada com a renúncia de Ben Ali. Os manifestantes não queriam que ninguém relacionado como o regime mantivesse funções no governo, e assim os protestos continuaram (Castells, 2012).

A 22 de Janeiro, mais de 200 veículos partiram de *Sidi Bouzid* rumo à capital, com cerca de 1000 manifestantes. Dois dias depois 8 mil pessoas juntaram-se a este grupo de manifestantes e protestaram em frente ao Palácio do Governo de forma a exigir a demissão do governo provisório (EFE, 2011). Em Março, a União Constitucional Democrática (RCD), partido político de Ben Ali, foi dissolvido por ordem judicial e todos os seus membros que se encontravam no governo provisório foram obrigados a renunciar aos seus cargos (France Presse, 2011).

²⁵ Ver Gráfico 5.

²⁶ Ver Gráfico 6.

²⁷ Ver Gráfico 7.

²⁸ Ver Gráfico 8.

As eleições para a Assembleia Constituinte realizaram-se em Outubro de 2011, sobre supervisão internacional de forma a que fosse garantida a sua legitimidade democrática. Pela primeira vez na história da Tunísia ocorreu um processo realmente democrático (Santos, 2014). O grande vencedor destas eleições foi o partido islâmico Ennahda, um partido abolido durante a ditadura, que se coligou ao partido CPR e ao partido Ettakatol, ambos partidos de esquerda (*Idem*

As eleições de Outubro representaram uma melhoria significativa nas liberdades políticas do país, que refletiu-se na avaliação anual “*Democracy Index*”, onde a classificação da Tunísia foi elevada de regime autoritário para regime híbrido, com praticamente todos os parâmetros a sofrerem aumentos significativos (EIU, 2011). Também no relatório anual “*Freedom of the Press*”, que avalia o estado da imprensa mundial, a Tunísia passou de uma classificação de “não livre” a “parcialmente livre”, onde foi ressaltado o fato de que, com a queda do ditador, os media ficaram menos susceptíveis a pressões governamentais, o que abriu margem à emergência de uma pluralidade de opiniões e pontos de vista (Freedom House, 2011). No entanto, a *Freedom House* (2011) salienta que continuaram a existir momentos de censura, particularmente na Internet. Observadores e analistas procuram no entanto ser ponderados na avaliação do caso tunisino, por considerarem que o período de pós ditadura é um período de caos e muita incerteza (Freedom House, 2011 ; EIU, 2011).

Durante 2012 as manifestações persistiram, tanto por razões políticas como económicas, tendo ocorrido vários confrontos policiais, onde continuou a ser aplicado um uso excessivo de violência (Freedom House, 2012^a). Já o ano de 2013 foi marcado por algum impasse político que prejudicou a elaboração da nova constituição e a aprovação de uma lei eleitoral (Freedom House, 2013^a). O assassinato de dois políticos da oposição levou a várias acusações sobre o Ennahda e a sua tolerância a grupos extremistas. Depois de vários protestos, o Ennahda concordou em entregar o poder a um governo provisório politicamente neutro, que ficaria encarregue de supervisionar as eleições de 2014.

Berman (2013) realizou uma pesquisa sobre os manifestações pró Ennahda e contra. Esta pesquisa sugere que existiu uma desfragmentação da massa

revolucionária que depôs Ben Ali. Berman aponta também para existência de dois tipos de manifestantes anti Ennahada: os que se opõe ao carácter islâmico do governo, e aqueles que estão preocupados com a natureza corrupta do governo. Cerca de 90% destes manifestantes acreditam que a economia tunisina tem piorado desde da revolução (*Idem*). Várias pesquisas nacionais indicam que o desemprego e a crise económica continuam a ser as principais preocupações dos tunisinos (Berman, 2013).

Apesar de incerto o futuro da Tunísia, dos países que fizeram parte da “Primavera Árabe” este tem sido o país com maiores progressos ao nível da democratização do sistema. Mas tal como refere o relatório “*Democracy Index 2013*”, “*democracy means more than holding elections; it requires the development of range of supportive institutions and attitudes. Such a transformation takes a very long time*”²⁹ (EIU, 2013:17).

2. Egito

2.1 Contexto socioeconómico

Segundo a classificação do relatório “*Democracy Index 2010*”, o Egito encontrava-se em 2010, sob um regime autoritário. A sua situação económica e política era bastante semelhante à da Tunísia, e comum a vários outros países da região MENA: uma acentuada taxa de desemprego; uma elevada taxa de inflação e governo autoritário na presidência (EIU, 2010). O Egito, tal como a Tunísia, é um dos países com maior nível educacional do continente africano, e onde os jovens enfrentam o desafio de uma economia que não completa as suas expectativas (Akhtar, 2010). Com uma média de idades de 24 anos, o problema do desemprego jovem tem um grave impacto na sociedade egípcia (United Nation, 2011). Segundo o *World Bank*, em 2010, o Egito apresentava uma taxa de desemprego de 9%³⁰, que

²⁹ Tradução Livre – “a democracia significa muito mais do que a realização de eleições; ela implica o desenvolvimento de atitudes e de instituições de apoio. E tal transformação leva um longo tempo”.

³⁰ <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS>.

entre a faixa etária dos 15 aos 24 anos era de 26,3%³¹ e entre a população com estudos superiores atingia os 39,7%³².

A história de oposição ao regime de Mubarak começou bem antes dos protestos de Janeiro de 2011. Segundo Joel Beinin (2011), desde 1998 ocorreram mais de 3 mil protestos e greves liderados por grupos de trabalhadores, que envolveram mais de 2 milhões de egípcios.

Apesar da Constituição egípcia proibir a censura, esta emenda contém algumas restrições à sua aplicação, como é o caso da Lei de Emergência, que se encontra em vigor desde 1981, permitindo que, com o estado de emergência decretado, seja possível às autoridades proibir publicações por razões de segurança e de ordem pública (Freedom House, 2010^b). Ainda que aparentemente se verifique uma vasta multiplicidade de meios de comunicação, o governo controla economicamente uma grande parte deles (*Idem*). Na Internet apesar de não serem aplicados filtros de controle, o governo procede ao bloqueio de alguns sites e à detenção e intimidação de vários *bloggers* e jornalistas online. Mesmo com o Comité para a Proteção dos Jornalistas a avaliar o Egito como um dos 10 piores países para se ser *blogger*, à vários anos que blogosfera egípcia apresenta-se como bastante dinâmica (Freedom House, 2010^b).

Em 2004 foi fundado o grupo “*Egyptian Movement for Change*”, também conhecido como “*Kifaya (Enough!)*”, descrito por vários académicos como um dos principais movimentos de preparação dos ativistas para as mobilizações políticas que viriam a acontecer em 2011 (Masoud, 2011). Em 2008, o grupo “*April 6th Youth Movement*” convocou uma das maiores manifestações desse ano, utilizando a Internet enquanto plataforma de apoio (Farris, 2008). Através da criação de uma página de Facebook, para ajudar a convocar esta greve, este movimento conseguiu em poucas semanas mais de 70 mil seguidores, quando no Egito existiam no total aproximadamente 790 mil contas de Facebook (Farris, 2008; Hofheinz, 2011). Para

³¹ <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.1524.ZS>.

³² <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TERT.ZS>.

Farris, *“April 6th was the day when organizing tool met reality to create elements that were strong enough to form storm clouds on the regime’s horizon”* (Faris, 2008:2) ³³.

Em Junho de 2010, um novo acontecimento coloca em evidência as redes sociais. Wael Ghonim, diretor de marketing da Google no Médio Oriente, cria uma página de Facebook com o nome de *“We Are All Khaled Said”*, onde denuncia a morte do jovem Khaled Said, divulgando imagens do seu cadáver, que havia sido brutalmente espancado pela polícia após ter postado um vídeo onde denunciava atividades ilícitas por parte das autoridades policiais (Bhuiyan, 2011). Poucas semanas após Ghonim ter criado a página, esta atingiu os 130 mil seguidores, tendo chegado posteriormente ao 473 mil, tornando-se na maior página de Facebook dissidente do Egito (Preston, 2011). Segundo Iskander (2011), esta popularidade deveu-se a um processo de identificação entre a população e Khaled, uma situação bastante semelhante à de Bouazizi. Ghonim (2012) reforçou esta ideia no seu livro *“Revolution 2.0”, “Khaled Said was a young man just like me, and what happened to him could have happened to me (...). All young Egyptians had long been oppressed, enjoying no rights in our own homeland”* ³⁴ (Varga, 2012: ¶ 3).

Iskander (2011) reforça que este grupo de Facebook teve um papel muito importante na demonstração de que as redes sociais podem criar uma onda de solidariedade, independente de estatutos e ideologias, podendo potencialmente ultrapassar os problemas de opressão e censura. Zinda aponta para a existência de vários catalisadores nas revoltas egípcias, sendo que o primeiro de todos foi a morte de Khaled (Preston, 2011). Segundo o relatório *“Freedom of the Press 2011”*, no final de 2010, 26,74% dos egípcios já acediam regularmente à Internet, e no Facebook era possível encontrar cerca de um milhão de egípcios (Freedom House, 2011^b).

³³ Tradução Livre – “O dia 6 de Abril foi o dia que a ferramenta organizacional conheceu a realidade política para criar elementos fortes o suficiente para formar nuvens tempestuosas no horizonte de regime”.

³⁴ Tradução Livre – “Khaled Said era um jovem como eu, o que lhe aconteceu poderia ter acontecido comigo(...). Os jovens egípcios à muito tempo que têm sido oprimidos, sem usufruírem de direitos na sua própria terra natal”.

2.2 A revolução egípcia

Os protestos que ocorreram na Tunísia reforçaram os esforços do ativistas egípcios, que viram no país vizinho, um exemplo prático de mobilização pública num regime autoritário. Como afirma Wael Nawara, um ativista político de 50 anos, *“this was like a users’s manual in how to topple a regime peacefully”*³⁵ (Andersen, 2011: ¶ 4).

No dia 18 de Janeiro de 2011, Asmaa Mafhouz, uma jovem egípcia fundadora do grupo *“April 6th Youth Movement”*, postou um vídeo no YouTube convocando a população a participar nos protestos agendados para a semana seguinte. Este vídeo tornou-se viral, e é visto por muitos, como um dos eventos catalisadores para que tantos egípcios tomassem coragem e ocupassem as ruas (Drew, 2013). O dia 25 de Janeiro, foi o dia escolhido para o início dos protestos. Este dia é um dia de homenagem às autoridades policiais, mas neste ano serviu para demonstrar o descontentamento com o regime (Iskander, 2011). Segundo Bradley (2009), *“the police represent repression by the state, the problema of torture and arbitrary arrest symbolizing the corruption and sense of loss of dignity that cast a shadow over Egyptian society throughout Mubarak’s presidency”*³⁶ (Iskander, 2011:1230). Assim, a praça *Tahrir* encheu-se de manifestantes, que, apesar da repressão policial, mantiveram os seus protestos e compareceram nos dias seguintes de forma a darem visibilidade às suas reivindicações (Castells, 2012).

Logo nos primeiros dias de protesto, o governo procurou censurar os meios de comunicação e bloqueou vários sites e redes sociais que tinham sido utilizados na convocação das manifestações (Castells, 2012). A 27 de Janeiro, o governo resolve bloquear o serviço de mensagens da BlackBerry, um importante meio de comunicação e de divulgação dos protestos, num país em que, segundo a empresa de investigação de mercado *Ovum*, onde 80% da população tinha telemóvel (*Idem*).

³⁵ Tradução Livre – “Isto foi como um manual de instruções de como derrubar um regime de forma pacífica”.

³⁶ Tradução Livre – “a polícia representa a repressão do estado, o problema da tortura e das prisões arbitrárias simbolizando a corrupção e o sentimento de perda de dignidade que lançou uma sombra sobre a sociedade egípcia através da presidência de Mubarak”.

2.3 Bloqueio de Internet

O dia 28 de Janeiro de 2011, foi marcado por fortes confrontos policiais na praça *Tahrir* e pela implementação de uma das medidas mais ousadas jamais praticadas por um governo, o bloqueio (quase) por completo no acesso à Internet³⁷. Como refere Jillian York, coordenador do projeto Internet e Sociedade, do Centro *Berkman*, da Universidade de *Harvard*, “*the government does not have a central control point for the Internet, which means it must rely on being able to force ISP’s to comply*”³⁸ (Perez, 2011: ¶ 4). Esta medida demonstrava a influência do regime sobre as empresas que atuavam em território nacional, mas também demonstrava o receio que os meios de comunicação digitais provocavam no regime. O governo de Mubarak optou pela perda de milhares de dólares, em detrimento de manter um meio de comunicação como a Internet ao dispor da população. Segundo a *OCDE*, este bloqueio no acesso à Internet converteu-se na perda de 90 milhões de dólares, só no sector das telecomunicações e serviços de Internet (Castells, 2012). Tendo em conta que existiram também perdas indiretas, derivadas de outros sectores, como o comércio electrónico, o turismo e os serviços de *call-center*, este número é ainda mais astronómico. Só nas empresas de subcontratação de TIC estima-se que tenham existido perdas de cerca de 3 milhões de dólares por dia (*Idem*).

A comunidade internacional, onde se incluem grupos de ativistas, defensores das liberdades civis e empresas, tiveram um papel preponderante no apoio à situação egípcia, fornecendo alternativas para restabelecer a conexão de internet, e informando sobre como evitar o controle do governo e como desbloquear as restrições de acesso a conteúdos impostas pelo governo (Castells, 2012). As linhas de telefone fixo mantiveram-se ativas durante o período de bloqueio e acabaram por ser um dos recursos utilizados pela população para colmatar o silêncio que se fazia sentir na *web*. A NDF francesa, por exemplo, forneceu uma ligação gratuita, possível de ser acedida através de uma chamada telefónica, enquanto os engenheiros da Google e do Twitter desenvolveram um programa que permitia

³⁷ Ver Imagem 3.

³⁸ Tradução Livre – “o governo não tem um centro de controle para a Internet, o que significa que teve que forçar os Provedores de Serviços de Internet a cumprir esta medida”.

converter automaticamente mensagens de voz em *tweets*. A organização de hackers TELECOMIX desenvolveu também um programa que convertia as mensagens de voz e as enviava para todos os faxes do país (Castells, 2012).

A estação televisiva *Al Jazira*, que noticiou os acontecimento egípcios desde o início, tal como havia feito no caso tunisino, também sofreu a censura do governo, que encerrou as ligações por satélite que serviam de base às suas transmissões, situação onde foi mais uma vez demonstrado o apoio internacional, com outras redes de televisão a fornecerem à *Al Jazira* recursos para que pudesse continuar o seu trabalho (Castells, 2012).

Mesmo com o bloqueio de 5 dias da Internet, os manifestantes não cruzaram os braços e continuaram a demonstrar a sua oposição ao regime. O fato desta revolução nunca se ter limitado aos meios tecnológicos fez com que os protestos não estagnassem. A população já estavam na rua e grande parte dos protestos já estavam agendados antes do governo ter tomado esta medida de censura, e o povo não se deixou intimidar por estas medidas (Castells, 2012). Com as manifestações a persistirem, a 11 de Fevereiro, Mubarak renuncia à presidência e deixa o país a cargo das Forças Armadas (G1, 2011). Este anuncio foi recebido sob a euforia de milhares de manifestantes que celebraram esta vitória no cenário de toda esta revolução, a praça Tahrir (Castells, 2012). Durante os 18 dias que marcaram a revolução egípcia, estima-se que pelo menos 4,5 milhões de egípcios tenham participado nas manifestações e protestos, de onde resultaram mais de 300 mortes e cerca de 5000 feridos (G1, 2011).

2.4 O papel da Internet na revolução

Através da Internet ativistas e *bloggers* conseguiram construir uma consolidada e ativa comunidade dissidente, que nos anos anteriores à revolução foi mostrado o seu potencial e experimentado formas de engajar a população egípcia (Freedom House, 2010^b, Prestom, 2011).

No caso egípcio à semelhança do caso tunisino, a Internet foi uma importante fonte de informações, não só para aqueles que tinham Internet mas também para alimentar conteúdos para meios tradicionais como a *Al Jazira* (Castells, 2012). A onda de solidariedade internacional que se formou à volta deste caso, deveu-se em grande medida à internacionalização da situação egípcia, e neste ponto a Internet foi uma ferramenta fundamental (Castells, 2012; Horward *et al*, 2011). Antes e durante esta revolução, a Internet foi utilizada para conduzir a discussão política, dentro de um segmento sociodemográfico bastante específico: jovens urbanos com elevado grau de educação (Horward *et al*, 2011). Com o acesso à Internet condicionado a segmentos populacionais específicos, foi nas ruas que as reivindicações deste movimento se estenderam a uma parcela significativa da sociedade.

A *Dubai School of Government* (2011), realizou uma pesquisa que demonstra que a principal função do Facebook dentro dos movimentos sociais egípcios, foi sensibilizar a população para as causas do movimento (30,93%), organizar e gerir ações ativistas (29,55%), e divulgar ao mundo informações sobre este movimento (33,6%), sensibilizar a população para as causas do movimento (24,05%)³⁹. Aproximadamente 56% dos inquiridos acreditam que a tentativa de bloqueio da Internet e do Facebook acabou por ser mais benéfica do que prejudicial⁴⁰, 94,29% apontam os media sociais como tendo sido a principal fonte de informação e notícias durante os protestos, embora 85,71% tenham também consultado medias privados ou independentes⁴¹.

Uma pesquisa do *Project on Information Technology & Political Islam*, verificou que durante a semana antes de Mubarak resignar foram postados cerca de 230.000 *tweets* por dia, com a hashtag mais popularizada sobre a revolução egípcia, #egypt; no dia queda do regime mais de 225.000 *tweets* de fora do Egito faziam menção a situação egípcia e duas semanas após a saída de Mubarak existia uma média 3.400 *tweets* diários sobre a crise que continuava a assolar o povo egípcio⁴².

³⁹ Ver Gráfico 6.

⁴⁰ Ver Gráfico 7.

⁴¹ Ver Gráfico 8.

⁴² Ver Gráfico 9.

2.5 O pós-revolução

A queda do regime não trouxe aos manifestantes uma solução imediata para as suas reivindicações. Com o governo provisório nas mãos do Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), as tão esperadas eleições foram sendo consecutivamente adiadas.

A população foi ficando cada vez mais descontente com a possibilidade de não ver acontecer a tão aguardada transição democrática, e os protestos regressaram às ruas do Cairo, numa tentativa de pressionar o aceleração de todo este processo (Castells, 2012). Em Novembro, após uma marcha pacífica antigovernamental, que reuniu cerca de 50.000 pessoas, seguiram-se cinco dias de violentos confrontos, dos quais resultaram mais de 42 mortos e 3.000 feridos (RFI, 2011; AFP, 2011). Os métodos utilizados pela SCAF não pareciam ser muito diferentes daqueles utilizados pelo antigo regime. O ano de 2011, foi marcado por uma forte repressão policial, com mais de 12 mil civis julgados em tribunais militares, cerca de 1.000 manifestantes mortos e dezenas de milhares de feridos, com os meios de comunicação sujeitos à censura do regime militar (Freedom House, 2012^b).

As primeiras eleições parlamentares depois da queda do regime, decorreram entre 28 de Novembro de 2011 e 11 de Janeiro de 2012, e deram a vitória aos partidos islâmicos (Partido Liberdade e Justiça e Partido Nour), que passaram a representar dois terços dos lugares do parlamento (Esquerda.net, 2012). A 14 de Junho de 2012, uma decisão judicial, leva à dissolução do parlamento (Carta Capital, 2012). Nas presidenciais que se seguiram a 30 de Junho de 2012, foi ditada a vitória à Irmandade Muçulmana, com a eleição do seu candidato Mohamed Morsi, que venceu no segundo turno com 51,7% dos votos, tendo o novo presidente anulado a dissolução do parlamento (RFI, 2012; TSF, 2012). Mesmo com uma vitória democraticamente estabelecida, as dúvidas quanto ao futuro democrático do Egito permaneciam, tanto pelo receio de que os militares pudessem deslegitimar esta eleição, como pelo fato do país estar a ser comandado por partidos islâmicos, o que normalmente condiciona o apoio de potências estrangeiras e cria dúvidas

relativamente à forma como a religião e a democracia podem funcionar juntas (Castells, 2012).

Durante o ano que se manteve no poder, Morsi provocou várias revoltas populares, motivadas pelo autoritarismo. Em Novembro de 2012, Morsi procurou estender os seus poderes, e colocar-se acima de qualquer controle judicial. A censura e os privilégios anteriormente criticados pela Irmandade eram agora utilizados como forma de preservar o poder e controlar os inimigos. Durante o ano de 2012 vários jornalistas e meios de comunicação social foram alvos de censura governamental (Freedom House, 2013).

A 3 de Julho de 2013 Morsi é deposto por golpe de militar e os protestos regressam às ruas do Cairo, com milhares de pessoas a dividirem-se entre manifestações pró-Morsi e anti-Morsi (G1, 2013). Com a subida ao poder dos militares foram lançadas várias acusações sobre Morsi e os seus aliados (G1, 2014). Também grupos que influenciaram movimentos sociais de 2011, como o grupo “*April 6th Youth Movement*”, passaram a ser proibidos (*Idem*). Desde o golpe de estado de 3 de Julho até 11 de Fevereiro de 2014, data de comemoração dos 3 anos da queda do regime de Mubarak, estima-se que as forças de segurança já tenham assassinado mais de 1.300 manifestantes e detido milhares, entre os quais 15 mil partidários de Morsi e militantes da Irmandade Muçulmana, com 37 sentenças de morte declaradas e várias sentenças de prisão perpétua. (EFE, 2014; G1, 2014).

A comunidade internacional mostra-se preocupada com o estado do país e com estas condenações sem precedentes na história do Egito. O porta-voz da presidência americana afirma que “Esse veredicto é completamente incompatível com as obrigações do Egito em relação aos direitos humanos (...). Os dirigentes egípcios devem assumir uma posição contra essas medidas irracionais (...) e reconhecer que a repressão aos protestos pacíficos só servirá para alimentar a instabilidade e a radicalização que o Egito diz impedir” (G1, 2014: ¶ 20). Segundo Hasiba Hadj Sahraoui, directora adjunta para o Médio Oriente e Norte de África da Anistia Internacional ,num relatório intitulado “Roteiro da repressão: não se vislumbra o fim das violações de direitos humanos”, “as reivindicações da Revolução de 25 de Janeiro sobre a dignidade e respeito dos direitos humanos parecem mais

inacessíveis do que nunca, três anos depois (AFP, 2014: ¶ 5). Este relatório acrescenta ainda que “existe um esforço para eliminar todos os observadores independentes, sejam ativistas, jornalistas ou ONGs. Trata-se de uma tentativa deliberada de dificultar o trabalho sobre os abusos cometidos pelo Estado” (EFE, 2014: ¶ 14).

O ex-chefe do Exército, Abdel Fattah al-Sisi, um dos responsáveis pela deposição de Morsi, foi eleito a 8 de Junho de 2014, com 96,9% dos votos, com um comparecimento às urnas de 47% (DW, 2014). Após anos bastante conturbados, que procederam à deposição de Mubarak, e no qual a população havia depositado tanta esperança, a tão esperada transição para um estado democrático nunca chegou a acontecer, e agora, a população procura apenas restaurar alguma estabilidade (DW, 2014).

3. Islândia

3.1 Contexto socioeconómico

Com uma população de aproximadamente 320 mil habitantes, a Islândia era considerada uma das democracias mais estáveis do mundo e um dos países com um dos mais altos padrões de vida (Ferguson, 2010). O crescimento económico abruito que se fez sentir na Islândia entre 2000 e 2007 deveu-se em grande parte ao crescimento do sector financeiro (*Idem*). Várias instituições financeiras, através do favorecimento das camadas políticas, conseguiram uma progressiva desregulamentação deste sector, e deste modo, várias entidades bancárias envolveram-se em esquemas especulativos, sem qualquer supervisão do estado (*Idem*).

Em 2007, apesar das agências de *rating* continuarem a dar avaliação máxima aos bancos islandeses, começou a ser difícil para o governo ignorar os suspeitos resultados de contas apresentados por estas instituições (Castells, 2012) O Landsbanki, uma das principais instituições financeiras do país, ao aperceber-se da

seu eminente colapso, aplicou mais um esquema fraudulento, a criação das contas financeira internacionais, chamadas de “*Icesave*” (Ferguson, 2010; Castells, 2012). Estes serviços, prestados pela Internet e em sucursais no Reino Unido e Países Baixos, ofereciam altas taxas de rentabilidade para depósitos a curto prazo. Em pouco tempo só no Reino Unido já contavam com 300 mil contas (Castells, 2012). Outra estratégia utilizada pelos bancos islandeses foi a troca de títulos de dívida entre bancos, de forma a assim poderem pedir mais dinheiro emprestado ao Banco Central Islandês e a outros bancos internacionais. Só nesse esquema o Banco Central Luxemburguês emprestou cerca de 2.500 milhões de euros (*Idem*).

Glitnir foi o primeiro banco a pedir ajuda ao Banco Central Islandês por falta de liquidez para cumprir as suas obrigações financeiras. O Banco Central rapidamente atuou comprando 75% das ações de forma a tentar aguentar o sistema económico e acalmar o mercado. O que acabou por acontecer foi exatamente o oposto, o anúncio de resgate a um dos principais bancos da Islândia, levou a uma preocupação internacional sobre a viabilidade do sistema financeiro do país o que culminou numa descida vertiginosa na avaliação dos bancos islandeses por parte das agências de *rating* (Castells, 2012).

Em poucos dias esta descida de avaliação já tinha surtido efeitos, com a bolsa de títulos a cair e os preços do sector financeiro a desmoronarem-se. Daí a que o efeito dominó se fizesse sentir no sistema financeiro islandês foi apenas um passo, e em pouco tempo os três maiores bancos islandeses somavam uma dívida de cerca de vinte cinco mil milhões de dólares, um valor que equivale a sete vezes o PIB anual do país (Castells, 2012). A Islândia, tendo em conta o tamanho da sua economia, tornava-se assim a representação da maior destruição de valor financeiro da história da humanidade (Ferguson, 2010, Castells, 2012).

Enquanto que, em 2007, os islandeses auferiam cerca de cinquenta e oito mil setecentos e oitenta dólares anuais, o quinto maior rendimento *per capita* mundial, em dois anos, os islandeses viram os seus rendimentos serem reduzidos em cerca de

44%⁴³, a taxa de desemprego a subir de 2,7%, em 2007, para 7,2% em 2009⁴⁴, e a taxa de inflação a subir dos 5,2 em 2007, para os 12,7 em 2008⁴⁵.

3.2 Os Protestos

A 11 de Outubro de 2008, o cantor Hordur Torfason, manifesta o seu descontentamento face à comunidade de banqueiros e às entidades governamentais, responsabilizando-os pela situação económica da Islândia. Em frente ao parlamento islandês, conhecido como *Althing*, Torfason pegou na sua guitarra e chamou a atenção dos populares que por ali passavam, que começaram a juntar-se a esta manifestação. Em pouco tempo começaram a circular na Internet vídeos sobre estas manifestações atraindo cada vez mais pessoas (Castells, 2012; DeWald, 2012). No início de 2009, os protestos começaram a ganhar maior dimensão, e as ruas passaram a ser ocupadas por cada vez mais manifestantes. A 20 de Janeiro de 2009, o parlamento islandês reunia-se novamente após uma interrupção de férias, e foi neste mesmo dia que ocorreu uma das maiores manifestações, que reuniu 2 mil pessoas de várias classes sociais e faixas etárias que procuraram deste modo cobrar as responsabilidades da crise que se fazia sentir (DeWald, 2012). Os islandeses manifestaram-se através de tambores e painéis fazendo ecoar as suas reivindicações naquela que ficou conhecida como a “Revolução das Panelas” (Castells, 2012). Os protestos mantiveram-se, e nos momentos altos chegaram a envolver cerca de 10 mil manifestantes, o que tendo em conta a dimensão do país são números bastante expressivos (Castells, 2012; DeWald, 2012).

Com o aumento da pressão dos manifestantes, a 23 de Janeiro de 2009, Geir Haarde, primeiro-ministro da Islândia e líder do Partido da Independência, anunciou a antecipação das legislativas, e que não iria voltar a candidatar-se nas próximas eleições, alegando motivos de saúde (DeWald, 2012). Apesar deste anúncio, os

⁴³ <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.PCAP.CD/countries/IS--XS?display=graph>.

⁴⁴ <http://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS/countries/IS--XS?display=graph>.

⁴⁵ <http://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG/countries/IS--XS?display=graph>.

islandeses não desistiram de reivindicar a dissolução do governo. Assim a 26 de Janeiro, depois de 14 semanas de protestos, Haarde anuncia a quebra na coligação que mantinha no governo e dias depois o cargo de primeiro-ministro passa para Jóhanna Siguroardóttir da Aliança Social Democrata, que em coligação com o Movimento Verde de Esquerda, se encarregam de preparar as próximas eleições (Castells, 2012; DeWald, 2012). Numa altura em que apenas 11% dos islandeses confiava no parlamento e 6% nos bancos, a nomeação de Siguroardóttir parecia a solução mais acertada para recuperar a confiança dos islandeses (Castells, 2012). De acordo com uma pesquisa de opinião realizada em Dezembro de 2008, pela Capacent Gallup, Jóhanna Siguroardóttir era a ministra mais popular, e 73% dos entrevistados mostravam-se satisfeitos com o trabalho que tinha desenvolvido até então (Iceland Review Online, 2010). O novo governo tinha assim como desafios principais resolver o problema financeiro, apurar responsabilidades, restabelecer o sector económico reforçando a regulamentação do sector financeiro, e iniciar o processo de reforma constitucional, que contribuisse para o restauro da estabilidade de uma das democracias tidas como mais exemplares (Castells, 2012).

3.3 A Nova Constituição

A constituição islandesa foi criada em 1874, e desde então, apenas tinha sofrido um pequeno ajuste em 1944 (Freeman & Quirke, 2012). Apesar de durante vários anos se ter discutido a hipótese de alterá-la, isso nunca havia acontecido (*Idem*). Com a crise económica as fragilidades da constituição islandesa emergiram, e os manifestantes reivindicaram a necessidade de desenvolver uma nova constituição que defendesse os direitos da população e diminuísse os privilégios governamentais, de modo a evitar que uma nova crise tivesse efeitos tão significativos na vida dos islandeses.

A nova constituição islandesa tornou-se num dos projetos de *e-democracy* mais ousados que até à data foram realizados a nível mundial, com o governo a sugerir que fosse a população a redigir esta nova constituição. Através do registo de

votação nacional, o governo selecionou aleatoriamente 1.000 cidadãos para participarem no fórum nacional, de forma a que fossem construídos tópicos e discutidas ideias para integrarem esta reforma constitucional (Freeman & Quirke, 2012). Em 2010, após a extração das conclusões derivadas deste fórum, foram abertas as candidaturas ao Conselho Constitucional, disponíveis a qualquer cidadão, no qual se contabilizou um total de 522 candidatos. Destes candidatos foram selecionados pela população 25 representantes, de diferentes *backgrounds*, de forma a que pudessem ser garantidas diferentes perspectivas e pontos de vista (*Idem*). Esta seleção de candidatos contou com a votação de aproximadamente 36% da população, embora problemas de ordem jurídica tenham levado a que a nomeação oficial tivesse ficado a cargo do parlamento, que respeitou a decisão do povo (Castells, 2012; IGPDE, 2012). Este Conselho ficou assim encarregue de elaborar uma nova constituição para que posteriormente pudesse ser apresentada sob a forma de referendo à população (Freeman & Quirke, 2012).

Durante todo o processo de redação da constituição foi incentivada a participação da população. Através do site (<http://stjornlagarad.is/starfid/>) e das redes sociais, era possível comentar e participar em grupos de discussão, e os próprios encontros do Conselho eram abertos ao público e transmitidos online. O Conselho colocava a população a par dos desenvolvimentos do seu trabalho, postando numa regularidade semanal, os projetos de artigos para a Constituição durante 4 meses (Castells, 2012; Freeman & Quirke, 2012). No total foram contabilizadas 16.000 sugestões, e deste projeto resultaram 15 diferentes versões que serviram de fonte de deliberação para a redação final (Stjórnlagaráð, n.d.; IGPDE, 2012).

Apesar da resistência de alguns grupos opositores à reforma institucional, entre eles partidos políticos e grupos de *lobbying*, a 29 de Junho de 2011 acabou por ser apresentada em parlamento a proposta de Constituição, para que posteriormente pudesse ser realizado um referendo à população. Mais de um ano depois, a 20 de Outubro de 2012, esta proposta foi apresentado sob a forma de referendo, com 49% da população a ir às urnas, e 64,2% desses eleitores a aprovarem a nova constituição (Castells, 2012; National Electoral Commission, 2012;

Gylfason, 2013). Cerca de um mês depois do referendo, e finalizadas as alterações no texto da constituição, os grupos opositores à reforma constitucional conseguiram adiar a sua votação para depois das eleições parlamentares (Gylfason, 2013). As eleições parlamentares de Abril de 2013 resultaram num governo de coligação entre o partido Independência e os Progressistas, dois dos partidos opositores à reforma constitucional, que não voltaram a colocar em discussão este assunto, deixando esta iniciativa sem aplicação (*Idem*). No entanto, como refere, Thorvaldur Gylfason, professor universitário e um dos 25 membros do Conselho Constitucional, “ (...) *there will be a new parliament after this one*”⁴⁶ (Gylfason, 2013: ¶ 25). E assim permanece a esperança de que um dia esta constituição entre em vigor.

3.4 A Internet na Islândia

A inclusão digital na Islândia é uma das mais altas do mundo. Em 2013 a Islândia ocupava o 1º lugar nos rankings mundiais de utilização de Internet, de lares que possuem computador pessoal, e de utilização das redes sociais (Freedom House, 2013^c). Já em 2008, quando se iniciaram os protestos, a Islândia liderava os ranking mundiais de penetração da Internet, com uma taxa de 90,56%⁴⁷ (Dutta & Mia, 2010; Nick Burcher, 2010). Na redes social Facebook era possível encontrar 46,89% da população (*Idem*).

Quando o governo islandês propôs a elaboração de uma constituição em colaboração com a população, já sabia que poderia encontrar nas novas tecnologias um poderoso aliado no engajamento com a população. O poder das tecnologias digitais enquanto plataformas comunicacionais interativas já havia dado provas da sua eficácia nas manifestações e protestos de 2008/2009 (Castells, 2012).

O Conselho Constitucional recebeu um total de 16.000 sugestões. No site foram contabilizadas 370 sugestões e 3.600 comentários, e o Facebook contou com 6.000 “gostos” (Robertsson, 2012; Siddique, 2011). Esta iniciativa procurou aliar

⁴⁶ Tradução Livre - “haverá um novo parlamento após este”.

formas de contato tradicionais, como a participação física nos encontros, o envio de cartas e a votação no referendo, a formas de comunicação digitais que permitiram diminuir as barreiras inerentes à participação cívica, como são os custos de participação. Deste modo, qualquer cidadão podia assistir às discussões do Conselho, via Youtube, acompanhar os projetos pelo site e interagir através de redes sociais como o Facebook. As TIC constituíram assim uma extensão das formas de comunicação, que não aboliu as formas convencionais de participação (Castells, 2012). Os membros do Conselho salientaram o fato de esta interação ter trazido contributos surpreendentemente positivos para a redação da constituição (Gylfason, 2013).

Um levantamento estatístico elaborado pela *Statistics Iceland*⁴⁸ indica que entre as práticas comunicacionais online da Islândia se destacam atualmente duas atividades, o envio e a recepção de e-mails, atividade referida por 95,1% dos islandeses, e a utilização redes sociais, referida por 84,3%. Quanto às práticas comunicacionais que se relacionam com questões políticas e cívicas, pode-se verificar que apenas 22,6% (2013) dos islandeses leem ou postam sobre estes temas, verificando-se um decréscimo desta prática para quase metade, relativamente aos dados de 2011. Dados de 2013 revelam que 26,1% dos islandês participaram em questões políticas ou cívicas, através de consulta online ou através de votação online. Se compararmos estes dados com os recolhidos em 2011, verificamos uma diminuição destas atividade, de quase um terço⁴⁹. Este mesmo levantamento estatístico⁵⁰, verificou que em média cerca de 77% dos islandeses, entre 2008 e 2014, utilizaram nos últimos 12 meses sites governamentais na requisição de informações, no entanto no que toca à participação em fóruns de discussão nestes sites, apenas cerca de 6% afirma já o ter feito, sendo que uma percentagem que varia entre os 16% e os 22% não exclui a hipótese de vir a fazê-lo⁵¹.

48

<http://www.statice.is/?PageID=1241&src=https://rannsokn.hagstofa.is/pxen/Dialog/varval.asp?ma=SAM07401e%26ti=Online+communication+among+individuals+2003-2014%26path=../Database/ferdamal/UTymislegt/%26lang=1%26units=PERC>.

⁴⁹ Ver Tabela 7.

⁵⁰ <https://datamarket.com/data/set/1mee/individuals-communication-with-public-authorities-via-the-internet-2008-2013#!ds=1mee!1nyb=1:1nyc&display=line&hidden=1,2,3,4,5,7,8,11,12,14,16>.

⁵¹ Ver Gráfico 11.

4. Movimento 15M/Indignados

4.1 Contexto socioeconómico

A crise financeira iniciada nos EUA teve efeitos devastadores para várias económicas mundiais, incluindo para a Europa, como ficou demonstrado no caso da Islândia. Os seus efeitos económicos foram de particularmente intensos nos países do sul da Europa, onde se inclui Espanha, Portugal, Grécia e Itália (Puig, 2011; Castells, 2012). Em 2011, dois problemas constituíam o cenário comum a estes países: uma elevada dívida pública, e uma crescente taxa de desemprego, particularmente significativa entre os mais jovens (Puig, 2011). Em 2011, a dívida pública espanhola atingia os 68,5%, 8,5 pontos acima do limite de 60% imposto pela União Europeia, e, segundo a OCDE, a taxa de desemprego chegava aos 22%, sendo que entre nas camadas mais jovens, chegava mesmo a ultrapassar os 47%. (Puig, 2011; Castells, 2012; Lusa, 2012).

Estas condições, aliadas aos sucessivos cortes na educação, saúde e serviços sociais, elevaram o descontentamento da população face às políticas governamentais (Puig, 2011; Castells, 2012). Para a população espanhola, o governo estava a negligenciar as suas funções, ao priorizar o resgate de instituições financeiras, e cedendo à pressão europeia para reduzir a dívida pública através de medidas de austeridade (Castells, 2012).

Protestos como os islandeses motivaram vários ativistas espanhóis a denunciarem a má gestão da crise e a procurarem responsabilizar banqueiros e políticos envolvidos nos esquemas fraudulentos que tinham culminado nesta crise económica (Castells, 2012). Segundo o barómetro do *Centro de Investigaciones Sociológicas* (Novembro, 2010), quase 50% dos espanhóis mostravam-se insatisfeitos com a performance democrática do país (Anduzia, Cristancho & Sabucedo, 2012). Depois do desemprego e da economia, nesta mesma ordem apresentada, a elite e os partidos políticos, eram apontados como os principais problemas do país (*Idem*).

Durante este período de crise vários grupos de ativistas formaram movimentos de apoio às reivindicações da população, como por exemplo os “*V de Vivienda*” e “*Plataforma de Afectados por la Hipoteca*” que se centraram nos problemas relacionados com a perda de habitação por parte de várias famílias espanholas; os “*Juventud sin futuro*” que se organizaram contra a precariedade laboral e a “comercialização” do sistema educativo; e os “*No le votes*” e “*Democracia Real Ya*” cujos principais objetivos eram a denúncia dos esquemas que envolviam a relação entre a banca e o governo (Puig, 2011; Castells, 2012). Estes movimentos dinamizaram a esfera pública através de assembleias locais e a criação de espaços de discussão *online*, onde se debatiam questões relacionadas com a crise. Foi em meio a este contexto que surgiu a manifestação 15 de Maio, que conseguiu atrair a atenção nacional e agregar todos estes grupos desfragmentados numa mesma luta (*Idem*).

4.2 Movimento “Los Indignados”

Inspirados pelos protestos e manifestações que se alastraram pelo mundo árabe, os movimentos sociais espanhóis procuraram convocar uma manifestação massiva que pudesse dar visibilidade às suas queixas (Puig, 2011; Castells, 2012, Adams & Parra, 2013). Assim, a 2 de Março de 2011, o grupo “*Democracia Real Ya*” divulgou uma primeira convocatória a apelar à população que comparecesse nas ruas das principais cidades espanholas a 15 de Maio (Castells, 2012). Esta convocatória não era apoiada por qualquer partido político, sindicato ou associação reconhecida pela sociedade civil, acabando por ser totalmente ignorada pelos meios de comunicação social (Anduzia, Cristancho & Sabucedo, 2012; Castells, 2012, Adams & Parra, 2013). Foi assim que a Internet e as media sociais online iniciaram o seu papel nos protestos espanhóis. Sem o apoio dos meios de comunicação de massa os próprios ativistas procuraram fluxos comunicacionais que pudessem estabelecer uma ponte entre os movimentos sociais e a população (Puig, 2011; Anduzia, Cristancho & Sabucedo, 2012; Castells, 2012, Adams & Parra, 2013).

Segundo Puig (2011), a convocação dos protestos para esta data deveu-se à proximidade com as eleições, uma vez que a 22 de Maio estavam marcadas as eleições municipais, e entre 13 e 17 de Maio seria o período eleitoral das regiões autônomas. Segundo este autor, a proximidade ao período eleitoral poderia condicionar a intervenção da polícia, diminuindo o risco de repressão e violência contra os manifestantes (*Idem*). Assim a 15 de Maio, sem a existência de uma liderança formal, cerca de 130 mil manifestantes ocuparam as ruas de mais de 50 cidades espanholas, para protestarem pacificamente contra o governo (Anduzia, Cristancho & Sabucedo, 2012). Só Madrid contou com cerca de 50 mil manifestantes, Barcelona com 20 mil, e Valência com 10 mil (Castells, 2012). Os protestos decorreram sem incidentes e demonstraram uma união surpreendente, que se tornou visível através da ocupação dos espaços públicos (*Idem*). Logo no primeiro dia de protestos, dezenas de pessoas reuniram-se na praça *Puertas del Sol* em Madrid onde passaram a noite a debater temas políticos e cívicos (Castells, 2011, 2012).

A praça *Puertas del Sol* acabou por converter-se num espaço simbólico representativo de toda esta onda de protestos, onde as pessoas se reuniam para trocarem opiniões sobre temas que não eram habitualmente contemplados pela agenda política e mediática (Castells, 2012). A esta ocupação seguiram-se muitas outras em diferentes cidades espanholas, de onde nasceram as acampadas (Castells, 2011, 2012). De poucas dezenas de ocupantes, logo as acampadas passaram a atrair centenas de manifestantes, chegando mesmo a abarcar milhares de indivíduos. Ao todo mais de 100 cidades espanholas tiveram ocupações, fenómeno que se estendeu também a outras cidades do mundo, que se reviam na luta dos Indignados (Castells, 2011, 2012). No dia 25 de Maio já se registavam 706 acampadas em todo o mundo (Castells, 2011).

Este movimento, inicialmente conhecido M15, em referência ao primeiro dia de manifestações, acabou sendo popularizado como “*Indignados*”, em referência aos panfletos “*Indignez-vos*”, publicados meses antes pelo filósofo francês Stephane Hessel⁵² (*Idem*). No princípio a maioria dos ocupantes eram jovens, em idade universitária, bastante familiarizados com as tecnologias digitais e severamente

⁵² Manifesto disponível em: <http://indignez-vous-indignacion.blogspot.pt/p/english.html>.

afetados pela crise. Embora se possa atribuir os “*digital natives*”, numa fase inicial, maior responsabilidade nas manifestações e ocupações, o movimento foi ganhando força e dimensão conseguindo abranger várias faixas etárias e extratos sociais, o que contribuiu para uma grande heterogeneidade de opiniões e reivindicações no seio deste movimento (Puig 2011; Castells, 2011, 2012).

Sem organização formal ou um programa de medidas concretas, este movimento tinha sido construído particularmente em torno da denúncia muito mais do que da construção de propostas (Puig, 2011; Castells, 2012). Taibo (2011) identificou três pressupostos base deste movimento: (1) a rejeição dos partidos políticos e do próprio sistema democrático, uma vez que segundo os manifestantes, a política atual não contempla os interesses dos cidadãos; (2) a denúncia de práticas ilícitas por parte do governo que favorece as instituições financeiras; (3) a denúncia sobre as condições laborais a que estavam sujeitos, onde se incluem a precariedade e os despedimentos coletivos (Puig, 2011).

De modo espontâneo foram surgindo dentro das acampadas departamentos encarregues da logística destes espaços, onde as pessoas se organizavam, sem a existência de uma estrutura hierárquica, ou processos formalizados que o determinassem (Castells, 2012). As acampadas tornaram-se um espaço público de debate com várias assembleias deliberativas abertas a todos os cidadãos. Só nos primeiros dias surgiram 134 grupos de trabalho, que representavam diferentes temáticas a serem discutidas (Solera, 2013). As assembleias, tal como as campadas multiplicaram-se por toda a Espanha, tendo sido criadas 144 assembleias locais que reuniram mais de 40 mil pessoas (*Idem*).

Um estudo na universidade de Salamanca, realizado por Calvo, Gómez-Pastrana e Mena (2011), aponta como principais motivos para esta onda de protestos, a raiva contra os bancos, contra a corrupção governamental, contra o sistema eleitoral e a até contra a própria imprensa (Puig, 2011). Segundo Castells (2012) e Solera (2013) os meios de comunicação nacionais e internacionais mesmo tendo passado a cobrir estes eventos, uma vez que atingiram uma dimensão impossível de ignorar, deturpavam muitas das informações fornecidas ao público. Logo no início das acampadas, as autoridades policiais procuram desalojar os

manifestantes, alegando a que a jornada de reflexão eleitoral não estava a ser respeitada convenientemente. Verificou-se que a repressão policial normalmente tinha um efeito oposto ao pretendido, atraindo ainda mais manifestantes. Existiram alguns momentos de maior intensidade na repressão policial, como no dia 27, em Barcelona, onde os manifestantes recusaram-se a abandonar a praça ocupada, e durante 6 horas foram violentamente agredidos pelas forças policiais, o que resultou 147 feridos (Castells, 2012). Em resposta a esta violência 20.000 manifestantes voltaram a ocupar a praça, tendo mesmo a 19 de Junho, ocorrido uma manifestação contra a repressão policial que reuniu cerca de 200.000 manifestantes (*Idem*).

A maioria das ocupações terminaram em princípios de Julho, altura em que se iniciou uma marcha, partindo de diferentes pontos de Espanha, em direção à capital Madrid (Castells, 2012). Durante esta marcha os ativistas iam colocando a população a par dos motivos dos protestos, e assim a 23 de Julho, mais de 250.000 manifestantes reuniram-se na praça “*Puertas del Sol*” reafirmando a sua luta. As manifestações mantiveram-se, e entre maio e outubro, e estima-se que mais de 2,2 milhões de indivíduos tenham participado nesta onda de protestos (Castells, 2012).

4.3 A Internet e as práticas do movimento

Segundo Javier Toret, psicólogo, investigador em tecnopolítica e ativista, “*lo que ha demostrado el 15-M es que la gente puede superar el bloqueo de los medios de comunicación*”⁵³ (Castells, 2012:124). Isto porque, apesar dos media tradicionais saberem do agendamento da manifestação de 15 de Maio, não o noticiaram. Segundo Castells (2012) de entre todos os canais televisivos, jornais e publicações espanholas, apenas a Tv Barcelona fez alguma menção a esta convocatória. Anduzia, Cristancho e Sabucedo (2012), verificaram também que nos 30 dias após a manifestação de 15 de Maio, tanto no Google News de Espanha, como na Imprensa Catalã, agregadores online de notícias, a pesquisa pelo termo “*Democracia Real Ya*” gerava apenas 12 resultados.

⁵³ Tradução Livre – “o que demonstrou o 15M é que as pessoas podem superar o bloqueio dos meios de comunicação”

Ativistas e cidadãos comuns foram o principal meio de distribuição destas convocatórias (Castells, 2011, Adams & Parra, 2013). Bernardo Gutiérrez enfatiza que foi fundamental para esta adesão maciça a preexistência de uma estrutura digital proporcionou a emergência deste movimento (Adams & Parra, 2013). Entre os grupos ativistas espanhóis já existia uma cultura prévia de ação online e de cooperação entre movimentos, segundo Gutiérrez, em muito impulsionada pelo combate à Lei de Sinde (Castells, 2011, Adams & Parra, 2013). Para além disso, segundo a base de dados *World Bank*, em 2011, 67,6% dos espanhóis tinham acesso à Internet ⁵⁴. O relatório “Global Digital Communication: Texting, Social Networking Popular Worldwide” (2011), dá-nos conta que Espanha era à época um dos países onde a participação em redes sociais online era mais elevada, com cerca de 42% dos cidadãos inscritos em alguma plataforma deste tipo. Este mesmo relatório indica também que 96% da população espanhola, em 2011, já possuía telemóvel utilizando-o para diversas finalidades, entre elas tirar fotografias e fazer vídeos ⁵⁵. A faixa etária mais jovem apresenta-se como mais propícia a utilizar os telemóveis para múltiplas funções, assim como representa também a parcela mais significativa nas redes sociais ⁵⁶ (Pew Research Center, 2011). Os jovens, particularmente familiarizados com as tecnologias digitais e com as múltiplas funções destes dispositivos, tornaram-se uma parte fundamental do movimento, impulsionando a sua projeção nacional e internacional. Através das capacidades múltiplas dos telemóveis atuais, os manifestantes procuravam filmar e fotografar os eventos de forma a divulgá-los e a registar qualquer tipo de repressão policial a que fossem sujeitos (Adams & Parra, 2013). Pela Internet distribuía os seus conteúdos, numa visão que partia de dentro do movimento, e que colocava o público em confronto com múltiplas perspectivas. (Castells, 2012; Solera, 2013).

Uma pesquisa de Calvo, Gómez-Pastrana e Mena (2011) confirma a importância dos meios digitais nestes protestos (Puig, 2011). Segundo este estudo 65,3% souberam dos protestos via Facebook, 34,7% por um amigo, 17,7% por email, 13,9% pela imprensa e 11,9% por alguma organização e 9,9% pelo Twitter. “As was

⁵⁴ <http://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.P2>.

⁵⁵ Ver Gráfico 12.

⁵⁶ Ver Gráfico 13.

the case with the Arab Spring, the indignados' collective action spread immediatly across the web, initially on the movements' websites and later from twitter accounts of those camping out such as acampadasol@ in Madrid and acampadacatalunya@ in Barcelona" ⁵⁷ (Puig, 2011:4). A internacionalização do movimento deveu-se em grande parte, tal como no caso da Tunísia e do Egito, às práticas digitais dos movimentos, que permitiram criar uma onda de solidariedade, que culminou num dos maiores protestos globais da história mundial (Castells, 2012). A 15 de Outubro de 2011, milhões de pessoas reuniram-se em 915 cidades de 82 países diferentes, e protestaram contra o sistema capitalista, numa manifestação convocada pelos "Indignados", e pelo movimento "Occupy Wall Street" nos EUA (Guardian, 2011). O movimento "OWS" foi um movimento que emergiu nos Estados Unidos neste mesmo ano, inspirado pelos protestos dos Indignados e pelos movimentos sociais do mundo árabe. Apresentava reivindicações bastante semelhantes às do movimento espanhol e experimentou um tipo de organização idêntico ao modelo utilizado pelos Indignados. Estes dois movimentos estabeleceram laços de cooperação, numa tentativa de sensibilizar as populações para a necessidade de mudança do sistema político (Castells, 2012).

4.4 Reivindicações e propostas

Apesar da heterogeneidade do movimento Indignados, surgiram das assembleias locais algumas propostas concretas que guiavam a luta deste movimento, como a eliminação de privilégios para a classe política, medidas para acabar com o desemprego, defesa do direito à habitação, melhoria dos serviços públicos, controlo sobre as entidades bancárias, impostos sobre as grandes fortunas, e uma democracia participativa (Escriche, 2013). Estes grupos de manifestantes ecoaram slogans como "democracia real ya" ⁵⁸ e "no nos representan" ⁵⁹, onde

⁵⁷ Tradução Livre – "Como no caso da Primavera Árabe, a ação coletiva dos Indignados espalhou-se imediatamente por toda a *web*, inicialmente nos sites dos movimentos e mais tarde através das contas de twitter das acampadas tal como acampadasol@ em Madrid e acampadacatalunya@ em Barcelona".

⁵⁸ Tradução Livre - "Democracia real já".

manifestavam o seu claro interesse numa mudança no atual sistema democrático (Anduzia, Cristancho & Sabucedo, 2012; Castells, 2012). As suas reivindicações não se centravam no apelo à participação eleitoral ou política, porque o movimento não pretendia integrar o sistema, ele pretendia alterá-lo, propondo modelos de democracia participativa, onde os cidadãos pudessem ter poder na tomada de decisão. Este movimento não pretendia agregar poder para si, e daí o seu claro interesse em se desvincular de pretensões partidárias (Solera, 2013). Apesar de não ter sido um objetivo, o movimento acabou por influenciar as eleições. Segundo Sanchez (2011), nas eleições municipais que ocorreram a 22 de Maio, verificou-se uma aumento de votos brancos (37%) e votos nulos (48%), tendências verificadas de forma mais evidente nas cidades onde a atividade do movimento foi maior (Puig, 2011; Castells, 2012). O impacto destas eleições afetou particularmente o Partido Socialista que obteve menos 19% de votos do que 2007 (Puig, 2011).

A própria lógica de ação do movimento e das suas assembleias eram um reflexo da pretensão de implementar um modelo de democracia mais participativo. Não existiam líderes, nem sequer porta-vozes, sendo que cada manifestante se representava a si próprio. Nas assembleias todos tinham direito a se expressar, sendo que por vezes era difícil chegar a um consenso, mas as próprias decisões que decorriam destas assembleias não tinham mais do um valor simbólico.

Segundo uma investigação levada a cabo pela *Metroscopia* (2011)⁶⁰ a maioria dos espanhóis sentia simpatia pelo movimento 15M (66%), acreditava que este movimento tinha razão nos motivos pelos quais protestava (81%). Segundo esta pesquisa de opinião 84% consideravam que o movimento tratava de questões que eram do interesse geral, embora 57% achasse que o movimento apesar de bastante popular iria acabar por cair no esquecimento. Uma outra investigação realizada pela *The Cocktail Analysis* (2011)⁶¹ demonstrou que o movimento tornou-se bastante popular, cerca de 97% dos inquiridos conheciam-o, 88% estavam de acordo com o movimento e 83% achavam que este movimento deveria continuar. Apesar do apoio da opinião pública, resultaram poucas realizações políticas decorrentes da

⁵⁹ Tradução Livre – “Não nos representam”.

⁶⁰ Ver Tabela 8.

⁶¹ Ver Tabela 9.

intervenção deste movimento, e a 19 de Dezembro de 2011, a comissão internacional da acampada de Madrid declarou uma retirada de atividade, para uma jornada de reflexão por período indefinido (Castells, 2012). Esta opção foi justificada ausência de medidas concretas realizadas e o decréscimo sucessivo de apoiantes. Segundo Tomás, um ativista do movimento, o 15M não é um movimento tradicional, e as suas características e o carácter das suas propostas dificilmente poderiam modificar a realidade a curto prazo, e é isso que se deve na interpretação dos seus feitos (Solera, 2013). O seu contributo real foi o de transmitir uma mensagem à sociedade e de experimentar novas formas de organização social (*Idem*). Apesar deste movimento ter saído do espaço mediático a sua presença continuou a ser visível no espaço público, com as assembleias a não se extinguirem totalmente, embora a realizarem-se numa periodicidade mais variável. Também na Internet é possível ver as questões levantadas pelo movimento a continuarem a ser debatidas (Castells, 2012).

Em 2014, o Movimento “Indignados” voltou à agenda mediática através do anúncio de que iria se institucionalizar como partido político sobre a designação “Podemos”. Nas eleições europeias este partido conseguiu eleger 5 deputados e as sondagens para as legislativas de Novembro de 2015 anunciam este partido como o que reúne mais intenções de voto (27,7%) (Gomes, 2014; Lorena, 2014).

CONCLUSÃO

A análise destes estudos de caso permitiram recolher várias evidências de que existiu realmente um papel desempenhado pela Internet e pelas redes sociais, na onda de protestos de 2011. Embora com esta afirmação não se pretenda defender a ideia ciberutópica de que estas mobilizações se deveram inteiramente aos utensílios digitais.

Em primeiro lugar é importante salientar que vários autores avaliam a eficácia dos meios digitais em termos de oposição aos meios tradicionais, ou simplesmente ignoram uma destas vertentes (no caso dos ciberutópicos é muitas vezes negligenciada a observação das ações urbanas). O que pode ser verificado nos casos aqui apresentados é que existe uma coexistência de ambas as formas de ação. Como refere Xavier Toret, ativista do movimento Indignados, “não devemos pensar em termos dicotômicos, mas em termos sinérgicos” (Adams & Parra, 2013:199).

Embora seja difícil dissociar os efeitos que decorrem de uma ou outra ação, podemos considerar que os meios digitais foram uma importante ferramenta para que os grupos de ativistas que iniciaram os protestos se unissem, e comesçassem a pudessem divulgar as suas ações. No entanto, foram as formas de ação urbanas e os meios de comunicação tradicionais que impulsionaram os movimentos a ganharem dimensão e heterogeneidade, passando a abranger todos os estratos da sociedade. Se por um lado os meios digitais permitiam divulgar vídeos e imagens sobre as manifestações, as ações urbanas constituíam o cenário de “combate”.

Considerar o papel da Internet neste contexto, não implica no entanto ignorar alguns dos pressupostos apresentados pelos cibercépticos. Morozov tem vindo a alertar que a tecnologia pode ser um excelente aliado das técnicas de censura e vigilância. Embora esta permissa seja verdadeira, e pode ser facilmente verificada se olharmos para regimes como a China, nos casos aqui apresentados os governos ignoravam totalmente a possível emergência de movimentos sociais. Deste forma existia uma brecha de segurança que permitiu que os ativistas cultivassem uma cultura dissidente e posteriormente a disseminassem.

Se em 2010, Laer e Aelst consideravam que os ativistas estavam a beneficiar mais do potencial das novas tecnologias digitais do que os poderosos, atualmente o caso parece ter sofrido algumas alterações. Aos poucos a Internet aparenta estar a sucumbir ao poder das elites, tal como Rheingold previa que fosse acontecer.

De entre os países que fizeram parte da “Primavera Árabe”, a Tunísia parece ser o caso exceção, que conseguiu transitar para uma democracia, embora muitos analistas não descartem ainda a hipótese de esta ser uma democracia temporária. Nos restantes países desta região, os regimes tornaram-se ainda mais repressivos do que antes das manifestações. Segundo o relatório “*World Press Freedom Index 2014*”, o temor de uma propagação da “Primavera Árabe” levou a que vários países adoptassem medidas de vigilância e controlo mais severas, tanto nos meios tradicionais como na Internet (Reporters Without Borders , 2014). Não só nesta região, mas um pouco por todo o mundo, modelos de repressão bastante rebuscados, como os utilizados pela China, passaram a ser uma prática corrente, como forma de controlar os fluxos comunicacionais e informacionais divergem aos ideais do regime. Segundo Diamond (2015), nos últimos quatro anos, o mundo tem assistido ao aprimoramento do autoritarismo, acompanhado pela recessão da democracia, que se contrai não só em número, mas também em qualidade, com várias democracias a sofrerem decréscimos nas suas liberdades civis.

Nos regimes democráticos a liberdade de informação, particularmente aquela praticada na Internet, ou seja aquela que em teoria está menos sujeita aos interesses da elite, tem vindo a ser suprimida sobre o argumento da segurança nacional. Casos como o de Bradley Manning ou de Edward Snowden, que divulgaram ficheiros governamentais confidenciais por considerarem-nos de interesse público, levaram a que muito governos em prol de não terem os seus “segredos” revelados, tenham reforçado medidas de restrição à liberdade sobre o argumento de segurança nacional (Reporters Without Borders , 2014).

Os movimentos sociais surgem normalmente sem uma agenda política ou uma lista de medidas concretas, mas o que se verificou nos casos aqui analisados é que existiu uma dificuldade em focalizar a luta na obtenção de objetivos que melhorassem a vida das populações. No caso do Tunísia e do Egito, os movimentos centraram-se na meta de derrubar o regime sem planearem qualquer tipo de organização para o que viria depois. O que aconteceu foi que, em ambos os casos, as expectativas de que a queda do governo se converteria automaticamente numa transição para a democracia não aconteceu. Assistimos assim a uma desfragmentação do grupo de manifestantes em diferentes posições partidárias, com os ideais dos movimentos a serem esquecidos. Neste espaço aberto que se estabeleceu com a queda dos regimes, a Tunísia conseguiu encontrar um governo moderado que permitiu melhorar as condições sociais dos tunisinos, enquanto que, no caso do Egito isso não aconteceu, e o país mergulhou num governo ainda mais repressivo do que o anterior.

Já no caso dos “Indignados”, o fato deste movimento ter sempre negado qualquer intenção partidária, levou a um momento em que o movimento não tinha mais por onde evoluir, e o simples apoio da população (e repare-se que era bastante significativo), não permitia passar para a prática muitas das propostas elaboradas. O que me leva a considerar que grande parte da falha na obtenção dos objetivos nestes processos (onde incluo os países árabes) foi a recusa em transformar estes movimentos em forças partidárias, posição que defendo sobre o argumento de que muitas vezes projetos alternativos tornam-se inviáveis por simples recusa das entidades governamentais em experimentarem novos modelos que alteram a conjuntura na qual se sentem seguros. O caso islandês é uma prova de que medidas inovadoras (e note-se que neste caso todo o processo já tinha sido realizado) conseguem ser vetadas por interesses políticos e elitistas.

Com esta posição não pretendo defender a transformação destes movimentos em estruturas hierárquicas fechadas, mas enfatizar que ingressando o sistema poderá eventualmente ser mais fácil alterá-lo ou moldá-lo.

Após uma jornada de 3 anos de reflexão o movimento “Indignados” ressurgiu sobre a forma de partido político reunindo uma intenção de votos que supera os

adversários, embora ainda seja difícil prever como será o cenário político após as eleições de Novembro de 2015. O caso do “Movimento 5 Stelle” em Itália, é ilustrativo de um outro movimento que se converteu num partido político promovendo nas suas iniciativas internas o exercício da democracia direta, com recurso a meios digitais.

No entanto, a simples existência de um mecanismos que potenciem o engajamento cívico não resulta necessariamente numa população mais comprometida em resolver os problemas sociais. Mesmo no caso da Islândia que é um dos países com maior infraestrutura digital e com uma democracia que, segundo os *rankings “Democracy Index”*, é uma democracias modelo, o que se verifica na análise das práticas online dos islandeses é que os conteúdos políticos são pouco recorrentes nas suas atividades digitais. Mesmo considerando que a Islândia é um país com 320.000 habitantes, 16.000 sugestões totais para a Constituição parece-me um número reduzido, isto tendo em conta que um mesmo indivíduo pode interagir diversas vezes. Se a Islândia já se organizou uma vez para protestar contra o governo, seria expectável que se a população realmente valorizassem esta iniciativa reivindicasse por ela, ou mesmo não tivessem eleito um os principais partidos opositores.

Neste sentido vale apenas retomar a distinção entre usos reais da Internet e usos desejados ou potenciais. Uma das atividades online mais populares atualmente, a nível mundial, é a participação em redes sociais. Se analisarmos a sua utilização real, mais do que o seu eventual potencial em revoluções, possivelmente verificamos que a maioria das atividades realizadas nestas redes sociais não se relacionam com questões políticas ou cívicas (como se verifica no caso islandês).

Um estudo realizado pela *Pew Research Center* em 32 países emergentes verificou que as redes sociais são utilizadas principalmente para ouvir música e ver filmes (72%), para informações desportivas (56%), para pesquisa de produtos (37%) e só depois para questões relacionadas com política (34%)⁶².

⁶² Ver Gráfico 13.

No entanto este mesmo estudo realça que é nos países MENA que se verifica uma maior postagem de conteúdos sobre política ⁶³. O fato de ser nesta zona que se concentram os maiores conflitos políticos pode sugerir que existe uma maior atenção da população a esta temática, (maior atenção, não implica necessariamente uma maior pluralidade de opiniões políticas).

Em ambientes instáveis os próprios media tendem a ser transformados em objetos estratégicos, onde tanto grupos como indivíduos, procuram controlar os fluxos comunicacionais (Reporters Without Borders , 2014). A Síria é um claro exemplo desse problema, pois os seus fluxos comunicacionais são controlados por indivíduos perigosos (*Idem*). A apropriação dos meios de comunicação, particularmente os meios digitais, por parte de grupos terroristas tornou-se num problema atual, particularmente porque se tem assistido a um onda de recruta internacional para os combates neste país, o que possivelmente irá contribuir a que mais medidas de controlo sejam implementadas na Internet.

A Internet enquanto fonte de entretenimento não sofre grandes ameaças, mas no que diz respeito às questões políticas e cívicas ela tende a ficar mais restrita. Sem que imaginassem, muitos destes movimentos contribuíram para dificultar o aparecimento futuro de novos movimentos. Não só no espaço virtual, mas também no espaço urbano várias medidas foram tomadas para impedir que outros movimentos ganhem a dimensão. Em Espanha por exemplo foi aprovado em 2013 um conjunto de alterações legislativas que formulam uma série de restrições à mobilização social, entre elas o impedimento de manifestações em frente ao parlamento (Castro, 2013). Felizmente existe sempre uma ousada comunidade de ativistas que procura colmatar estes entraves que vão sendo colocados. Como forma de protesto às medidas do governo espanhol, foi convocado um protesto para a frente do parlamento, só que desta vez em modo virtual, através de hologramas (Público, 2014).

Apesar de muitos dos efeitos desta onda de protestos não terem sido benéficos a curto prazo, existe uma comunidade ativista bastante ativa, e extremamente envolvida com assuntos políticos e civis, e que utiliza a Internet e os

⁶³ Ver Figura 3.

novos media enquanto ferramentas de contra-poder. No entanto não podemos acreditar que cada um dos indivíduos que tem acesso a estes instrumentos corresponda este perfil. Como Rheingold (1993) afirma, a Internet têm o poder de “elevant” o cidadão mas por si só não o fará.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, G. & Parra, H. (2013). 15m e novas expressões da política. *Caderno de Subjetividade*, pp. 193-215.
- Aelst, P. & Walgrave, S. (2004). *New media, new movements? The role of internet in shaping anti-globalization movement*, in Donk et al (ed). *Cyberprotest: New media, citizens and social movements*. London: Routledge.
- AFP. (2011, 29 de Novembro). Egito: Primeiro turno das legislativas termina em calma. *Gazeta do Povo*. Acedido a 13 de Outubro, 2014, em: <http://www.gazetadopovo.com.br/mundo/egito-primeiro-turno-das-legislativas-termina-em-calma-9nowuvxs0z5riil5ilxgl32a6>.
- AFP (2014, 23 de Janeiro). Egito 'pistoleia' direitos humanos 3 anos após revolução, diz Anistia. *G1*. Acedido a 13 de Outubro, 2014, em: <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2014/01/egito-pisoteia-direitos-humanos-3-anos-apos-revolucao-diz-anistia.html>.
- Akhtar, S. (2010, March 19). Mena high education roundtable on quality of education: The gateway to employability. *World Bank*. Acedido a 27 de Setembro, 2014, em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/MENAEXT/0,,contentMDK:22524284~menuPK:247615~pagePK:2865106~piPK:2865128~theSitePK:256299,00.html>.
- Andersen, K. (2011, December 14). The Protester. *Time*. Acedido a 7 de Setembro, 2014, em: http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,2101745_2102132_00.html.
- Ayres, (2005).
- Beinin, J. (2011, February 17). Egypt's workers rise up. *The Nation*. Acedido a 7 de Setembro, 2014, em: <http://www.thenation.com/article/158680/egypts-workers-rise#>.

- Belicove, M. (2011, March 31). In other words: The twitter devolution. *Foreign Policy*. Acedido a 27 de Setembro, 2014, em: <http://foreignpolicy.com/2010/06/08/the-twitter-devolution/>.
- Bennett, W. (2003). Communicating global activism: Some strengths and vulnerabilities of networked politics. *Information, Communication and Society*, 6 (2).
- Bhuiyan, S. (2011). Social media and its effectiveness in the political reform movement in egypt. *Middle East Media Educator*, 1, (1) 14-20.
- Black hat.** (2010). *MENA: The faster growing region in the world*. Acedido a 27 de Setembro, 2014, em: [https://www.blackhat.com/docs/bh-ad-10/bh-ad-10-MarketFactSheet.pdf*](https://www.blackhat.com/docs/bh-ad-10/bh-ad-10-MarketFactSheet.pdf)
- Blau, M. (2010, December 5). Because 20,000 users produce 50% of the tweets. *Entrepreneur*. Acedido a 18 de Novembro, 2014, em: <http://www.entrepreneur.com/article/219416>.
- Ottaway, M. & Hamzawy, A. (2010, January, 2011). Protest movements and political change in arab world. *Carnegie*. Acedido a 18 de Novembro, 2014, em: http://carnegieendowment.org/files/OttawayHamzawy_Outlook_Jan11_ProtestMovements.pdf.
- Breuer, A. (2012). The role of social media political protest: Evidence from the tunisian revolution. *German Development Intitute Discussion Paper*, (10), 238-266.
- Castells, M. (1999). *A era da Informação: Economia, sociedade e cultura* (6ª ed., Vol. 1). (R. V. Majer, Trad.) São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2000). *A era da Informação: Economia, sociedade e cultura* (2ª ed., Vol. 2). (K. B. Gerhardt, Trad.) São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2001). *A galáxia da internet: Reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. (M. L. Borges, Trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Comunication*, 1, 238-266.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y poder*. (M. Hernández, Trad.) Madrid: Alianza Editorial.

- Castells, M. (2011). Movimento 15-M, os 'Indignados' de Espanha. *Esquerda.net*.
Acedido a 18 de Novembro, 2014, em:
<http://www.esquerda.net/dossier/movimento-15-m-os-indignados-de-espanha>.
- Castells, M. (2012). *Redes de indignación y esperanza: Los movimientos sociales en la era de internet*. (M. Hernández, Trad.) Madrid: Alianza Editorial.
- Cardoso, G., & Castells, M. (2005). A sociedade em rede: Do conhecimento à acção política. *Conferência promovida pelo Presidente da República*. Lisboa: Casa da Moeda.
- Costa, R. (2005). As comunidades virtuais. *Informática na Educação: teoria & prática*, 8 (2), 55-73.
- Coutinho, C. P. & Chaves, J. H. (2002). O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal . *Revista Portuguesa de Educação*, 15 (1), pp. 221-243.
- Coutinho, M. (2003). A sociedade da informação e o determinismo tecnológico: notas para um debate. *Revista Líbero*, 6 (11). pp. 83-93.
- Coutinho, C., & Lisbôa, E. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: Desafios para educação no século XXI. *Revista de Educação*, 18 (1), pp. 5-22.
- DeWald, D. (2012, February 25). Icelanders overthrow top power holders responsible for economic crisis (kitchenware revolution), 2008-9. *Global Nonviolence Action Database*. Acedido a 22 de Janeiro, 2015, em:
<http://nvdatabase.swarthmore.edu/content/icelanders-overthrow-top-power-holders-responsible-economic-crisis-kitchenware-revolution-20>.
- Diamond, L. (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, 26 (1), pp. 141-155.
- Dicken, P. (1999). *Global Shift: Transforming the world economy*. London: Paul Chapman.
- Downing, J., Ford, T., Gil, G. & Stein, L. (2000). *Radical Media: Rebellious communication and social movements*. London: Sage.

Drew, J. (2013). *Routledge research in cultural and media studies: A social history of contemporary democratic media*. New York: Routledge.

Dubai School of Government. (2011). Civil Movements: The impact of facebook and twitter. *Arabe Social Media Report, 1 (2)*, pp. 1-30.

Dutta, S. & Mia, I. (2010). The global information technology report 2009-2010: ICT for Sustainability. *World Economic Forum*. Acedido a 15 de Novembro, 2014, em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GITR_Report_2010.pdf.

DW (2014, 8 de Junho). Egito deposita esperanças em novo presidente al-sisi. *DW*. Acedido a 13 de Outubro, 2014, em: <http://www.dw.de/egito-deposita-esperan%C3%A7as-em-novo-presidente-al-sisi/a-17692178>.

Economist Intelligence Unit. (2010). *Democracy index 2010: Democracy in retreat*. The Economist. Disponível em: https://graphics.eiu.com/PDF/Democracy_Index_2010_web.pdf.

Economist Intelligence Unit. (2011). *Democracy index 2011: Democracy under stress*. The Economist. Disponível em: http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2011.

Economist Intelligence Unit. (2012). *Democracy index 2012: Democracy at a standstill*. The Economist. Disponível em: https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=1034.

Economist Intelligence Unit. (2013). *Democracy index 2013: Democracy in limbo*. The Economist. Disponível em: http://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=Democracy0814.

EFE (2011, 24 de Janeiro). Mais um dia de manifestações na Tunísia. *Época*. Acedido a 15 de Novembro, 2014, em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI204845-15227,00-MAIS+UM+DIA+DE+MANIFESTACOES+NA+TUNISIA.html>.

Escriche, R. (3 de Jul de 2013). 15-m: Las propuestas concretas de los “indignados” en españa. *101*. Acedido a 9 de Janeiro, 2015, em: http://suite101.net/article/15-m-las-propuestas-concretas-de-los-indignados-en-espana-a54904#.VTL_vGa24y4.

Esfandiari, G. (2011, 14 de Janeiro). Ben Ali na cadeira do poder há 23 anos. Euronews. Acedido a 9 de Janeiro, 2015, em:<http://pt.euronews.com/2011/01/14/ben-ali-na-cadeira-do-poder-ha-23-anos/>.

Esquerda.net (2012, 4 de Janeiro). Egito: Domínio islâmico é inevitável, “mas não preocupante”. *Esquerda.net*. Acedido a 16 de Dezembro, 2014, em:<http://www.esquerda.net/artigo/egito-domínio-islâmico-é-inevitável-“mas-não-preocupante”>.

Euronews, (2010). *The global information technology report 2009-2010: ICT for Sustainability*. World Economic Forum. Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_GITR_Report_2010.pdf.

Farris, D. (2008). Revolutions without revolutionaries? Network theory, facebook, and the egyptian blogosphere. *Arab Media & Society*, pp. 1-11.

Ferguson, C. (Realizador). (2010). *Inside Job* [Filme].

France Presse. (2011, 9 de Março). Partido de ben ali dissolvido por decisão judicial. *G1*. Acedido a 16 de Dezembro, 2014, em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/partido-de-ben-ali-dissolvido-por-decisao-judicial.html>.

Freedom House. (2010^a). Freedom of the press: Tunisia. Disponível em: <http://freedomhouse.org/report/freedom-press/2010/tunisia#.VANowxbaxw>.

Freedom House. (2010^b). Freedom of the press: Egypt. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2011/egypt#.VCbiURbax-w>.

Freedom House. (2011^a). Freedom in the world: Tunisia. Disponível em: <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/2011/tunisia#.VCWc4-cx9Bp>.

Freedom House. (2011^b). Freedom of the press: Egypt. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-press/2011/egypt#.VCbiURbax-w>.

Freedom House. (2012^a). Freedom in the world: Tunisia. Disponível em: <http://freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/tunisia-0#.VA8HtOcx9Bo>.

Freedom House. (2012^b). Freedom in the world: Egito. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2012/egypt-0#.VS9WoFlmsy4>.

Freedom House. (2013^a). Freedom in the world: Tunisia. Disponível em:

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/tunisia>.

Freedom House. (2013^b). Freedom in the world: Egito. Disponível em:

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2013/egypt#.VS9iU1lmsy4>.

Freedom House. (2013^c). Freedom in the internet: Iceland. Disponível em:

<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-net/2013/iceland#.VBxcWecx8y5>.

Freedom House. (2014). Freedom in the world: Egito. Disponível em:

<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2014/egypt#.VS9jJ1lmsy4>.

Gladwell, M. (2010, October 4). Small change: Why the revolution will not be tweeted. *The New Yorker*. Acedido a 16 de Dezembro, 2014, em:

<http://www.newyorker.com/magazine/2010/10/04/small-change-3>.

Gomes, V. (2014, 28 de Maio). “Podemos”: Da Indignação nas ruas da Espanha para o parlamento europeu. *Revista Fórum*. Acedido a 18 de Janeiro, 2015, em:

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/podemos-da-indignacao-nas-ruas-da-espanha-para-o-parlamento-europeu/>.

Gonzalo, M. (2014, 7 de Marzo). La brecha digital: Ciberutópicos y pesimistas digitales. *El diario*. Acedido a 1 de Agosto, 2014, em:

http://www.eldiario.es/turing/Ciberutopicos-pesimistas-digitales_0_236226464.html.

G1 (2011, 11 de Fevereiro). Mubarak renuncia à presidência do egito e entrega o poder ao exército. *G1*. Acedido a 1 de Agosto, 2014, em: <http://g1.globo.com/crise-no-egito/noticia/2011/02/em-meio-protestos-presidente-do-egito-deixa-o-cairo.html>.

G1 (2012, 24 de Junho). Candidato da irmandade muçulmana vence eleição presidencial no egito. *G1*. Acedido a 1 de Agosto, 2014, em:

<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/06/candidato-da-irmandade-muculmana-vence-eleicao-presidencial-no-egito.html>.

G1 (2013, 24 de Junho). Saiba mais sobre Mohamed Morsi, presidente deposto do egito. *G1*. Acedido a 19 de Outubro, 2014, em: <http://g1.globo.com/revolta->

arabe/noticia/2013/07/saiba-mais-sobre-mohamed-morsi-presidente-deposto-do-egito.html.

G1 (2014, 28 de Abril). Egito condena à morte mais de 680 ligados à irmandade muculmana. *G1*. Acedido a 13 de Setembro, 2014, em:

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/egito-condena-morte-mais-de-680-ligados-irmandade-muculmana.html>.

Gohn, M. (2008). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América latina. *Caderno CRH*, 21 (54), pp. 439-455.

Gohn, M. (2010). Movimentos sociais na atualidade. In Gohn, M. (Org), *Movimentos sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais* (pp. 13-88). Petrópolis: Editora Vozes.

Guardian (2011, October 15). 'Occupy' anti-capitalism protests spread around the world. *The guardian*. Acedido a 19 de Setembro, 2014, em:

<http://www.theguardian.com/world/2011/oct/16/occupy-protests-europe-london-assange>.

Gylfason, T. (2013, June 9). Democracy on ice: a post-mortem of Icelandic constitution. *Open Democracy*. Acedido a 13 de Setembro, 2014, em:

<https://www.opendemocracy.net/can-europe-make-it/thorvaldur-gylfason/democracy-on-ice-post-mortem-of-icelandic-constitution>.

Haouas, I., Sayre, E., & Yagoubi, M. (2012). Youth unemployment in Tunisia: Characteristics and policy responses. *Topics in Middle Eastern and African Economies*, 14, 395-418.

Hofheinz, A. (2011). Nextopia? Beyond revolution 2.0. *International Journal of Communication* (5), 1417-1434.

Howard, P. et al (2011). *Opening closed regimes: What was the role of social media during the Arab Spring*. Project on Information Technology & Political Islam.

Disponível em: http://pitpi.org/wp-content/uploads/2013/02/2011_Howard-Duffy-Freelon-Hussain-Mari-Mazaid_pITPI.pdf.

Iceland Review Online (2009, January 27). Sigurdardóttir ready to become iceland's pm. Iceland Review Online. Acedido a 10 de Janeiro, 2015, em:

<http://icelandreview.com/news/2009/01/27/sigurdardottir-ready-become-icelands-pm>.

IGPDE (2012). Iceland: A new people's constitution . *Public Management Monitoring News*, (43), pp.1-2.

International Crisis Group (2011). *Annual report 2011: 2010 review, plans for 2011*.

Crisis Group. Disponível em:

<http://www.crisisgroup.org/~media/Files/Annual%20Reports/annual-report-2011.pdf>.

Iskander, E. (2011). Connecting the national and virtual: Can facebook activism remain relevant after egypt's january 25 uprising. *International Journal of Communication*, 5, 1225-1235.

Jankowski, N. (2010). Creating community with media: History, theories and scientific investigations. In L. Lievrouw, & S. Livingstone (Eds.), *Handbook of new media: Social shaping and social consequences of ICTs*, Updated student edition (pp. 55-75). London: Sage Publications.

Joffé, G. (2011). A primavera árabe no norte de áfrica: origens e perspectivas de futuro. *Relações Internacionais* (30), pp. 85-116.

Jordan, T. & Taylor, P. (2004). *Hactivism and cyberwars: Rebels with a cause?* London: Routledge.

Junior, W. (2008). Fatores estruturantes das comunidades virtuais pioneiras nas redes sociais. *Líbero* (22), 109-116.

Kranzberg, M. (1986). Technology and History: "Kranzberg's Laws". *Technology and Culture*, 27 (3), 544-560.

Kekic, L. (2013, November 18). Ripe for rebellion? Where protest is likeliest to break out. *The Economist*. Acedido a 10 de Janeiro, 2015, em:

<http://www.economist.com/news/21589143-where-protest-likeliest-break-out-ripe-rebellion>.

Kelly, S., Earp, M., Reed, L., Shahbaz, A., & Truong, M. (2014). *Freedom on the net 2014*. Freedom House. New York: Freedom House.

Lusa (2012, 16 de Março).Espanha: Dívida pública espanhola cresceu 14,2% em 2011, para 68,5% do pib. *Expresso*. Acedido a 5 de Janeiro, 2014 em: <http://expresso.sapo.pt/espanha-divida-publica-espanhola-cresceu-142-em-2011-para-685-do-pib-oficial=f712198>.

Machado, J. (2005). Movimentos sociais: Notas sobre a evolução do conceito, perspectivas e tendências. *Movimientos Sociales y Activismo en Red*. . Acedido a 7 de Outubro, 2014, em: http://www.forum-global.de/smd/textos/notas_movsociais.htm.

Maffezzolli, E. C. & Boehs, C. G. (2008). Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. *Revista FAE*, 11 (1), 95-110.

Malin, C. (2010, May). *Middle east & north africa: Facebook demographics*. Spot On Public Relations. Disponível em: http://www.spotonpr.com/wp-content/uploads/2010/05/FacebookMENA_24May10.pdf.

Masoud, T. (2011). The upheavals in egypt and tunisia: The road to (and from) liberation square. *Journal of democracy*, 22 (21), 95-110.

McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. (A. J. Wainberg, Trad.). Petrópolis: Editora Vozes.

National Electoral Commission (2012, October 23). Outcome of the counting of votes cast in the referendum on 20 october 2012. *Kosningaverfur Innanríkisráðuneytisins*. . Acedido a 10 de Janeiro, 2015, em: <http://www.kosning.is/thjodaratkvaedagreislu2012/english/nr/7991>.

Nick Burcher (2010, July 2). Facebook usage statistics by country. *Nick Burcher*. . Acedido a 10 de Janeiro, 2015, em: <http://www.nickburcher.com/2010/07/facebook-usage-statistics-by-country.html>.

Laer, J. V. & Aelst, P. V. (2010). Internet and social movement action repertoires: opportunities and limitations. *Information, Communication & Society*, 1-26.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. (C. I. Costa, Trans.) São Paulo: Editora 34.

Li, W., Ng, W & Ong, K. (2006). Information navigation and knowledge discovery in virtual communities. *Encyclopedia of Virtual Communities and Technologies*, pp. 273-274.

Li, C. (2013). Reforma de cima para baixo ou revolução de baixo para cima? *Journal of democracy*, 2 (1), 26-38.

Lima, J. (2012, 14 de Junho). Justiça do egipto determina dissolução do parlamento. *Carta Capital*. Acedido a 18 de Janeiro, 2015, em:

<http://www.cartacapital.com.br/internacional/justica-do-egito-determina-dissolucao-do-parlamento/>.

Lima, K. (2001). *Determinismo Tecnológico*. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação. Disponível em:

http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/determinismo.pdf.

Lotan, G. *et al* (2011). The revolution were tweeted: Information flows during 2011 tunisia and egyptian revolutions. *International Journal of Communication* (5), pp. 1375-1405.

Lorena, S. (2014, 2 de Novembro). Novo partido espanhol ameaça acabar com o bipartidarismo e até ganhar eleições. *Público*. Acedido a 17 de Novembro, 2014, em:

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/novo-partido-espanhol-ameaca-acabar-com-o-bipartidarismo-e-ate-ganhar-eleicoes-1674946>.

Medeiros, P. (2006). Internet e movimentos sociais: outros espaços de interacção. *Cadernos de Estudo* (3), pp.87-98.

Molina, M. (2013). A internet e o poder da comunicação na sociedade em rede: Influências nas formas de interacção social. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, 3 (3), pp.102-115.

Morozov, E. (2011). *The net delusion: The dark side of internet freedom*. New York: PublicAffairs.

Perez, J. (2011, January 28). Egypt's internet block aims at social media. *Computer World*. Acedido a 17 de Novembro, 2014, em:

http://www.computerworld.com/s/article/9206980/Egypt_s_Internet_block_aims_at_social_media.

Peruzzo, C. (2010). A comunicação nos movimentos sociais: exercício de um direito humano. *Diálogos de la Comunicación* (82), pp. 1-7.

Pleyers, G. (2006). En la búsqueda de actores y desafíos societales: La sociología de Alain Touraine. *Estudios Sociológicos*, 14 (72), pp. 733-756.

Postmes, T. & Brunsting, S. (2002). Collective action in age of the internet: Mass communication and online mobilization. *Social Science Computer Review*, 20 (3), pp. 290-301.

Preston, J. (2011, February 5). Movement began with outrage and facebook page that gave it an outlet. *New York Times*. Acedido a 22 de Novembro, 2014, em: http://www.nytimes.com/2011/02/06/world/middleeast/06face.html?_r=2&.

Puig, S. (2011). *15M: The indignados*, in Janbet Bryne (ed). *The Occupy Handbook*. NY: Back Bay Bokss.

Reporters Without Borders. (2014). World Press Freedom Index 2014. Freedom House. Disponível em: https://rsf.org/index2014/data/index2014_en.pdf.

RFI (2011, 19 de Novembro). Milhares de pessoas se manifestam no Egito contra junta militar. *FRI*. Acedido a 11 de Novembro, 2014, em: <http://www.portugues.rfi.fr/geral/20111118-milhares-de-pessoas-se-manifestam-no-egito-contrajunta-militar>.

Rheingold, H. (1993). *The virtual Community: Homesteading on the electronic frontier*. Massachusetts: Addison-Wesley.

Robertsson, R. (2012, October 21). Voters in Iceland back new constitution, more resource control. *Reuters*. Acedido a 17 de Dezembro, 2014, em: <http://www.reuters.com/article/2012/10/21/us-iceland-referendum-idUSBRE89K09C20121021>.

Roudi, F. (2011). *Youth population and employment in the middle east and north africa: Opportunity or a challenge?* New York: United Nations.

Ryan, Y. (2011, January 26). How Tunisia's revolution began. *Al Jazeera*. Acedido a 18 de Novembro, 2014, em:

<http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/01/2011126121815985483.html>.

Santos, G. (2014). Tunísia: O sucesso da transição democrática e os seus desafios. *IPRIS*, pp. 1-3.

Siddique, H. (2011, June 9). Mob rule: Iceland crowdsources its next constitution. *The Guardian*. Acedido a 17 de Novembro, 2014, em:

<http://www.theguardian.com/world/2011/jun/09/iceland-crowdsourcing-constitution-facebook>.

Silva, A; Correia, A. & Lima, I. (2010). O conhecimento e as tecnologias da informação. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 33 (1), pp. 1-25

Simões, M. (1996). Os equívocos do determinismo tecnológico e do determinismo social. *III Congresso Português de Sociologia*. Celta Editora. Disponível em:

http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR492eb77f5ccf5_1.pdf.

Simões, I. (2009). A sociedade em rede e a cibercultura: Dialogado com o pensamento de Manuel Castells e de Pierre Lévy na era das tecnologias de comunicação. *Revista Eléctronica Temática*. Disponível em:

http://www.insite.pro.br/2009/Maio/sociedade_ciberespaco_Isabella.pdf.

Sousa, T. (2014, 23 de Março). Entrevista a Larry Diamond: A recessão democrática é real mas não é severa. *Público*. . Acedido a 18 de Janeiro, 2015, em:

<http://www.publico.pt/mundo/noticia/a-recessao-democratica-e-real-mas-nao-e-severa-1629325>.

Stjórnlagaráð (n.d.). The constitutional council: General information. *Stjórnlagaráð*. Disponível em: <http://www.stjornlagarad.is/english/>.

Tranquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.

Treré, E. (2012). Social movements as information ecologies: Exploring the coevolution of multiple internet technologies for activism. *International Journal of Communication*, (6), pp. 2359-2377.

TSF (27 de Maio de 2011). Espanha: 'Indignados' entregam propostas no parlamento. *TSF*. . Acedido a 15 de Setembro, 2015, em:

http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1932721.

TSF (24 de Junho de 2012). Mohamed Morsi vence eleições presidenciais no Egipto. *TSF*. . Acedido a 8 de Novembro, 2015, em:

http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=2628236.

TSF (12 de Maio de 2013). Milhares celebram segundo aniversário do movimento dos indignados. *TSF*. . Acedido a 19 de Janeiro, 2015, em:

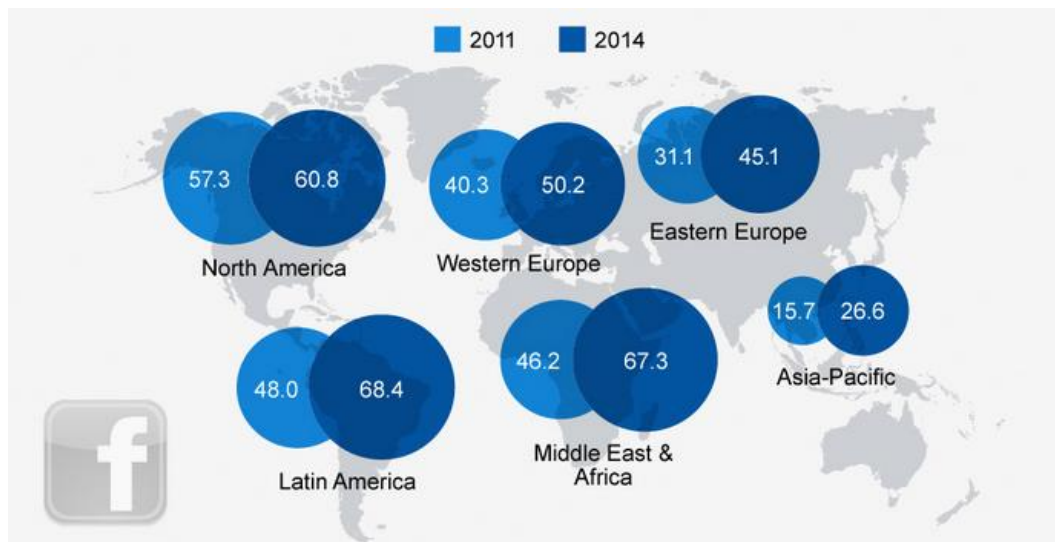
http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=3215626.

Vargas, J. (17 de Fev de 2012). How an Egyptian revolution began on Facebook. *New York Times*. . Acedido a 19 de Janeiro, 2015, em:

<http://www.nytimes.com/2012/02/19/books/review/how-an-egyptian-revolution-began-on-facebook.html?pagewanted=all>.

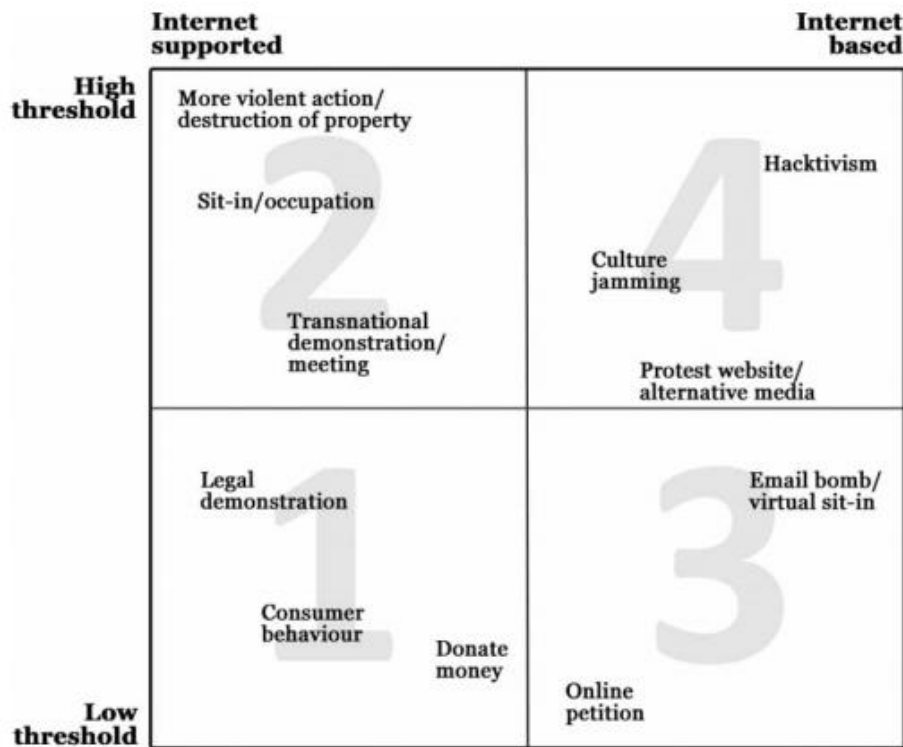
LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –Parcela de utilizadores do Facebook no universo total de utilizadores da Internet (em %) ⁶⁴



⁶⁴ <http://www.statista.com/chart/548/facebook-users-as-a-percentage-of-total-internet-users/>.

FIGURA 2 – Tipologia do novo repertório de ação dos movimentos sociais ⁶⁵



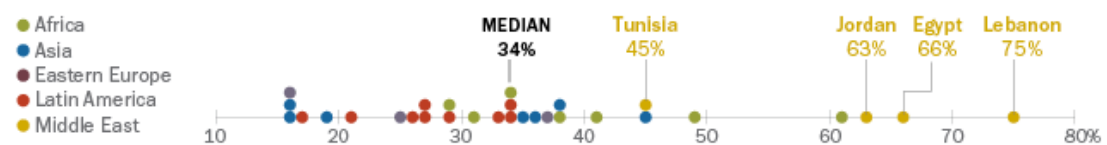
⁶⁵ Laer & Aelst, 2010.

FIGURA 3 – Tráfego da Internet no Egito entre 24 de Janeiro a 5 de Fevereiro de 2001

66



FIGURA 4 – Partilha de conteúdos/opiniões políticas nas redes sociais, nos países emergentes ⁶⁷



⁶⁶ Dubai School of Government, 2011

⁶⁷ <http://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/03/20/10-facts-about-technology-use-emerging-world/>.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Evolução da Internet ⁶⁸

Ano	Número de Utilizadores	Taxa de Crescimento dos Utilizadores	População Mundial	Taxa de Crescimento da População	Taxa de Penetração da Internet
2014	2.925.249.355	7.9%	7.243.784.121	1.14%	40.4%
2013	2.712.239.573	8.0%	7.162.119.430	1.16%	37.9%
2012	2.511.615.523	10.5%	7.080.072.420	1.17%	35.5%
2011	2.272.463.038	11.7%	6.997.998.760	1.18%	32.5%
2010	2.034.259.368	16.1%	6.916.183.480	1.19%	29.4%
2009	1.752.333.178	12.2%	6.834.721.930	1.20%	25.6%
2008	1.562.067.594	13.8%	6.753.649.230	1.21%	23.1%
2007	1.373.040.542	18.6%	6.673.105.940	1.21%	20.6%
2006	1.157.500.065	12.4%	6.593.227.980	1.21%	17.6%
2005	1.029.717.906	13.1%	6.514.094.610	1.22%	15.8%
2004	910.060.180	16.9%	6.435.705.600	1.22%	14.1%
2003	778.555.680	17.5%	6.357.991.750	1.23%	12.2%
2002	662.663.600	32.4%	6.280.853.820	1.24%	10.6%
2001	500.609.240	21.1%	6.204.147.030	1.25%	8.1%
2000	413.425.190	47.2%	6.127.700.430	1.26%	6.7%
1999	280.866.670	49.4%	6.051.478.010	1.27%	4.6%
1998	188.023.930	55.7%	5.975.303.660	1.30%	3.1%
1997	120.758.310	56.0%	5.898.688.340	1.33%	2.0%
1996	77.433.860	72.7%	5.821.016.750	1.38%	1.3%
1995	44.838.900	76.2%	5.741.822.410	1.43%	0.8%
1994	25.454.590	79.7%	5.661.086.350	1.47%	0.4%
1993	14.161.570		5.578.865.110		0.3%

⁶⁸ <http://www.internetlivestats.com/internet-users/>.

TABELA 2 – Penetração da Internet por Região ⁶⁹

Região	População	Utilizadores (2014)	Taxa de Penetração	Taxa de Crescimento (2000-2014)	Representação Mundial
África	1.125.721.038	297.885.898	26.5%	6.499%	9,8%
Ásia	3.996.408.007	1.386.188.112	34.7%	1.113%	45,7%
Europa	825.824.883	582.441.059	70.5%	454%	19,2%
Médio Oriente	231.588.580	111.809.510	48.3%	3.304%	3,7%
América do Norte	353.860.227	310.322.257	87.7%	187%	10,2%
América Latina/ Caribe	612.279.181	320.312.562	52.3%	1.673%	10,5%
Oceania/ Austrália	36.724.649	26.789.942	72.9%	251.6%	0,9%
Total Mundial	7.182.406.565	3.035.749.340	42.3%	741%	100,0%

TABELA 2 – Evolução no Número de Utilizadores do Facebook ⁷⁰

Ano	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Número de Utilizadores	360.000.000	608.000.000	845.000.000	1.056.000.000	1.228.000.000	1.393.000.000

⁶⁹ <http://www.internetworldstats.com/stats.htm>.

⁷⁰ <http://www.statista.com/statistics/264810/number-of-monthly-active-facebook-users-worldwide/>.

TABELA 3 – Taxa de Desemprego Tunísia (2010) ⁷¹

	Iletrados	Ensino Primário	Ensino Secundário	Ensino Superior	Total
Jovens 15-24	19,7%	23,7%	28,7%	61,4%	30,0%
+ 25 anos	5,2%	7,0%	9,1%	21,,4%	9,8%

TABELA 4 – Caraterização da Amostra ⁷²

Com que frequência utiliza diariamente a Internet?		
	Percentagem de Respostas	Número de Respostas
Menos de 1 hora	4.0%	22
1 – 2 horas	24.1%	131
3 – 4 horas	28.3%	154
5 ou mais	43.6%	237
Quais as suas principais actividades online diárias? (Selecione um máximo de quatro)		
	Percentagem de Respostas	Número de Respostas
Ler, escrever, ou enviar e-mails	69.6%	378
Seguir notícias	93.0%	505
Procurar informações sobre interesses pessoais (hobbies)	37.6%	204
Escrever no blogue	22.8%	124
Participar em grupos de discussão	58.7%	319

⁷¹ Haouas, Sayre, & Yagoubi, 2012.

⁷² Breuer, 2012.

Conversar com os amigos, conhecidos e colegas	54.9%	298
Conversar com pessoas desconhecidas	14.9%	81
Jogar jogos online	9.6%	52
Descarregar músicas e filmes	23.4%	127
Vender e comprar coisas	4.1%	22
Namorar	8.3%	45
Em qual das seguintes redes sociais online tem conta pessoal?		
	Percentagem de Respostas	Número de Respostas
Facebook	98.5%	517
YouTube	46.3%	243
Twitter	44.0%	231
LinkedIn	21.0%	110
Vimeo	7.2%	38
Dailymotion	13.3%	70
Flickr	6.7%	35
Outros	7.74%	40
Por favor indique, aproximadamente, o número de amigos que tem na rede social que utiliza mais frequentemente		
	Percentagem de Respostas	Número de Respostas
Menos de 50	6.8%	36
50 a 100	10.7%	57
100 a 200	17.1%	91
Mais de 200	65.4%	348

TABELA 5 – Comportamento político antes e após a revolução ⁷³

Participou nas eleições presidenciais e legislativas de 2009?					
				Percentagem de Respostas	Número de Respostas
				Sim	14.6% 77
				Não	85.4% 451
Antes da revolução alguma vez participou ou considerou participar em alguma das seguintes ações de forma a influenciar o governo ou as suas políticas:					
	Nunca considerei	Pensei nisso mas nunca fiz	Já fiz uma vez	Já fiz algumas vezes	Número de Respostas
Colectar assinaturas ou assinar petições	58.8% (322)	20.1% (110)	4.6% (25)	16.6% (91)	548
Escrever uma carta para um jornal ou para entidades governamentais	55.5% (303)	27.8% (152)	5.1% (28)	11.5% (63)	546
Fundar ou trabalhar numa iniciativa social	49.5% (271)	29.8% (163)	6.8% (37)	13.9% (76)	547
Organizar ou participar em protestos de rua	35.2% (194)	24.3% (134)	8.7% (48)	31.8% (175)	551
Participou nas eleições da Assembleia Constituinte em Outubro de 2011?					
				Percentagem de Respostas	Número de Respostas
				Sim	86.3% 364
				Não	13.7% 58

⁷³ Breuer, 2012.

TABELA 7 – Comunicação online na Islândia entre 2008 e 2014 ⁷⁴

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Enviar ou receber emails	91,4%	90,9%	93,3%	-	96,3%	96,0%	95,1%
Telefonar ou fazer vídeo chamadas	17,90%	27,2%	35,0%	46,9%	54,3%	62,8%	51,1%
Enviar ou postar mensagens em redes sociais	59,0%	61,1%	46,2%	-	67,4%	-	-
Colocar conteúdos produzidos pelo próprio	22,0%	46,6%	44,3%	-	60,7%	-	57,4%
Utilizar redes sociais	-	-	70,1%	75,6%	-	81,7%	84,3%
Participar em redes sociais de trabalho	-	-	-	7,1%	-	12,6%	-
Ler e postar opiniões sobre questões políticas e cívicas	-	-	-	41,8%	-	22,6%	-
Participar em questões políticas e cívicas através do voto ou consulta online	-	-	-	33,3%	-	26,1%	-

TABELA 8 – Opinião pública sobre as mobilizações conhecidas como M15 em Espanha – *Metroscopia*, trabalho de campo de 1 a 2 de Junho 2011 ⁷⁵

	Percentagem
Falou-se muito nos últimos dias das mobilizações conhecidas como “movimento 15M”, que se iniciaram na “Puerta del Sol” de Madrid e se estenderam a outras cidades. A si, estas mobilizações inspiraram-lhe uma sensação de simpatia ou rejeição?	
Simpatia	66%
Rejeição	21%

⁷⁴

<http://www.statice.is/?PageID=1241&src=https://rannsokn.hagstofa.is/pxen/Dialog/varval.asp?ma=SAM07401e%26ti=Online+communication+among+individuals+2003-2014%26path=../Database/ferdamal/UTymislegt/%26lang=1%26units=PERC>.

⁷⁵ Castells, 2012.

Na sua opinião, de um modo geral, quem participa neste movimento tem razão nas coisas pelas quais protestas ou não?	
Têm razão	81%
Não têm razão	9%
No que diz respeito a este movimento, com qual das seguintes opiniões está mais de acordo?	
Tratam de problemas que afectam uma minoria	11%
Tratam de problemas que afetam o conjunto da sociedade	84%
É um movimento politicamente mais de esquerda	31%
É um movimento politicamente mais de direita	2%
É um movimento sem tendência política concreta	58%
Trata-se de um aviso sobre os problemas reais que existem na nossa sociedade.	
Concordo	80%
Discordo	15%
É algo que se fala muito agora mas dentro de pouco tempo, de pouco ou nada se recordará.	
Concordo	58%
Discordo	38%
Acabará por se converter num partido político.	
Concordo	21%
Discordo	69%
Acabará se radicalizando e se tornando violento.	
Concordo	19%
Discordo	74%
Acabará integrando um partido político já existente.	
Concordo	22%
Discordo	68%

TABELA 9 – Opinião pública sobre as mobilizações conhecidas como M15 em Espanha –*The Cocktail Analysis*, trabalho de campo de 31 de Maio a 2 de Junho 2011
76

	Percentagem
Já ouviste falar do movimento “Democracia Real Ya” (também conhecido como movimento 15M o “Indignados”).	
Sim	97%
Não	3%
Em que medida dirias que estás de acordo com o movimento “Democracia Real Ya” /15M.	
De acordo	88%
Em desacordo	12%
Achas que o movimento “Democracia Real Ya” /15M deveria continuar?	
Sim	83%
Não	17%

⁷⁶ Castells, 2012.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Atividades mais populares na *web*, entre 2002-2011 ⁷⁷

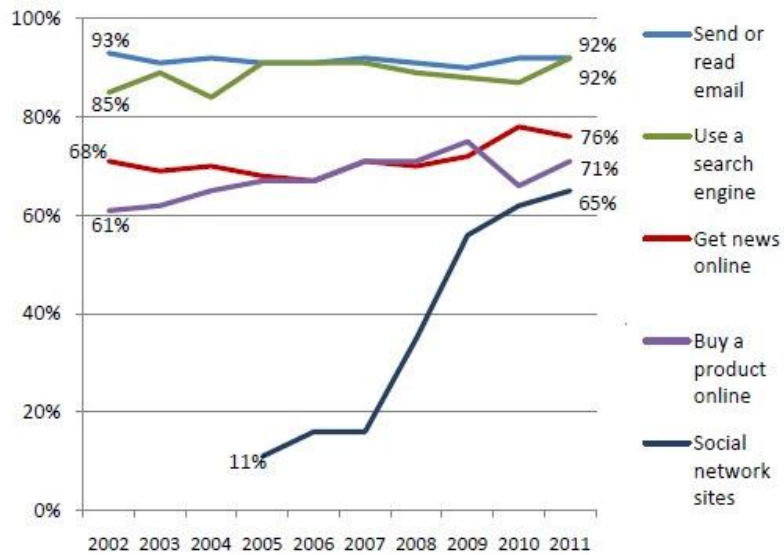
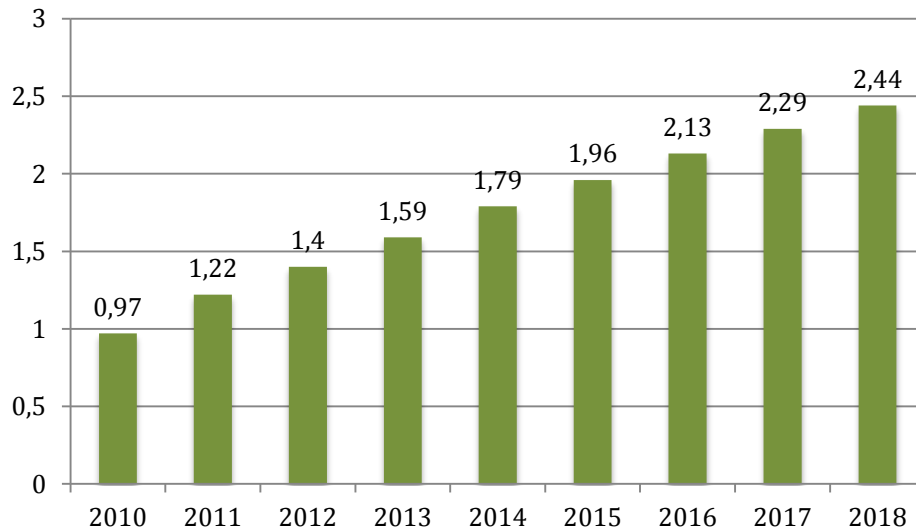


GRÁFICO 2 – Número de utilizadores de redes sociais de 2010-2018 ⁷⁸

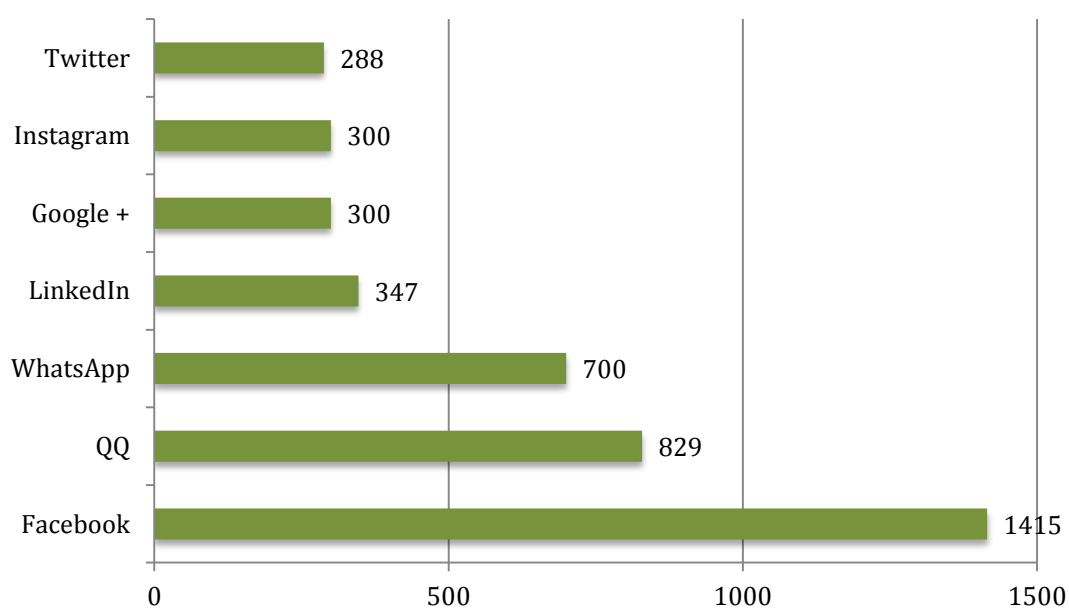


Legenda: Números expressos em milhares de milhões. Incluí estimativas para 2015-2018.

⁷⁷ <http://www.pewinternet.org/2011/08/09/search-and-email-still-top-the-list-of-most-popular-online-activities/>.

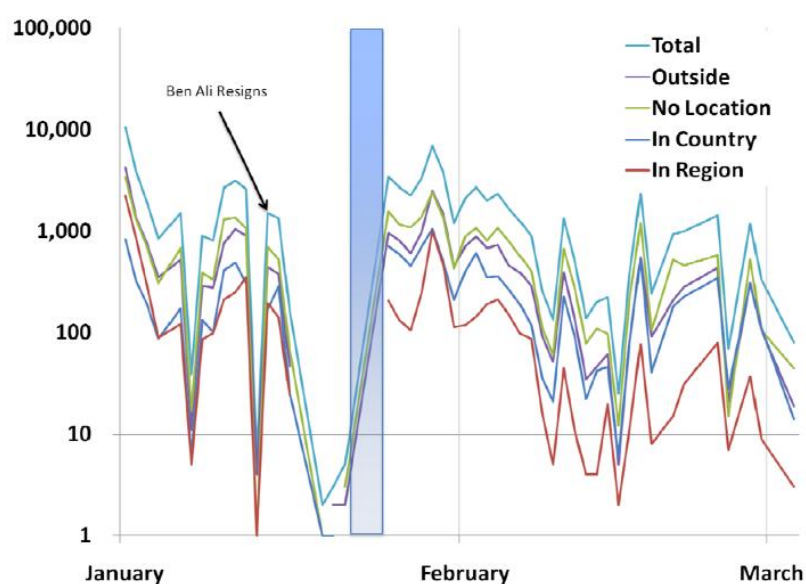
⁷⁸ <http://www.statista.com/statistics/278414/number-of-worldwide-social-network-users/>.

GRÁFICO 3 – Número de utilizadores por redes social, Março de 2015 ⁷⁹



Legenda: Números expressos em milhões. Incluí estimativas para 2015-2018.

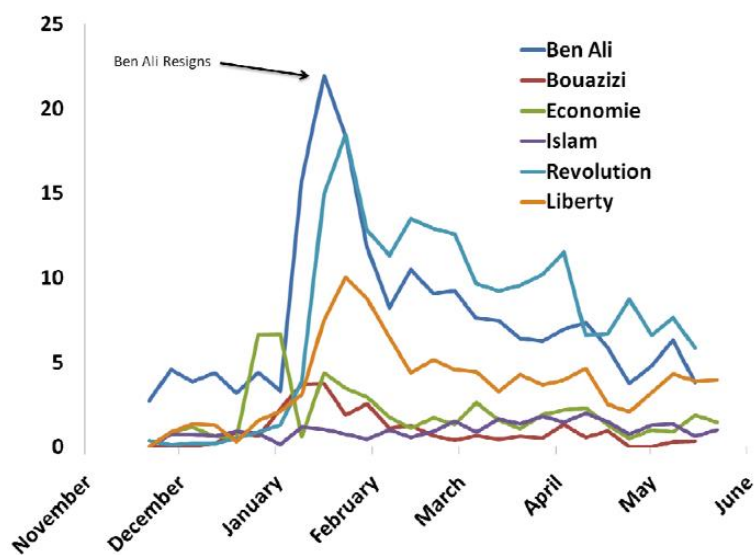
GRÁFICO 4 – Número de tweets com a hashtag #sidibouzid, por localização ⁸⁰



⁷⁹ <http://www.statista.com/statistics/272014/global-social-networks-ranked-by-number-of-users/>.

⁸⁰ Howard *et al*, 2011.

GRÁFICO 5 – Percentagem de *blogs* tunisinos com *posts* sobre política, por palavra chave ⁸¹



⁸¹ Howard *et al*, 2011.

GRÁFICO 6 – Uso principal do Facebook durante os movimentos civis de 2011 ⁸²

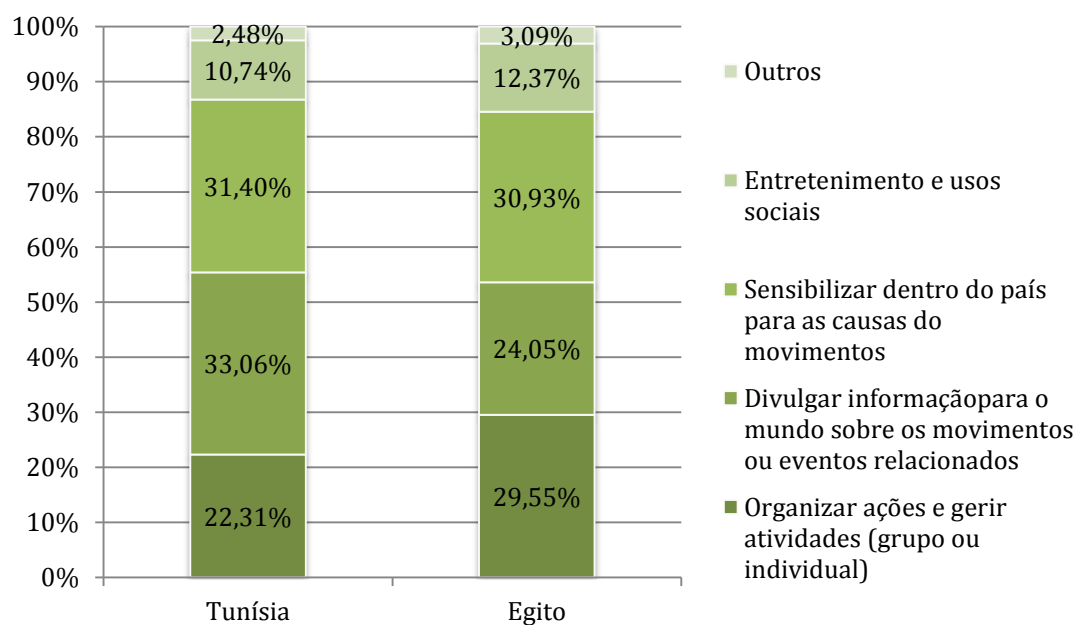
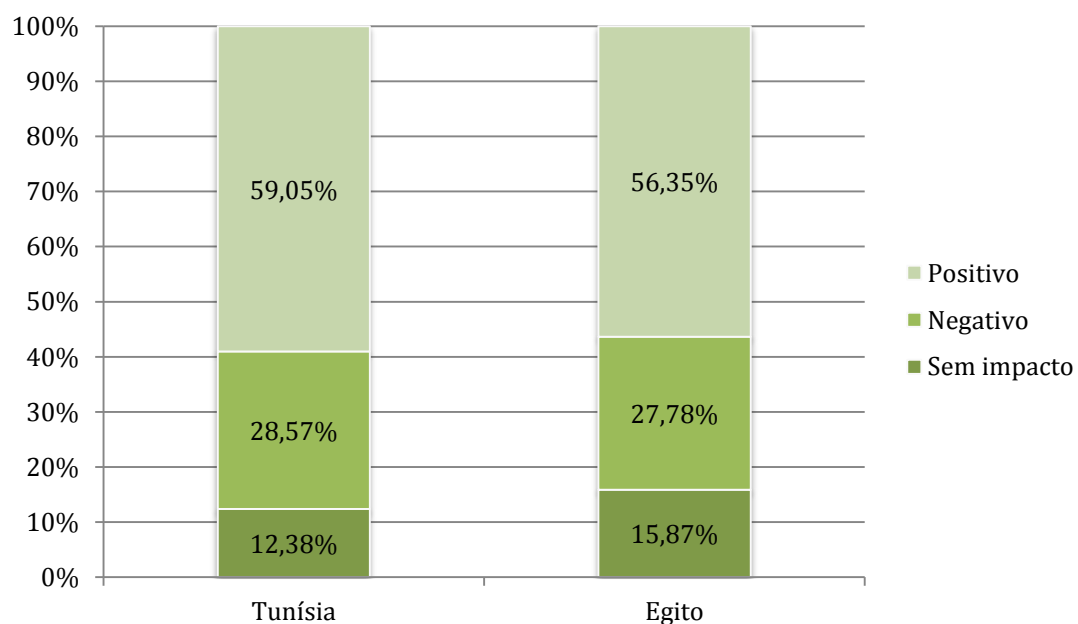


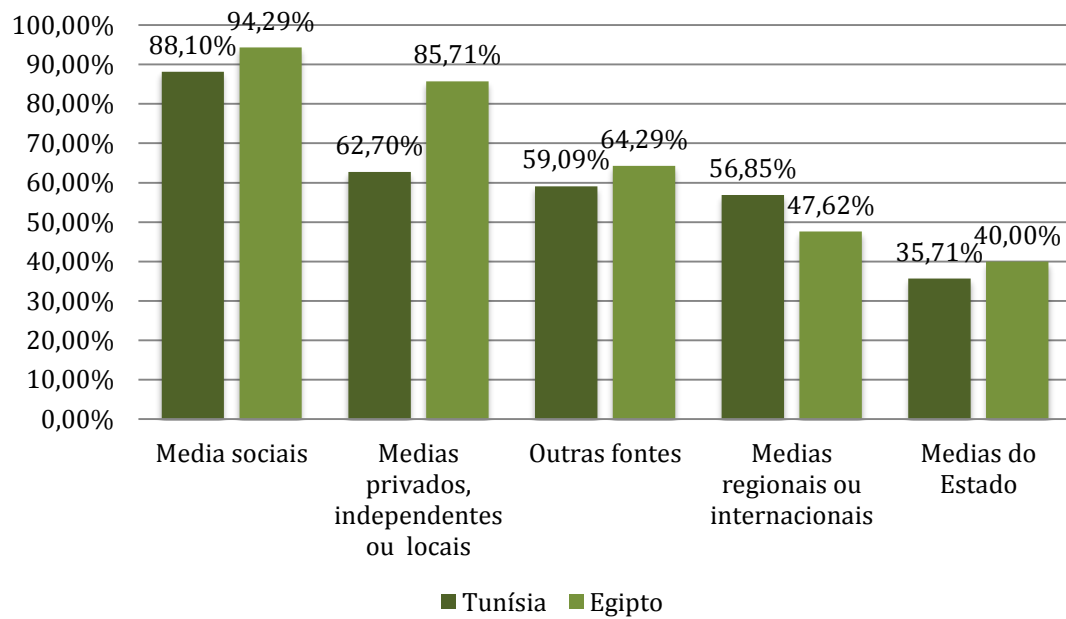
GRÁFICO 7 – Primeiro impacto ao bloqueio da Internet e do Facebook ⁸³



⁸² Dubai School of Government, 2011.

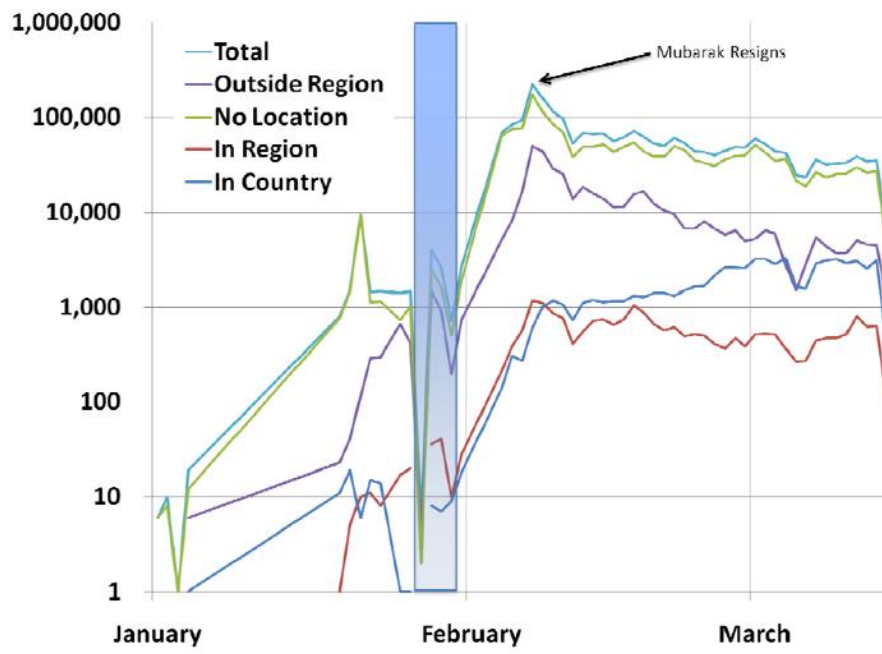
⁸³ Dubai School of Government, 2011.

GRÁFICO 8 – Onde foram buscar notícias e informações durante os movimentos? ⁸⁴



⁸⁴ Dubai School of Government, 2011.

GRÁFICO 9 – Número de tweets com a hashtag #egypt, por localização ⁸⁵



⁸⁵ Howard *et al*, 2011.

GRÁFICO 10 – Comunicação com as autoridades públicas pela Internet na Islândia, entre 2008-2014 ⁸⁶

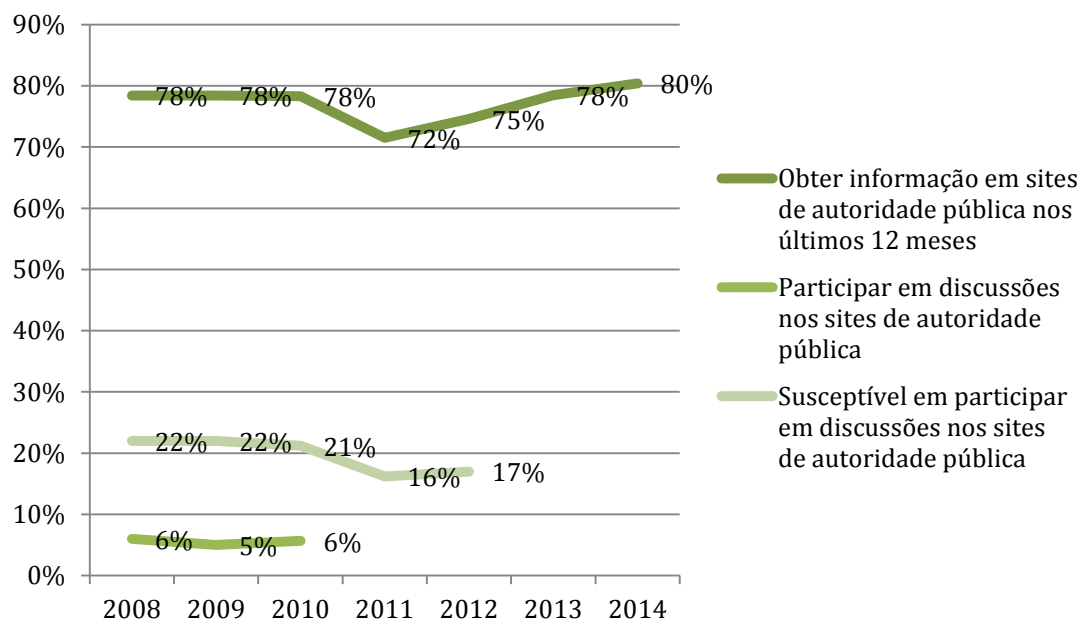
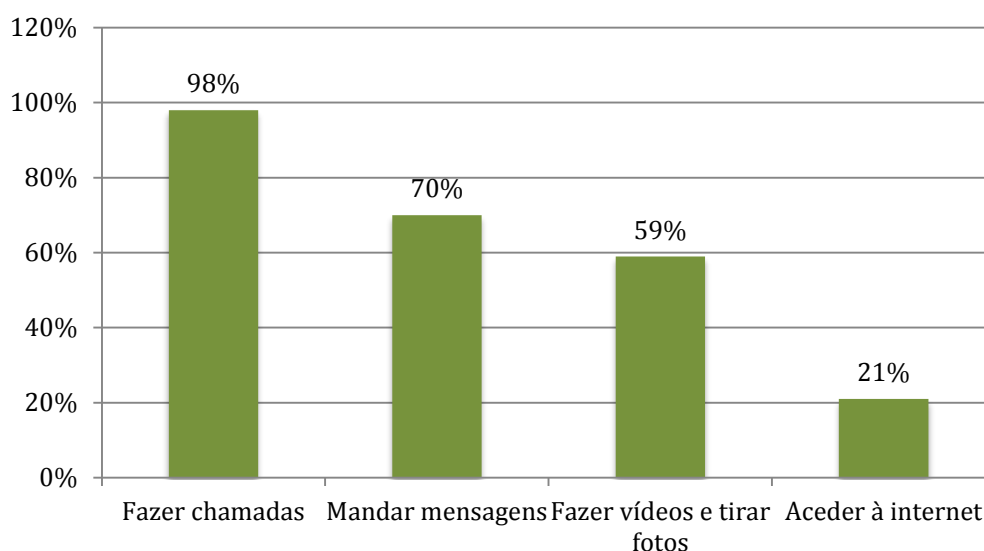


GRÁFICO 11 – Atividades realizadas pelo telemóvel em Espanha, 2011 ⁸⁷



⁸⁶ <https://datamarket.com/data/set/1mee/individuals-communication-with-public-authorities-via-the-internet-2008-2013#!ds=1mee!1nyb=1:1nyc&display=line&hidden=1,2,3,4,5,7,8,11,12,14,16>.

⁸⁷ <http://www.pewglobal.org/2011/12/20/global-digital-communication-texting-social-networking-popular-worldwide/>.

GRÁFICO 12 – Utilização de redes sociais em Espanha, por faixa etária, 2011 ⁸⁸

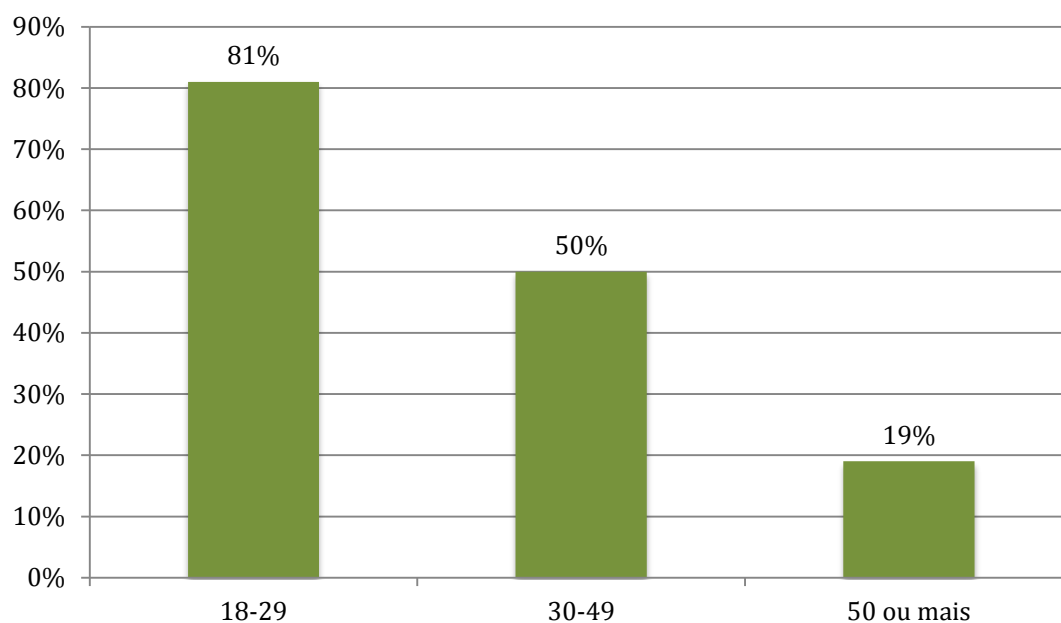
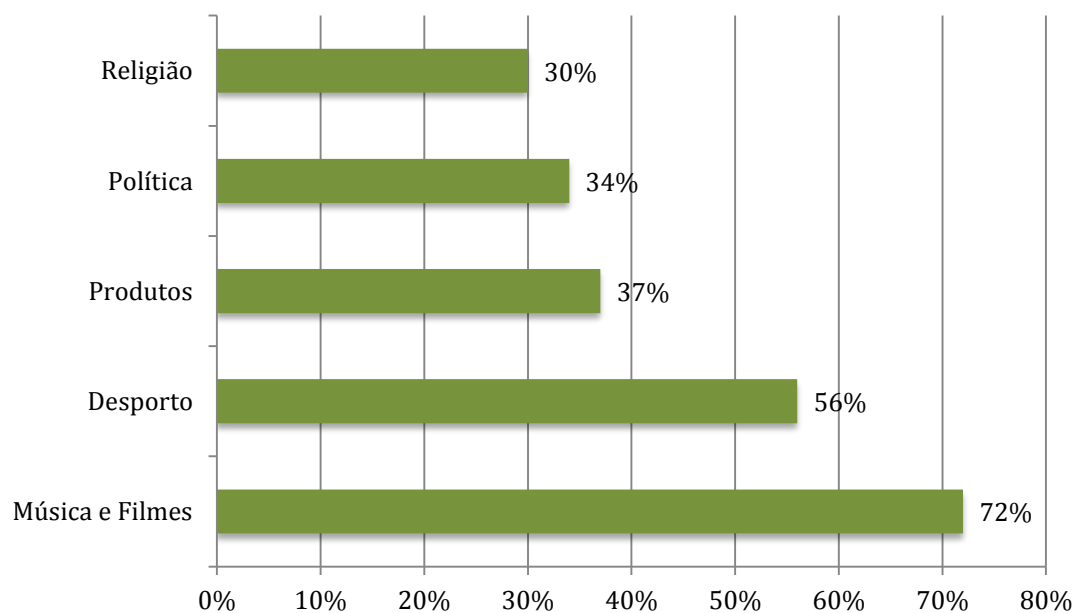


GRÁFICO 13 – Atividades mais populares nas redes sociais, nos países emergentes ⁸⁹



⁸⁸ <http://www.pewglobal.org/2011/12/20/global-digital-communication-texting-social-networking-popular-worldwide/>.

⁸⁹ <http://www.pewglobal.org/2015/03/19/internet-seen-as-positive-influence-on-education-but-negative-influence-on-morality-in-emerging-and-developing-nations/>.